

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE BELAS-ARTES



Política de incorporações de bens museológicos
Uma proposta para o Museu da Farmácia

Gonçalo Nuno Caridade Magano

Dissertação

Mestrado em Museologia e Museografia

Dissertação orientada pela Professora Doutora Elsa Garrett Pinho

2021

RESUMO

A presente dissertação, elaborada para obtenção do grau de Mestre em Museologia e Museografia, visa contribuir para uma otimização de procedimentos no Museu da Farmácia e das respetivas práticas museológicas. Este projeto vem na sequência de um recente investimento em recurso humanos afetos à equipa do Museu da Farmácia, por parte da Associação Nacional das Farmácias, bem como uma reestruturação das restantes áreas associadas (agenda cultural, serviços educativos e loja), que na qualidade de entidade tutelar, e em colaboração com a Direção do Museu da Farmácia, consideram que o Museu poderá ter uma melhoria de resultados não só através do investimento no seu quadro de pessoal técnico permanente, como também com a otimização dos seus instrumentos de Gestão. É proposta, assim, a implementação de uma Política de Incorporações, enquanto documento oficial e essencial para a gestão do acervo.

A dissertação encontra-se dividida em três capítulos, sendo que no primeiro é feita a apresentação e um enquadramento geral do Museu da Farmácia, nos moldes em que está em funcionamento hoje. O segundo capítulo aborda a Política de Incorporações enquanto instrumento essencial para uma boa gestão museológica, de onde avançamos para o capítulo final, em que apresentamos a nossa proposta de Política de Incorporações para o Museu da Farmácia, elaborada a partir da recolha exaustiva, análise e interpretação de dados sobre a constituição e o crescimento do respetivo acervo, desejando-se que a mesma possa vir a ser útil à instituição, no sentido da sua eventual implementação.

Considerando que o acervo do Museu da Farmácia é regularmente ampliado com novas incorporações, pretende-se que esta proposta venha colaborar enquanto instrumento de gestão, fazendo cumprir uma determinação da Lei-Quadro dos Museus Portugueses, segundo a qual as instituições museológicas devem formular e fazer aprovar uma Política de Incorporações própria (Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto, Artigo 12.º).

Palavras-Chave: Política de Incorporações; Gestão de Coleções; Museu da Farmácia; Instrumentos de gestão; Associação Nacional das Farmácias

ABSTRACT

The present dissertation, designed to obtain the Master's degree in Museology and Museography, aims to contribute to an optimization of procedures at the Pharmacy Museum and the respective museological practices. This project follows a recent investment in human resources allocated to the Pharmacy Museum team, by the National Pharmacy Association, as well as a restructuring of the remaining associated areas (cultural agenda, educational services and ticket store), which as a tutelary entity, and in collaboration with the Directorate of the Pharmacy Museum, consider that the Museum may have an improvement in results not only through investment in its permanent technical staff, but also with the optimization of its management instruments. It is proposed, therefore, the implementation of an Incorporation Policy, as an official and essential document for the management of the collection.

The dissertation is divided into three chapters, the first of which is the presentation and general presentation of the Pharmacy Museum, along the lines in which it is in operation today. The second chapter deals with the Incorporations Policy as an essential tool for good museum management, from which we move on to the final chapter, in which we present our proposal for Incorporations Policy for the Pharmacy Museum, elaborated from the exhaustive collection, analysis and interpretation of data on the constitution and growth of the respective collection, wishing that it could be useful to the institution, in the sense of its eventual implementation.

Considering that the collection of the Pharmacy Museum is regularly expanded with new incorporations, it is intended that this proposal will collaborate as a management tool, enforcing a determination of the Portuguese Museums Framework Law, according to which museological institutions must formulate and approve its own Incorporation Policy (Law no. 47/2004, of 19 August, Article 12).

Key words: Development Policy; Collections Management; Pharmacy Museum; Management tools; National Pharmacy Association

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Elsa Garrett Pinho, pelo acompanhamento e orientação em todo o processo de planeamento e estruturação da dissertação, contribuindo de forma essencial para a concretização da mesma.

À Direção da Associação Nacional das Farmácias, bem como a toda a Área Cultural, nomeadamente à Dra. Karine Ramos, à Dra. Filipa Ribeiro, ao Dr. João Neto e à Dra. Paula Basso, por terem contribuído com as entrevistas e a documentação necessárias para a fundamentação desta dissertação.

A toda a família e amigos pelo apoio e incentivo prestado aquando da necessidade de dedicação à produção desta dissertação.

A todos os professores da licenciatura em Ciências da Arte e do Património, bem como do Mestrado em Museologia e Museografia, pela formação contínua nesta área científica, ao longo dos anos frequentados por mim na Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa.

“O nosso agradecimento a quantos nos permitiram preservar a memória da nossa arte.”

Dr. Salgueiro Basso

ÍNDICE

Introdução.....	5
Capítulo 1. O Museu da Farmácia – Enquadramento e diagnóstico.....	8
1.1. A origem do Museu da Farmácia	8
1.2. Missão, vocação e estratégia	13
1.3. Os Edifícios.....	15
1.4. Enquadramento Legal e Administrativo – Modelo de Gestão	19
2. Gestão das Coleções.....	20
2.1. O acervo do Museu da Farmácia.....	20
2.2. A Coleção de Arte Contemporânea da ANF e a Coleção Piné	25
2.3. Reservas técnicas e conservação das coleções	30
2.4. Modalidades e Política de incorporações	33
3. Conservação Preventiva e Ativa do acervo.....	34
3.1. Normas de Conservação Preventiva.....	34
3.2. Intervenções no âmbito do restauro.....	35
4. Análise SWOT	36
4.1. Fatores Internos	36
4.2. Fatores Externos.....	38
4.3. Síntese da análise SWOT	40
Capítulo 2. Política de incorporações de bens museológicos: um instrumento de gestão essencial ...	42
1. Gestão de Coleções e Política de Incorporações	42
2. Práticas de Incorporação	44
2.1. Critérios-base para a incorporação	44
2.2. Enquadramento com a missão e vocação	46
2.3. Limitações do Acervo	46
2.4. Princípio da sustentabilidade das coleções.....	47
2.5. Modalidades de Incorporação	49
2.6. Análise das modalidades de incorporação no Museu da Farmácia	50
2.7. Alienação dos Bens Museológicos.....	55
Capítulo 3. Documento que estabelece a Política de Incorporações para o Museu da Farmácia.....	57
Conclusão.....	81
Bibliografia	84
ANEXOS	88
Documento A – Entrevista com a Dra. Paula Basso, Conservadora do Museu da Farmácia, realizada no Museu da Farmácia, em Lisboa, a setembro de 2019	88

Documento B – Entrevista com o Dr. João Neto, Diretor do Museu da Farmácia, realizada no Museu da Farmácia, em Lisboa, a setembro de 2019	97
Documento C – Entrevista com a Dra. Karine Ramos, responsável pela Área Cultural da Associação Nacional das Farmácias, realizada no Museu da Farmácia, em Lisboa, em setembro de 2019	103
Documento D - Documento fundador do Museu da Farmácia (a primeira circular enviada a todos os associados a pedir as primeiras peças para o Museu da Farmácia)	105
Documento E – Revista <i>Farmácias Portuguesas</i> n.º 99, p. 9	106

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Dia da Inauguração do Museu da Farmácia, em junho de 1996. Na foto (da esquerda para a direita): Américo Silva, Paula Basso, João Cordeiro, João Neto, José Carlos Basso, Martins Garrido, Pedro Sousa Dias e Guerreiro Gomes.	11
Figura 2 - Inauguração do Museu da Farmácia Porto, em 2010. Fotografia captada durante a visita inaugural feita pelo Dr. João Neto, Diretor do Museu da Farmácia, à esquerda na imagem, junto ao Dr. Rui Rio, então Presidente da Câmara Municipal do Porto.	13
Figura 3 - Fotografia captada durante o cocktail de Inauguração da nova sede da Associação Nacional das Farmácias.	16
Figura 4 - Edifício sede da Associação Nacional das Farmácias, localizado na Rua Marechal Saldanha, 1, 1249-069 Lisboa.....	17
Figura 5 - Planta do piso 0 da sede da Associação Nacional das Farmácias, onde está localizado o piso térreo do Museu da Farmácia Lisboa.	17
Figura 6 - Planta do piso 1 da sede da Associação Nacional das Farmácias, onde está localizado o piso superior do Museu da Farmácia Lisboa.	18
Figura 7 - Sem título, Manuel Cargaleiro (Inv. 10362)	26
Figura 8 - Sem título, Pablo Picasso. (Inv. 13905). Obra da Coleção Piné.....	27
Figura 9 - Convite para a inauguração da exposição Arte Moderna e Contemporânea – Coleção António Piné, na Delegação Norte da Associação Nacional das Farmácias, no Porto.	28
Figura 10 - Cartaz da exposição Incursões – Arte Portuguesa Contemporânea, Coleção António Piné. ..	29
Figura 11 - Escultura "Prémio João Cordeiro", João Cutileiro.	70
Figura 12 - Escultura "Primavera", José Rodrigues.	71

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição de bens culturais do acervo do Museu da Farmácia pelas respectivas categorias (valores apurados a 31 de outubro de 2020).	25
Gráfico 2 – Inserções no sistema de inventário digital, entre 1 de janeiro de 2015 e 31 de outubro de 2020.....	32
Gráfico 3 – Número de fichas de inventário digital atualizadas entre 1 de janeiro de 2015 e 31 de outubro de 2020.	32
Gráfico 4 – Modalidades de incorporação no Museu da Farmácia, de 1981 a 30/10/2020.	51
Gráfico 5 – Proveniência das doações de bens culturais ao Museu da Farmácia.	52
Gráfico 6 – Comparação das doações provenientes do associativismo farmacêutico e outros doadores. ...	52
Gráfico 7 – Doações feitas por entidades com vínculo ao setor farmacêutico (Farmácias, Associados da ANF e farmacêuticos, a título particular).	53
Gráfico 8 – Doações feitas doadores particulares, sem vínculo pessoal ou profissional ao setor farmacêutico.	53
Gráfico 9 - Aquisições por compra registradas até à data de 31/10/2020.....	54

ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

ANF – Associação Nacional das Farmácias

a.C. – Antes de Cristo

CACANF – Coleção de Arte Contemporânea da Associação Nacional das Farmácias

CEDIME – Centro de Informação do Medicamento e Intervenções em Saúde

CEFAR - Centro de Estudos e Avaliação em Saúde

CMF – Coleção Museu da Farmácia

CODIFAR - Cooperativa de Distribuição Farmacêutica

CP – Coleção Piné

c. – Cerca de (datação)

DAA – Departamento de Apoio ao Associado

Doc. – Documento

Dr./Dra. – Doutora/Doutora

Eng.º - Engenheiro

FIP – Internacional Pharmaceutical Federation

HR – Humidade Relativa

ICOM- International Council of Museums

LQMP – Lei-Quadro dos Museus Portugueses

MONAF - Montepio Nacional da Farmácia

n.º - número

p. – página

s.d. - sem data

séc. - século

UGP – Unidade de Gestão de Património

Introdução

Esta dissertação consiste na apresentação de uma proposta de Política de Incorporações para o Museu da Farmácia, da ANF.

A escolha deste tema decorre da análise por nós feita, ao longo de três anos de trabalho enquanto profissional a exercer atualmente funções de Curador no Museu da Farmácia, às práticas museológicas implementadas naquela instituição, o que nos permitiu constatar da necessidade de revisão e de melhoria nos procedimentos de incorporação de objetos, dado o alto volume de aquisições anuais realizadas pelo Museu. Posto isto, o documento que nos propomos desenvolver nesta dissertação, e que constitui o seu objetivo maior, foi pensado não apenas enquanto trabalho académico para obtenção do grau de Mestre em Museologia e Museografia, mas também como instrumento operativo e essencial à gestão futura das coleções do Museu da Farmácia.

Estando o Museu da Farmácia integrado numa estrutura associativa, a Associação Nacional das Farmácias, o seu caso apresenta algumas particularidades que o diferencia de outras instituições museológicas, tanto em termos de gestão, como de estratégia e até de enquadramento no cenário da museologia nacional e internacional. Dado ser um Museu com uma estreita relação com o associativismo farmacêutico, setor este responsável não apenas pela doação da maioria dos objetos da coleção do Museu da Farmácia, mas também pelo financiamento das respetivas aquisições, a gestão das incorporações assume um papel de extrema relevância nas relações institucionais e associativas.

À data, o Museu da Farmácia segue uma metodologia de incorporação de objetos tacitamente acordada entre a Direção do próprio Museu, a Direção da Área Cultural e a Direção da Associação Nacional das Farmácias; no entanto, este *modus operandi* não se apresenta descrito num documento oficial, não conseguindo assim prever todas as situações que uma verdadeira Política de Incorporações deve contemplar, por modo a acautelar o rigoroso respeito da missão e da vocação do Museu, a definir prioridades aquisitivas e a prever o desejável crescimento do acervo, tendo também em consideração as atuais limitações dos espaços de reserva. Estes são, pois, os principais objetivos do presente trabalho.

A avaliação das possíveis aquisições e incorporações apresenta-se como um processo burocrático, com diferentes níveis de aprovação e desfechos, dada a subjetividade do mesmo. A presente proposta procura não apenas regularizar este procedimento, otimizando-o, conforme

descrito na Lei-Quadro dos Museus Portugueses, como também, através de um explícito regulamento projetado à medida das necessidades do Museu da Farmácia, formalizar e otimizar os processos de aquisição de bens culturais para o acervo do Museu.

De um ponto de vista estrutural, optámos por organizar este trabalho em três capítulos distintos. No primeiro capítulo, são feitas a apresentação e a contextualização do Museu da Farmácia, desde a sua criação e o seu percurso histórico, ao seu enquadramento na estrutura associativa que o tutela, e também as suas metodologias de gestão, nomeadamente das coleções que constituem o respetivo acervo. O segundo capítulo analisa e esclarece a utilidade e importância da existência de uma Política de Incorporações, enquanto documento fundamental para a gestão dos acervos museológicos. Por fim, no terceiro e último capítulo, é apresentada uma proposta de Política de Incorporações para o Museu da Farmácia que, até à presente data, não existe de forma oficializada, conforme a legislação em vigor prevê, e que, na eventualidade de vir a ser considerada útil pela entidade tutelar do Museu, poderá ser implementada num futuro próximo.

Esta nossa proposta de documento de Política de Incorporações apresenta-se organizada em seis artigos, precedidos de nota preambular e da devida justificação. Neste documento, para além de ser exposto o enquadramento legal do Museu da Farmácia, são apresentadas e caracterizadas as coleções sob a sua tutela (estruturais e marginais), bem como definidos os normativos pelos quais o Museu se deve reger nas suas práticas de incorporação, desincorporação e regimes de depósito e comodato.

Para a elaboração desta dissertação, de carácter teórico, baseámo-nos fundamentalmente na consulta de material bibliográfico e documental, sendo este de natureza obrigatória não apenas para um correto enquadramento histórico do Museu da Farmácia, mas também para uma eficaz conceção de uma Política de Incorporações, para o que foram consultados não só documentos de referência nacionais como internacionais.

Relativamente escassas são as fontes e estudos disponíveis sobre o Museu da Farmácia, de entre os quais destacamos não só o catálogo *Farmácia Portuguesa*, produzido internamente pelo Museu da Farmácia, mas também o livro *Uma História das Farmácias*, da autoria de Carina Machado e Paulo Martins, que usámos como uma das principais fontes de informação para a elaboração da presente dissertação. Trata-se de uma obra com carácter comemorativo, lançada no 40.º aniversário da Associação Nacional das Farmácias, e que pretendeu deixar documentado, através da recolha de diversos testemunhos, toda a história da instituição, desde o Grémio das Farmácias à Associação Nacional das Farmácias, bem como o seu desenvolvimento nas diferentes

áreas de trabalho. Uma das áreas temáticas abordadas na referida publicação, com maior interesse e enquadramento nesta dissertação, é a descrita no respetivo “Capítulo 6, APOSTA NA CULTURA”, onde é narrada a criação do Museu da Farmácia. Todavia, também na redação deste livro transparece a escassez de informação acerca da história do Museu da Farmácia, sendo referenciadas apenas obras editadas pelo próprio Museu/ANF, como catálogos de exposições¹. Por esta razão, ao longo do capítulo encontram-se várias referências a entrevistas que foram feitas no âmbito da redação da obra *Uma História das Farmácias*.

Pelas razões acima invocadas, para a elaboração da presente dissertação foi ainda imprescindível recolher dados por outras vias que não apenas a bibliográfica, nomeadamente fazendo entrevistas com o Dr. João Neto e a Dra. Paula Basso, que, sendo elementos que estão presentes praticamente desde a formação desta coleção até aos dias de hoje, se apresentam como as fontes mais relevantes e imprescindíveis, enquanto conhecedores de toda a história e modelos de gestão do Museu. As entrevistas foram realizadas oralmente, na sede da Associação Nacional das Farmácias, ao longo do mês de setembro de 2019, tendo sido autorizada a gravação das mesmas pelos entrevistados, bem como a sua transcrição e citação no âmbito da presente dissertação (cf. Anexos – Doc. A e Doc. B). Mais do que um suporte essencial para o nosso trabalho, a fixação destas recolhas orais constituirá, estamos certos, fonte incontornável e de citação obrigatória em futuros estudos que venham a ser realizados sobre o Museu da Farmácia.

Enquanto profissional na área da Museologia, ocupando o cargo designado por “Curador”, integrado nos quadros permanentes da equipa do Museu da Farmácia, atualmente corresponsável não apenas pelos projetos expositivos e curadoria, mas também fazendo parte equipa responsável pela gestão da coleção do Museu e conservação preventiva das coleções, procurámos abstermo-nos de tecer comentários subjetivos, fundamentando as alegações na bibliografia e anexos apresentados.

¹ *Museu da Farmácia: Farmácia Portuguesa* (Maria Paula Basso) e *A Botica de S. Vicente de Fora* (Associação Nacional das Farmácias).

Capítulo 1. O Museu da Farmácia – Enquadramento e diagnóstico

1.1. A origem do Museu da Farmácia

A primeira ideia da criação de uma coleção histórica da Associação Nacional das Farmácias (ANF) nasceu da ambição da classe farmacêutica que se acentuou com a organização do Congresso Mundial dos Farmacêuticos em Portugal, no ano de 1972, onde se debateu o facto de Portugal ainda não ter uma coleção ligada à história da Farmácia, quando Espanha já apresentava uma coleção de Farmácia da Universidade Complutense de Madrid²:

Como esclarece o Dr. João Neto, “Havia a ideia de formar uma coleção, porque existia o desejo de existir um Museu à semelhança de Espanha, porque eles já iam à FIP³ e conheciam os vários Museus de Farmácia e tinham sempre pena de não existir nada cá em Portugal.” (Neto, 2019)

Existiram alguns nomes de grande relevância em todo este processo, começando pelo Professor Correia da Silva (professor de Ética e de História da Farmácia) que incutiu desde cedo o respeito pela profissão através da materialização e valorização do património farmacêutico. Com uma Associação Nacional das Farmácias que assume desde cedo este desejo de reunir um acervo dedicado àquela área profissional, a partir do momento em que se verificaram condições políticas e financeiras para a criação de uma coleção, deu-se o início deste processo, pelas mãos do Dr. Salgueiro Basso⁴, cuja principal preocupação era que a modernização do setor farmacêutico na década de 1980 levasse à perda do mobiliário e instrumentos farmacêuticos que caracterizavam as Farmácias do século XX (Neto, 2019).

“Esta é uma ideia posta em prática pelo Dr. Salgueiro Basso, e é ele que inicia todo este movimento, porque havia a necessidade de o país progredir e evoluir, e havia a consciência de que essa evolução poderia levar à perda desse património. O Dr. Salgueiro Basso conseguiu passar esse perigo, e essa iminência de perda para Direção.” (Neto, 2019)

² É possível consultar a referida coleção em: <https://www.ucm.es/cultura/file/guia-museos-ucm-def-baja-nov.-2020->

³ FIP – *Internacional Pharmaceutical Federation*.

⁴ José Carlos Salgueiro Basso, Diretor da ANF - Associação Nacional das Farmácias, fundador e Diretor da CODIFAR - Cooperativa de Distribuição Farmacêutica, sócio fundador do MONAF - Montepio dos Farmacêuticos, e um dos responsáveis pela criação do Museu da Farmácia.

A partir do momento em que a Direção da ANF entendeu que, naquele momento, era mais urgente que nunca começar a recolher esse património, foi enviada uma carta circular (cf. Anexos – Doc. D) a todos os associados, pedindo que fossem doadas algumas peças para o que viria a ser o acervo de um futuro Museu da Farmácia (Machado & Martins, 2015).

A propósito, recorda a Dra. Paula Basso (2019): “(...) havia muito património que se estava a perder, e resolveram (a Direção da ANF) enviar uma carta aos associados, e nós temos essa carta, a pedir livros, almofarizes e algumas peças para o futuro Museu.”

Paralelamente, o Dr. Salgueiro Basso recebe a autorização e o apoio necessários para começar a percorrer o país, visitando Farmácia por Farmácia, pedindo para que estas contribuam para este novo projeto de salvaguardar o património farmacêutico. Posteriormente, juntou-se a este processo, que passava claramente pela criação de uma coleção, o Dr. Guerreiro Gomes⁵, que era dono de uma Farmácia histórica, herdada de família. Esta primeira angariação, do que viriam a ser as primeiras peças da coleção do Museu da Farmácia, carrega consigo um *slogan*, como refere o Dr. João Neto: “Aliás, durante algum tempo, nós tínhamos um subtítulo em todas as nossas missões que era «Uma Coleção à Procura de Museu».” (Neto, 2019)

A Dra. Paula Basso, (atual conservadora do Museu da Farmácia), sendo filha do Dr. Salgueiro Basso e estudante de História e Museologia, acompanhou desde cedo o crescimento desta iniciativa, auxiliando o projeto e fazendo o registo e inventário das peças que iam sendo doadas para a coleção da Associação Nacional das Farmácias. Em 1992 é celebrado o primeiro vínculo contratual entre a Dra. Paula Basso e a Associação Nacional das Farmácias, com o projeto de criar o Museu da Farmácia em Lisboa, embora já existisse a consciência, desde o final da década de 1980, de que esta coleção deveria ser materializada num Museu. Antes da celebração deste contrato, em 1986, também o Dr. João Neto passa integrar a equipa de trabalho da ANF, no projeto dedicado ao Museu da Farmácia, enquanto consultor. Ao longo da materialização deste projeto, e até à sua inauguração, existiram também algumas colaborações de profissionais da área da museologia, nomeadamente a Professora Natália Correia Guedes e o Professor Fernando António Baptista Pereira.

Em 1991, é a primeira vez que a Associação Nacional das Farmácias participa numa exposição integrada no 3.º Congresso Nacional de Ciências Farmacêuticas /1.º Congresso Mundial de Farmacêuticos de Língua Portuguesa, com a exposição *O Almofariz e a Farmácia*, reunindo

⁵ Francisco José Guerreiro Gomes (1944-2012), dirigente associativo do sector farmacêutico, na Associação Nacional das Farmácias.

sessenta e nove objetos de origens geográficas diversas, e datados entre o século XI e o século XIX. Para esta primeira exposição foi utilizada parte da coleção de Martins da Silva, um médico lisboeta, tendo sido esta mais tarde adquirida pela ANF (Machado et.al., 2015).

No ano de 1992, segue-se a participação na I Feira de História, um evento dedicado à preservação do património museológico, organizado em Lisboa pela Sociedade Portuguesa para os Estudos do Século XVIII, que viria a dar visibilidade à coleção que se estava a formar para o Museu da Farmácia (Machado et.al., 2015).

Em 1994, parte da “Coleção à procura de Museu” volta a participar com alguns objetos, numa grande iniciativa: a exposição *Encontro de Culturas: Oito Séculos de Missionaçaõ Portuguesa*, organizada pela Conferência Episcopal Portuguesa (Guedes, 1994), com a botica do Mosteiro de São Vicente de Fora (Machado et.al., 2015).

De 1981 a 1994, o foco da coleção era este património farmacêutico que havia sido recolhido, sendo que em 1995 o Museu da Farmácia inicia o que pode ser considerada uma segunda fase na construção desta coleção, começando a fazer aquisições de peças em leilões internacionais, que retratavam a história não só da Farmácia, como da Saúde. A necessidade de aquisição por compra de peças internacionais que contassem a história destas duas Ciências, surgiu da constatação de que as pessoas só poderiam perceber e valorizar a coleção do Museu e o património farmacêutico que tinha sido reunido, se conhecessem os séculos de história que antecediam aqueles objetos, como recorda o Diretor do Museu (Neto, 2019).

Um dos grandes momentos de lançamento do nome do Museu da Farmácia, já após a sua inauguração no dia 1 de julho de 1996, foi quando o Dr. João Castel-Branco Pereira⁶ sugere que o Museu vá participar, em 1997, num grande leilão de faiança majólica de Louis Continat⁷, coordenado por Francis Briest⁸, em Paris (Machado et.al., 2015). O Museu arrisca-se pela primeira vez num leilão internacional e marca presença participando ativamente na compra de várias peças contra a indústria farmacêutica francesa e alemã. Recorda, a propósito, o Dr. João Neto: “Estragámos os planos dos franceses, que queriam criar um Museu da Farmácia. Muitas das peças que trouxemos – cerca de 40 – eram-lhe destinadas.” (Machado et.al., 2015)

⁶ João Castel-Branco Pereira era Diretor do Museu Calouste Gulbenkian, desde 1988, tendo sido, previamente, conservador do Museu Nacional dos Coches e Diretor do Museu Nacional do Azulejo.

⁷ Louis Continat, um farmacêutico e professor de História da Farmácia que havia deixado a sua coleção ao filho, em herança.

⁸ Francis Briest, co-fundador da ArtCurial e atual Presidente do Conselho de Supervisão e Estratégia da leiloeira (ArtCurial, s.d.).

O grande investimento feito pela Associação Nacional das Farmácias na coleção do Museu foi justificado pela premissa sobre a qual tanto a equipa do Museu como a Direção da ANF concordavam: para contar a história da Farmácia, não se poderiam utilizar réplicas nem reproduções, pois o verdadeiro sentido da história só poderia ser testemunhado por peças e objetos autênticos, que tivessem vivenciado essa mesma história. E é uma vez mais o Dr. João Neto (2019) que esclarece: “Eu e a Dra. Paula Basso percebemos claramente onde é que nós todos queríamos estar, e desde o início que nos rodeamos sempre de bons especialistas para nos darem apoio (...).”

Todo o investimento e espaço conquistado dentro do edifício da ANF⁹, destinado ao Museu da Farmácia, só foi possível porque a Associação Nacional das Farmácias percebeu, através das exposições exteriores em que a coleção do Museu participava ainda antes deste ser inaugurado, que a visibilidade que a Associação ganhava com o crescimento da coleção e a criação do Museu, era notória e relevante (Neto, 2019). Sobre a excecionalidade do projeto dá-nos conta a Dra. Paula Basso (2019) ao afirmar: “O que aconteceu aqui na Associação Nacional das Farmácias, foi uma coisa que não acontece, muito menos em Portugal. Os americanos diziam-nos que isto era mesmo *KLM: Knowledge, Luck and Money.*”

Após as obras de requalificação do edifício, coordenadas pelo arquiteto Manuel Martins Garrido, o Museu inaugura no ano de 1996 (Associação Nacional das Farmácias, 1996).



Figura 1 - Dia da Inauguração do Museu da Farmácia, em junho de 1996. Na foto (da esquerda para a direita): Américo Silva, Paula Basso, João Cordeiro, João Neto, José Carlos Basso, Martins Garrido, Pedro Sousa Dias e Guerreiro Gomes. Fonte: Banco de Imagens do Museu da Farmácia. Autor desconhecido.

⁹ Cf. ponto 1.4 do presente capítulo.

Inicialmente, com acesso exclusivo aos associados da ANF e seus convidados, a equipa técnica do Museu da Farmácia servia de consultora, quando os associados necessitavam de fazer aquisições de arte, ou de aconselhamento técnico na área da conservação e restauro do seu património, o que reforçava a ligação entre o Museu e as Farmácias (Neto, 2019). Nesta primeira formatação, poderíamos considerar o Museu da Farmácia não ainda como um Museu, mas sim como uma *Coleção Visitável*¹⁰, pois embora já se tivesse reunido uma vasta coleção da História da Farmácia em Portugal (na altura, exposta apenas no piso 0), a experiência de visita era condicionada, não tendo ainda o Museu os meios suficientes para desenvolver em plenitude as diferentes funções museológicas expressas no Artigo 7.º da Lei-Quadro dos Museus Portugueses¹¹.

O projeto foi crescendo com as constantes aquisições no mercado nacional e internacional, sendo que o Museu fecha portas em 2000, para voltar a abrir em 2001, ocupando já um piso superior que evidenciava a importância e a diversidade conquistada pela coleção do Museu da Farmácia: todo um piso destinado às aquisições internacionais que haviam sido feitas. O projeto expositivo foi coordenado pelo Dr. João Neto e pela Dra. Paula Basso, que assumiram o Comissariado Científico e a Coordenação Executiva, sendo que também estiveram envolvidos diferentes outros profissionais e equipas da área da museologia e museografia¹².

Com o sucesso do Museu da Farmácia em Lisboa, e com a mudança de edifício da sede da delegação norte da Associação Nacional das Farmácias no Porto, abrem-se portas para a construção de um Museu da Farmácia no Porto, que veio a inaugurar em 2010 (Associação Nacional das Farmácias, 2010), com a mesma narrativa que hoje é contada em Lisboa, mas com a secção respeitante ao século XX mais desenvolvida.

¹⁰ *Considera-se coleção visitável o conjunto de bens culturais conservados por uma pessoa singular ou por uma pessoa colectiva, pública ou privada, exposto publicamente em instalações especialmente afectas a esse fim, mas que não reúna os meios que permitam o pleno desempenho das restantes funções museológicas que a presente lei estabelece para o museu.* (Lei-Quadro dos Museus Portugueses, Artigo 4º)

¹¹ De acordo com a redação do Artigo 7.º (alíneas a) a g) da Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto, são sete as funções museológicas: Estudo e investigação; Incorporação; Inventário e documentação; Conservação; Segurança; Interpretação e exposição; Educação.

¹² Participaram também no projeto as seguintes entidades singulares e coletivas: Conceção Plástica/Cenografia – Américo Silva. O Design de Comunicação ficou a cargo da firma 2&3D Design e Produção, LDA., o projeto de Iluminação foi concebido pelo Eng.º Vítor Vajão e a produção de *Lettering* foi adjudicada à De Metro a Metro, Construção de Ideia, LDA.



Figura 2 - Inauguração do Museu da Farmácia Porto, em 2010. Fotografia captada durante a visita inaugural feita pelo Dr. João Neto, Diretor do Museu da Farmácia, à esquerda na imagem, junto ao Dr. Rui Rio, então Presidente da Câmara Municipal do Porto. Fonte: Banco de Imagens do Museu da Farmácia. Autor desconhecido.

Importa ressaltar que o Museu da Farmácia beneficia, desde a sua génese, do apoio de todos os associados, porque, acima de tudo, ele havia nascido como um projeto para dignificar a profissão, continuando este a ser um dos seus principais objetivos.

1.2. Missão, vocação e estratégia

O Museu da Farmácia é um Museu da Ciência e História, privado, sob a dependência administrativa da Associação Nacional das Farmácias, inaugurado em 1996, em Lisboa, e em 2010, no Porto. Este projeto nasce com a missão de salvaguardar o património que estava em perigo iminente de ser perdido; no entanto, rapidamente foi notado que este poderia ter um papel bem mais interventivo no que seria a imagem da Associação Nacional das Farmácias.

Já nos Anos 80 do século XX tinha-se constatado que sempre que se falava de Saúde e Medicina em grandes exposições internacionais, a temática “Farmácia” era de alguma forma pouco relevante, pelo que existiu desde cedo uma necessidade política e cultural de posicionar a importância da Farmácia e do farmacêutico na história da Saúde.

Na década de 1990, o Museu da Farmácia nasce então com uma missão e uma estratégia muito assertivas: a Associação Nacional das Farmácias queria posicionar-se como referência no mundo da Saúde, sendo que o Museu poderia reforçar essa postura e afirmar uma independência da Medicina. Isso mesmo ressalva o Diretor da instituição: “(...) era uma associação que queria posicionar-se como referência no mundo da Saúde, e percebeu-se que nós podíamos, mesmo pelo lado da Saúde, reforçar esse posicionamento. Nós imediatamente percebemos que mesmo nos anos 80 tínhamos este problema de posicionamento na história, porque quando se falava de medicina em grandes exposições a nível nacional, feitas por grandes nomes da museologia nacional, a Farmácia era um parente que entrava dentro da medicina.” (Neto, 2019)

Com o crescimento da coleção do Museu da Farmácia, e a sua valorização, a Associação Nacional das Farmácias afirmava a relevância e o poder da classe farmacêutica dentro do panorama nacional, sendo influente ao ponto de facilitar conversações e negociações com entidades bancárias, por ser proprietária de tamanha coleção que ao indiscutível valor cultural associava a valia venal. A coleção do Museu da Farmácia começava a prestigiar a sua tutela e acreditava-se que quanto mais relevante fosse o Museu da Farmácia e a sua coleção, maior a confiança que seria tida em conta quando se tratava de relações institucionais com o exterior.

O Museu da Farmácia assume, portanto, uma primeira missão estratégica no posicionamento político da respetiva entidade tutelar, através da internacionalização e valorização da sua coleção, sendo que logo desde o início, a investigação era uma componente bastante relevante e incentivada, para que se pudesse justificar junto dos associados o porquê de tanto dinheiro investido naquele património: “Percebemos que o Museu fazia parte de uma estratégia política e cultural, pelo posicionamento que o farmacêutico e Associação Nacional das Farmácias deveriam ter em todas as áreas.” (Neto, 2019).

A par do propósito político no qual assenta a criação do Museu, como já foi mencionado anteriormente, outra vertente importante na definição das respetivas estratégia e missão foi sempre a salvaguarda do património farmacêutico, para que este não caísse no esquecimento, e com ele se pudesse contar a história da Farmácia em Portugal, eternizando-a no tempo.

Para o futuro, e de forma a perpetuar a sua missão e vocação, que, embora não exista escrita num documento oficial, procura enquadrar-se com os Estatutos da Associação Nacional das Farmácias, quando estes referem “Promover a defesa do património histórico, cultural e profissional do setor, apoiando, nomeadamente, o desenvolvimento do Museu da Farmácia.”, o Museu da Farmácia tem estabelecido as suas prioridades em diferentes frentes: continuar a

investigar e divulgar a história da Saúde e da Farmácia, promover a educação para a Saúde através da sua coleção, bem como continuar a ser um “cartão de visita” das Farmácias, enquanto veículo de divulgação da atividade e profissão farmacêutica em Portugal.

1.3. Os Edifícios

O primeiro edifício a receber as peças doadas pelos associados da ANF para a constituição do futuro Museu situava-se na Avenida Almirante Reis, em Lisboa¹³, para onde foram adquiridas as primeiras estantes e expositores para começar a pôr em evidência os referidos objetos. Entretanto, a Associação Nacional das Farmácias muda de sede para o Príncipe Real, e há necessidade de realojar toda a coleção que já tinha sido reunida, sendo neste momento feita uma seleção dos objetos até então recolhidos: as peças mais valorizadas foram para armários-vitrines na nova sede da Associação Nacional das Farmácias, à semelhança do que acontecera no edifício da Avenida Almirante Reis, e o resto foi para um armazém de uma cooperativa de distribuição farmacêutica, conhecida como *Codifar*¹⁴, cuja administração o Dr. Salgueiro Basso, um dos impulsionadores desta iniciativa, pertencia. É neste momento que, após a ocupação deste armazém, os responsáveis se apercebem da dimensão que a coleção já tinha alcançado e que era necessária uma equipa profissional que dela se ocupasse permanentemente e a estudasse (Basso, 2019).

Com intenção de mudar de instalações, pelas proporções que a Associação Nacional das Farmácias e o seu universo empresarial estavam a alcançar, o edifício que seria escolhido para a albergar foi um palacete localizado no Alto de Santa Catarina que havia pertencido a dois grandes nomes ligados à indústria: Alfredo da Silva¹⁵ e Manuel de Mello¹⁶ (Machado et.al., 2015).

O Alto de Santa Catarina é um bairro de Lisboa que assim se chama por ter sido ali mandado edificar, no século XVI, por D. Catarina de Áustria (1507-1578)¹⁷, uma ermida. Esta Igreja viria a ser totalmente destruída pelo terramoto de 1755 e por um grande incêndio já no século

¹³ Não encontramos menção à morada exata, sendo o espaço definido como “Um andarzito na Almirante Reis” por João Silveira, ex-membro da Direção da Associação Nacional das Farmácias (Associação Nacional das Farmácias, 2018) e como um “(...) acanhado andar arrendado num prédio da Avenida Almirante Reis (...)” (Machado et.al., 2015).

¹⁴ Codifar - Cooperativa Distribuidora Farmacêutica, Crl.

¹⁵ Alfredo da Silva, um dos mais notáveis empreendedores dos séculos XIX-XX, fundador de empresas como Companhia União Fabril (CUF), a Tabaqueira, o Banco Totta e a Companhia de Seguros Império.

¹⁶ Manuel Augusto José de Melo foi um empresário comercial português, genro de Alfredo da Silva.

¹⁷ Cônjuge de D. João III de Portugal.

XIX, o que possibilitou a aquisição do terreno por José Pedro Colares Pereira, proprietário da empresa Metalúrgica Vulcano e Colares, que no final do século XIX havia mandado construir ali o seu palacete (APS, 2017).

Seguiu-se Alfredo da Silva, que por sua vez também adquiriu a propriedade no Alto de Santa Catarina para sua residência pessoal, pelo prazer que tinha em poder observar o rio Tejo e o movimento que nele acontecia diariamente. De Alfredo da Silva, a propriedade passou para o seu genro, D. Manuel de Mello, e até albergar à Associação Nacional das Farmácia ainda serviu para outras finalidades, desde ser o edifício onde se encontrava a redação do *Jornal Nova*, até servir de sede de candidatura do Professor Freitas do Amaral à Presidência da República (APS, 2017).

O Edifício supramencionado insere-se na Zona Especial de Proteção (ZEP) do Bairro Alto e imóveis classificados na área envolvente, definida pela Portaria n.º 398/2010, de 11 de junho, formando um quarteirão com os edifícios anexos, na mesma rua. O edificado tem uma planta retangular com pátio central e telhado de duas águas, tendo a sua fachada virada a sul, encontrando pela frente o Miradouro de Santa Catarina, em direção ao Rio Tejo. A última intervenção de larga escala realizada a nível estrutural no referido edifício, traduziu-se em obras de recuperação do mesmo para a instalação da Associação Nacional das Farmácias e do Museu da Farmácia, no ano de 1995 (SIPA, 2005).

É apenas em 1996 que a Associação Nacional das Farmácia inaugura o seu novo edifício (cf. Anexos – Doc. F), na Rua Marechal Saldanha, com o Museu da Farmácia a abrir portas no mesmo ano, apesar dos atrasos nas obras do edifício, dada a realização das necessárias escavações arqueológicas (Machado et.al., 2015).



Figura 3- Fotografia captada durante o *cocktail* de Inauguração da nova sede da Associação Nacional das Farmácias. Fonte: Banco de Imagens do Museu da Farmácia. Autor desconhecido.

Com a aquisição deste imóvel, surgiria a oportunidade de a Associação ter, pela primeira vez, um espaço condigno e exclusivo para a coleção, destinado ao futuro Museu da Farmácia, em Lisboa. Primeiramente, foi apenas disponibilizado o espaço de exposição que hoje conhecemos como piso térreo, e só alguns anos depois, no início do século XXI, é que foi cedido o piso superior, ficando o Museu da Farmácia a gerir o espaço que hoje podemos visitar.



Figura 4 - Edifício sede da Associação Nacional das Farmácias, localizado na Rua Marechal Saldanha, 1, 1249-069 Lisboa. Fonte: Banco de Imagens do Museu da Farmácia.

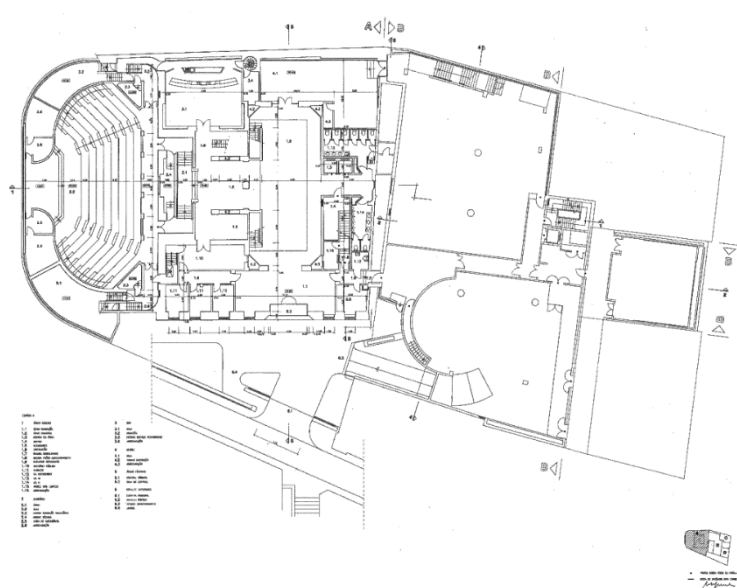


Figura 5- Planta do piso 0 da sede da Associação Nacional das Farmácias, onde está localizado o piso térreo do Museu da Farmácia Lisboa. Fonte: Arquivo da UGP (Unidade de Gestão de Património).

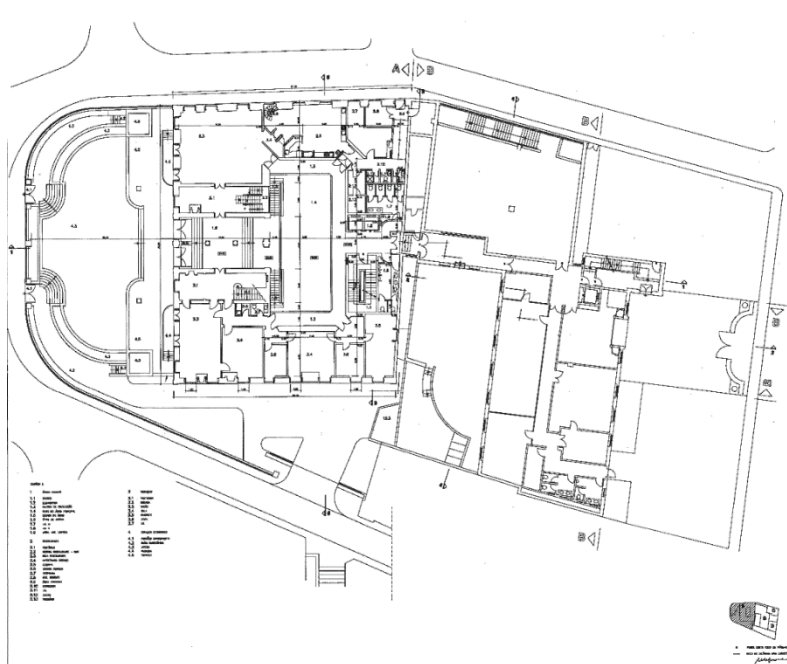


Figura 6 - Planta do piso 1 da sede da Associação Nacional das Farmácias, onde está localizado o piso superior do Museu da Farmácia Lisboa. Fonte: Arquivo da UGP (Unidade de Gestão de Património).

Nas palavras do Dr. João Neto (2019), “(...) havia aquela sala, já estava projetada para Museu, não era o piso de cima. O hall onde hoje nós entramos para o Museu, não era a entrada, era ao pé dos elevadores, mas depois acharam por bem... O projeto era *work in progress*, estava tudo a acontecer.”

Embora o edifício que hoje é a sede da Associação Nacional das Farmácias seja bastante amplo, tem nele instaladas e em atividade sete empresas do Grupo ANF, razão pela qual até aos dias de hoje nunca foi possível atribuir ao Museu mais espaço:

1. Associação Nacional das Farmácias¹⁸;
2. CEDIME¹⁹;
3. CEFAR²⁰;
4. Associação Dignidade;
5. Escola de Pós-graduação em Saúde e Gestão;
6. MONAF²¹.

¹⁸ Referindo aqui a empresa, e não a associação.

¹⁹ Centro de Informação do Medicamento e Intervenções em Saúde.

²⁰ Centro de Estudos e Avaliação em Saúde.

²¹ Montepio Nacional da Farmácia.

1.4. Enquadramento Legal e Administrativo – Modelo de Gestão

Como ficou dito previamente, o Museu da Farmácia encontra-se sob a tutela da Associação Nacional das Farmácias, associação privada que é responsável por um grupo empresarial e, por sua vez, por diversos departamentos, entre os quais o da Área Cultural.

A Área Cultural é um departamento criado em outubro de 2016 pela Associação Nacional das Farmácias, que visa a gestão integrada de todo o setor cultural e patrimonial do grupo, incluindo o Museu da Farmácia, e o seu enquadramento dentro do cenário empresarial e associativo que caracteriza a Associação Nacional das Farmácias, cumprindo a referência feita à atividade cultural descrita no Artigo 6.º dos seus Estatutos, onde é explanado que faz parte da missão da ANF “Promover a defesa do património histórico, cultural e profissional do setor, apoiando, nomeadamente, o desenvolvimento do Museu da Farmácia” (Associação Nacional das Farmácias, 2016). Aquando da criação daquele departamento, o Museu da Farmácia passou a integrá-lo, sendo que atualmente se assume como uma das suas principais divisões.

A Área Cultural surge, portanto, dentro da Associação Nacional das Farmácias com o intuito de gerir todos projetos e eventos de âmbito cultural dentro da Associação, mas também de auxiliar o Museu da Farmácia nos projetos em desenvolvimento, sendo que todas as divisões ou áreas de trabalho deste departamento, têm como objetivo aproximar as Farmácias da sua população através da promoção de atividades culturais e educativas.

O Departamento da Área Cultural subdivide-se em quatro áreas de trabalho:

- Museu da Farmácia (Diretor, Conservador, Curador e Técnico de Reservas);
- Serviços Educativos (Técnico de Serviços Educativos);
- Agenda Cultural (Técnico de Programação e Agenda Cultural);
- Loja/Bilheteira (Assistentes Operacionais de Loja/Bilheteira).

Todas as áreas de trabalho supramencionadas reportam diretamente à Direção da Área Cultural, estando assim sobre a sua dependência administrativa e financeira. Todos os recursos humanos afetos às diferentes áreas têm um vínculo contratual com este departamento. Por sua vez, é a Direção da Área Cultural, composta por apenas um elemento, que estabelece a ponte entre as diferentes áreas, e que reporta diretamente à Direção da Associação Nacional das Farmácias para a aprovação final de projetos, eventos e investimentos.

2. Gestão das Coleções

2.1. O acervo do Museu da Farmácia

O Museu da Farmácia tem atualmente três grandes coleções sob a sua guarda e que são parte integrante do seu acervo, sendo elas: a Coleção do Museu da Farmácia (enquadrada com a missão e vocação do Museu), a Coleção de Arte Contemporânea da ANF e a Coleção Piné.

A Coleção do Museu da Farmácia, que lhe dá identidade, é maioritariamente alusiva à Saúde e Farmácia ao longo da história, tendo sido constituída não só a partir de doações, bem como de aquisições em leilões nacionais e internacionais. Esta é a coleção que é visitável dentro do Museu, através da respetiva exposição permanente ou de longa duração, e na maioria das exposições temporárias em que este organiza.

Uma das grandes características da coleção do Museu da Farmácia é a variedade de objetos e de tipologias que estes ilustram. Esta coleção nasce com o primeiro grande propósito de proteger e preservar o património das Farmácias históricas portuguesas, aquando da modernização das mesmas no final do séc. XX, mas tem hoje em si objetos que ultrapassam a história da Farmácia em Portugal, e são capazes de, em conjunto e enquanto acervo, narrar a história do Homem e da Saúde, por todo o mundo.

Dentro destas coleções estão representados, através de objetos utilitários e/ou artísticos, os cinco continentes do nosso planeta, sendo estes bens alusivos à história da Saúde e representativos da diversidade de culturas e civilizações. Sendo que o acervo do Museu da Farmácia não é apenas uma coleção de pintura ou escultura, entre os objetos nele incorporados podemos encontrar uma variedade de bens utilitários, simbólicos, de cariz religioso ou profano, que conjugam dezenas de formas, materiais e técnicas aplicadas, facilitando a exploração de várias temáticas aquando da montagem de um percurso expositivo, por exemplo, mas dificultando a conservação de uma coleção tão variada.

A coleção do Museu da Farmácia foi agrupada segundo as categorias descritas infra, cada uma das quais ilustradas com um exemplar representativo:

Categoria	Identificação sumária	Imagem
Antiguidades	<p>Figura de Acupuntor</p> <p>China, s.d.</p> <p>Madeira esculpida, pintada sobre gesso</p> <p>Altura: 109 cm</p> <p>(Inv. 15140)</p>	
Cerâmica Farmacêutica	<p>Albarello com inscrição: PLIRI. ARCOTICO</p> <p>Itália, séc. XV</p> <p>Cerâmica policromada</p> <p>Altura: 26,5 cm</p> <p>(Inv. 7857)</p>	
Documentos gráficos e Publicações	<p>Carta Médica Tibetana</p> <p>Tibete, séc. XVI</p> <p>Tecido</p> <p>Altura: 66,5 cm</p> <p>Largura: 49,5 cm</p> <p>(Inv. 7892)</p>	
Especialidades Farmacêuticas e Medicamentos	<p>Óleo Puro de Fígados de Bacalhau Terra Nova</p> <p>Lisboa, c. 1910</p> <p>Vidro, especialidade farmacêutica</p> <p>Altura: 32 cm</p> <p>Diâmetro (base): 7,5</p> <p>(Inv. 15407)</p>	

<p>Espólio Arqueológico</p>	<p>Conjunto de Almofarizes</p> <p>Chipre, séc. XIV-XII a.C.</p> <p>Andesite, esteatite</p> <p>Dimensões variadas</p> <p>(Inv. 10617, 10619, 10621-22,10624-10627, 10635)</p>	
<p>Espólio Etnográfico</p>	<p>Estatueta de Mangbetu</p> <p>Congo, c. 1880</p> <p>Madeira esculpida, pele de réptil</p> <p>Altura: 64,8 cm</p> <p>(Inv. 9465)</p>	
<p>Farmácias Históricas</p>	<p>Farmácia Estácio</p> <p>Porto, c. 1930</p> <p>Madeira, Vidro</p> <p>Área: 45m2</p> <p>(Inv. 13555)</p>	
<p>Fotografia</p>	<p>Curso de Farmácia da Escola de Farmácia</p> <p>Coimbra, c. 1910</p> <p>Papel fotográfico</p> <p>Sem dimensões</p> <p>(Inv. 15421)</p>	
<p>Iconografia religiosa</p>	<p>Ícone de São Cosme e São Damião</p> <p>Grécia, séc. XVII</p> <p>Madeira policromada</p> <p>Altura: 25,5cm</p> <p>(Inv. 6944)</p>	

<p>Instrumentos Científicos</p>	<p>Microscópio composto, segundo o modelo de Edmund Culpeper</p> <p>Inglaterra, c. 1720 Metal, Madeira, Pele e Pergaminho Altura: 41 cm (Inv. 8842)</p>	
<p>Instrumentos e Equipamentos de Farmácia</p>	<p>Almofariz da coleção Rothschild</p> <p>Alemanha, séc. XVII Prata dourada e Ágata Altura (total): 20,20 cm (Inv. 7143)</p>	
<p>Máquinas e aparelhos de indústria</p>	<p>Autoclave de António Carvalho da Fonseca e César de Lima Alves</p> <p>Portugal, c. 1930 Metal Altura: 115 cm (Inv. 109)</p>	
<p>Mobiliário</p>	<p>Balcão decorado com símbolos de Farmácia</p> <p>Portugal, séc. XIX Madeira Altura: 101 cm Largura: 104 cm Profundidade: 107 cm (Inv. 1702)</p>	




<p>Numismática</p>	<p>Moeda evocativa da Peste Negra</p> <p>Alemanha, c. 1530</p> <p>Prata</p> <p>Sem dimensões</p> <p>(Inv. 11600)</p>	
<p>Publicidade Farmacêutica</p>	<p>Cartaz de Propaganda à vacinação, com a temática “Star Wars”</p> <p>Estados Unidos da América, 1977</p> <p>Cartaz c/ impressão a cores</p> <p>Altura: 56 cm</p> <p>Largura: 35,5 cm</p> <p>(Inv. 10870)</p>	
<p>Vidros</p>	<p>Vaso Romano</p> <p>Roma, séc. III - IV</p> <p>Vidro</p> <p>Altura: 8,3 cm</p> <p>(Inv. 15184)</p>	

Tabela 1 – Categorias listadas na coleção do Museu da Farmácia, ilustradas com objetos exemplificativos
 Fonte: *In Arte Premium* (Museu da Farmácia)

No gráfico apresentado de seguida, é possível consultar a distribuição quantitativa de objetos por categoria, no entanto, como explanado no subcapítulo “2.3. Reservas técnicas e conservação das coleções”, o investimento acentuado no trabalho de atualização de fichas de inventário na plataforma digital, só teve o seu início no ano de 2018, sendo que à data de 30 de outubro de 2020, era apenas possível recolher a informação acerca das respetivas categorias para 9.604 objetos.

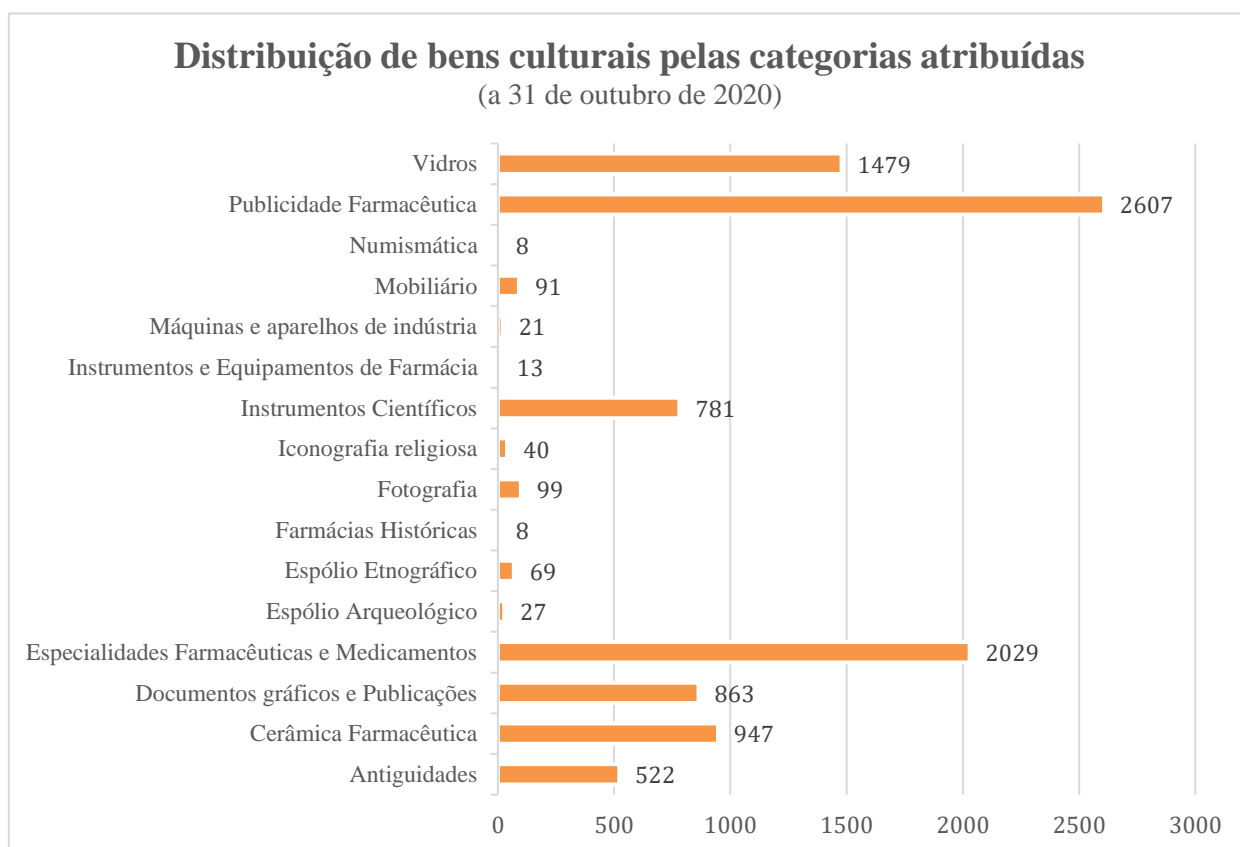


Gráfico 1 – Distribuição de bens culturais do acervo do Museu da Farmácia pelas respetivas categorias (valores apurados a 31 de outubro de 2020).

2.2. A Coleção de Arte Contemporânea da ANF e a Coleção Piné

A Coleção de Arte Contemporânea da ANF é, como o próprio nome indica, uma coleção de arte contemporânea constituída por 115 objetos artísticos. Esta coleção foi incorporada no Museu da Farmácia, por este ter no seu quadro recursos humanos efetivos com conhecimentos técnicos especializados em matéria de conservação preventiva, assim como os meios indispensáveis à salvaguarda deste património. Nela estão integrados diversos objetos artísticos

que foram adquiridos pela Associação Nacional das Farmácias e que, presentemente, fazem parte da decoração de espaços nobres nos edifícios²² da instituição. Nesta coleção, da qual fazem parte pinturas e esculturas, identificamos maioritariamente artistas nacionais enquadrados em diferentes movimentos artísticos do século XX, tais como Columbano Bordalo Pinheiro, Vieira da Silva, Eduardo Batarda, Noronha da Costa, Júlio Pomar, Júlio Resende, José Rodrigues, Nikias Skapinakis, *etc.*



Figura 7 - Sem título, Manuel Cargaleiro (Inv. 10362)

Obra da Coleção de Arte Contemporânea da ANF. Fonte: Banco de Imagens do Museu da Farmácia.

A Coleção Piné integra 140 obras de arte moderna e contemporânea, avaliadas em 3 milhões de euros (Machado, 2008), que foram doadas, num ato benemérito, à Associação Nacional das Farmácias, pelo farmacêutico da Guarda, António Santos Piné²³ (Basso & Costa Freire, 2008). Nesta coleção estão enquadrados nomes de grande relevância da pintura e escultura do século XX, com representatividade nacional e internacional. A título de exemplo de autores nacionais representados nesta coleção, podemos identificar Paula Rego, Maria Helena Vieira da Silva, Júlio Resende, Júlio Pomar, Manuel Cargaleiro, Cruzeiro Seixas, Graça Morais, Julião Sarmento, José

²² Os edifícios com objetos da Coleção de Arte Contemporânea da ANF são: o Edifício Sede da ANF (Lisboa), o Edifício LEF (Oeiras), a Delegação Centro da ANF (Coimbra) e o Edifício Porto Inovo/Delegação Norte da ANF (Porto).

²³ António Santos Piné, farmacêutico e colecionador de arte, desempenhou ao longo de vários anos funções como delegado de círculo e membro da Assembleia Geral na Associação Nacional das Farmácias.

Guimarães, *etc.* Internacionalmente, poderão ser conhecidas obras de Salvador Dalí, Pablo Picasso, Juan Miró, Barceló, Alain Davie, Sonia Delaunay, entre outros.



Figura 8 - Sem título, Pablo Picasso. (Inv. 13905).
Obra da Coleção Piné.
Fonte: Banco de Imagens do Museu da Farmácia.

A doação foi concretizada no ano de 2008, embora a Associação Nacional das Farmácia não tenha sido a primeira escolha, enquanto donatário. António Santos Piné admitiria: “Gostava que a coleção ficasse na minha terra, mas apresentei o projeto aos presidentes da câmara e passaram-se três mandatos sem respostas.” (Associação Nacional das Farmácias, 2008)

Após comunicada a decisão de fazer a doação à Associação Nacional das Farmácias, foi confiado ao Museu da Farmácia a sua gestão, sob compromisso de, em primeiro lugar, este salvaguardar e conservar a coleção da melhor maneira possível, e em segundo lugar, de a divulgar e expor sempre que oportuno. Este compromisso foi concretizado logo de início, com a criação de um espaço de reserva dedicado exclusivamente a obras das coleções de arte moderna e contemporânea, com a criação de um catálogo dedicado à coleção (*Colecção Arte Moderna e Contemporânea António Piné*) e com a mostra de 43 obras no átrio da Sede da Associação Nacional das Farmácias (Associação Nacional das Farmácias, 2008), em Lisboa, e com a

exposição *Arte Moderna e Contemporânea – Colecção António Piné*²⁴, na Delegação Norte da Associação Nacional das Farmácias.

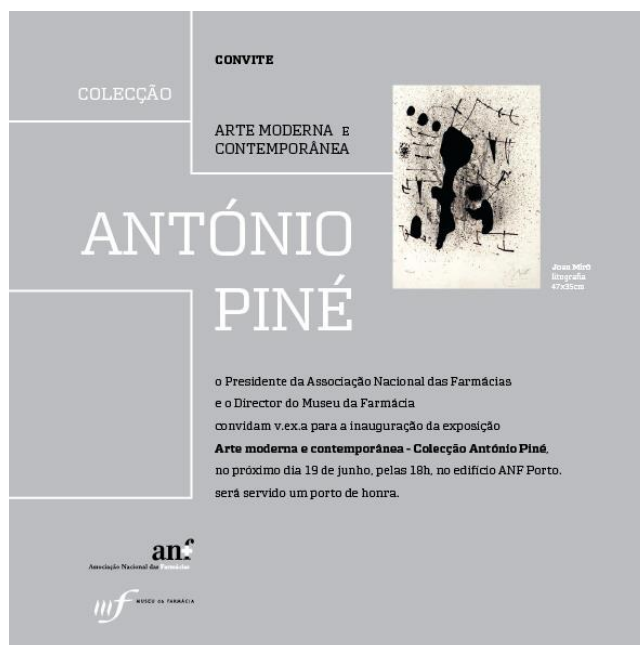


Figura 9 - Convite para a inauguração da exposição Arte Moderna e Contemporânea – Colecção António Piné, na Delegação Norte da Associação Nacional das Farmácias, no Porto.
Fonte: Banco de Imagens do Museu da Farmácia.

Ao longo dos anos, também se registaram algumas participações de obras da dita coleção em grandes exposições, tais como *Incursões – Arte Portuguesa Contemporânea, Coleção António Piné* (Museu da Guarda, de 09 de junho a 10 de dezembro de 2014)²⁵ e mais recentemente *Do Tirar Polo Natural - Inquérito ao Retrato Português* (Museu Nacional de Arte Antiga, de 29 de junho a 14 de outubro de 2018)²⁶.

²⁴ Mostra realizada no ano de 2014, no edifício Porto Inovo – Delegação Norte da Associação Nacional das Farmácias.

²⁵ Exposição realizada em parceria com o Museu da Presidência da República e com a Direção Regional de Cultura do Centro.

²⁶ Exposição organizada pelo Museu Nacional de Arte Antiga, que reuniu obras cedidas por diversas entidades.



Figura 10 - Cartaz da exposição *Incurções – Arte Portuguesa Contemporânea, Coleção António Piné*.
Fonte: Website do Museu da Presidência da República (<http://www.museu.presidencia.pt/>).

Embora nem a Coleção de Arte Contemporânea da ANF, nem a Coleção Piné se enquadrem diretamente na missão e vocação do Museu da Farmácia, foi decidido pela Associação Nacional das Farmácias que ambas as coleções fossem incorporadas no acervo do Museu, por este estar sob a sua tutela e, tendo os meios necessários para a salvaguarda e preservação das coleções, ser a única opção viável.

Para o futuro das coleções, e conforme será descrito na proposta de Política de Incorporações que apresentaremos no Capítulo 3 do presente trabalho, o planeamento da Associação Nacional das Farmácias e do Museu da Farmácias para a divulgação das suas coleções de arte moderna e contemporânea apresentam-se em três frentes distintas:

- a) Criação de um espaço museológico com vista ao depósito de obras de arte da Coleção António Piné, em parceria com outras entidades de cariz cultural, por forma a divulgar a vida do colecionador António Piné, bem como os objetos artísticos e autores que fazem parte desta Coleção de Arte Moderna e Contemporânea.

b) Cedência temporária de objetos artísticos para exposições de outras instituições museológicas parceiras do Museu da Farmácia, quando solicitado pelas mesmas.

c) Musealização dos edifícios oficiais da Associação Nacional das Farmácias (Sede da ANF, Edifício LEF, Delegação Centro da ANF e Edifício Porto INOVA/Delegação Norte da ANF).

Sobre o referido na alínea a) note-se que, como já foi noticiado²⁷, a Associação Nacional das Farmácias e a Câmara Municipal da Guarda estão a protocolar a instalação de parte da Coleção Piné num novo espaço museológico na Guarda (A GUARDA, 2020).

2.3. Reservas técnicas e conservação das coleções

O Museu da Farmácia tem atualmente duas reservas técnicas para as suas coleções, sendo uma destinada à Coleção do Museu da Farmácia, e outra à Coleção de Arte Contemporânea da ANF e à Coleção Piné. Ambos os espaços se encontram dentro do mesmo edifício onde está instalado o Museu da Farmácia e no mesmo piso, sendo que existe um percurso direto entre as reservas do Museu e o espaço expositivo para facilitar o transporte dos objetos e as intervenções necessárias. A arrumação e o acondicionamento destas coleções estão de algum modo facilitados, por se tratar de uma coleção que maioritariamente é composta por pinturas, esculturas e serigrafias (Basso, 2019).

A reserva destinada à Coleção do Museu da Farmácia, apresenta maior dificuldade no acondicionamento dos objetos derivado às diferentes dimensões, tipologias, materiais e suportes das peças. O mobiliário de acondicionamento utilizado é constituído por armários, gavetas e *dossiers* – estes últimos para documentos gráficos - e, por fim, estantes, sendo que é nestas últimas que se agrupam, em função dos respetivos materiais constituintes, as diferentes peças que integram a Coleção do Museu da Farmácia.

O inventário, de ambas as coleções, é uno e feito em conjunto, sendo utilizados dois métodos de registo:

²⁷ Noticiado a 12 de novembro de 2020.

- In Arte Premium²⁸ (plataforma digital);
- Livros de Tombo²⁹ (plataforma física de registo).

O Museu da Farmácia zela por preservar o registo das suas coleções em duas plataformas separadas, cumprindo as boas práticas museológicas que aconselham a manutenção do suporte tradicional, manuscrito, juntamente com o sistema eletrónico, sendo que o Livro de Tombo se limita à descrição básica e à contabilização dos objetos incorporados, e o *In Arte Premium*, se destina não só a esta caracterização, como também ao registo de toda e qualquer informação ou movimento associado aos objetos, permitindo a realização do inventário científico e a documentação das coleções, nos termos definidos na Lei-Quadro dos Museus Portugueses, nomeadamente no seu artigo 19.º e seguintes.

Até à data de 31 de outubro de 2020, estão contabilizados no programa de registo de inventário (In Arte Premium) 16 310 objetos.

Nos gráficos seguidamente apresentados, será possível fazer a leitura da quantidade de bens culturais inseridos³⁰ no sistema de inventário nos últimos anos, no gráfico 2, bem como da quantidade de fichas de inventário atualizadas³¹, no gráfico 3:

²⁸ O *In Arte Premium* é um sistema de gestão de património cultural móvel da Sistemas do Futuro, contratualizado pelo Museu da Farmácia.

²⁹ Primeiro método de registo utilizado, desde 1981, aquando das primeiras doações. Ainda hoje este mesmo livro é atualizado com a informação dos objetos incorporados.

³⁰ As fichas de inventário inseridas no Sistema de Inventário, consultáveis no Gráfico 2, são fichas de inventário que já existiam em suporte físico e no Livro de Tombo, mas que foram informatizadas no Sistema de Inventário Digital (In Arte).

³¹ As fichas de inventário atualizadas no Sistema de Inventário, consultáveis no Gráfico 3, são as fichas de inventário que já estavam registadas na Plataforma In Arte, mas que foram atualizadas com novas informações relevantes (fotografia, título, descrição categoria, valores e avaliações, medidas, etc.).

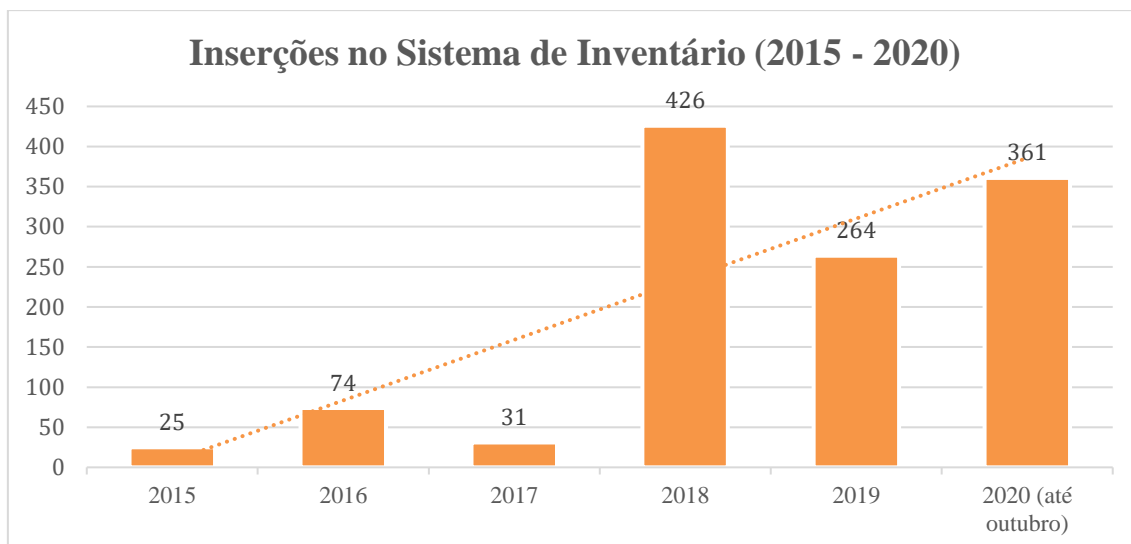


Gráfico 2 – Inserções no sistema de inventário digital, entre 1 de janeiro de 2015 e 31 de outubro de 2020. Fonte: Museu da Farmácia/In Arte Premium.

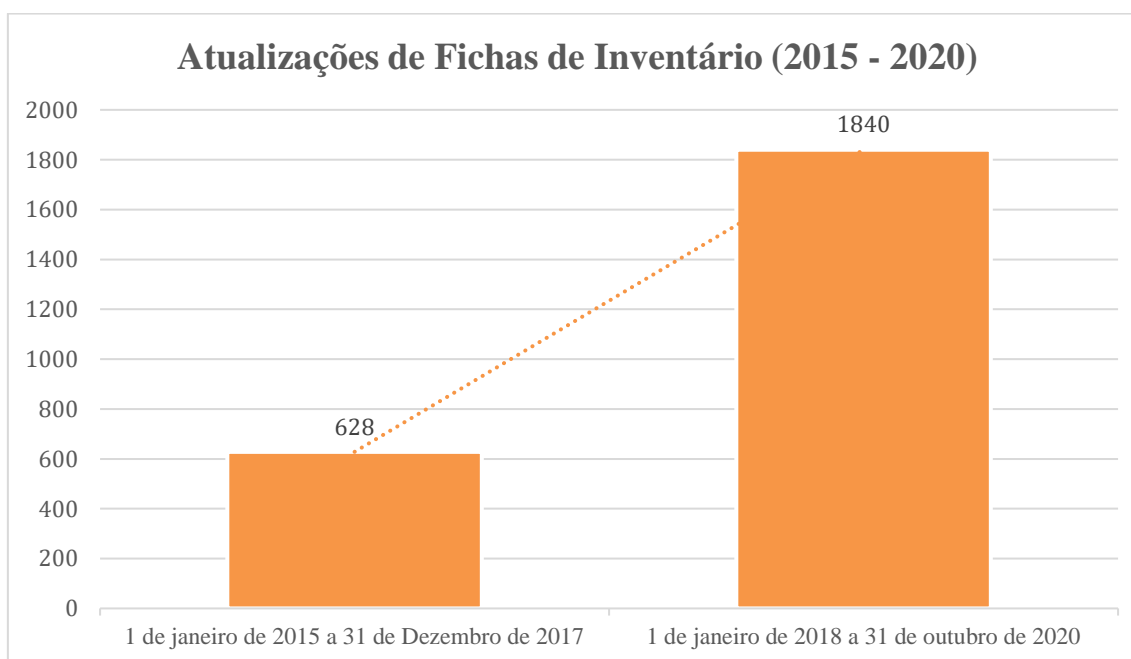


Gráfico 3 – Número de fichas de inventário digital atualizadas entre 1 de janeiro de 2015 e 31 de outubro de 2020. Fonte: Museu da Farmácia/In Arte Premium.

De notar que a diferença numérica significativa de fichas de inventário, quer de incorporações, quer de atualizações de fichas de inventário a partir de 2018, se ficou a dever ao aumento da equipa técnica do Museu, que até à data se limitava a uma pessoa (a conservadora do Museu, Dra. Paula Basso), que assegurava sozinha todo o trabalho de registo, inventário,

conservação preventiva e demais funções museológicas. A partir do ano de 2019, com mais um elemento na equipa técnica do Museu, foi possível corrigir e/ou ampliar informação existente sobre os objetos inventariados, assim como proceder a novos registos.

Desde 2018, a equipa técnica do Museu da Farmácia passou de dois membros (Diretor e Conservadora) para quatro membros efetivos (Diretor, Conservador, Curador e Técnica de Reservas³²), estando, desde então, a ser feito um trabalho de informatização das fichas de inventário físicas e atualização das fichas já inseridas, mantendo-se constante o trabalho de inventário no Museu, conforme recomendado na Lei-Quadro dos Museus Portugueses.

2.4. Modalidades e Política de incorporações

Até à presente data, foi possível identificar duas modalidades de incorporação de objetos no acervo do Museu da Farmácia: doação e aquisição, por compra.

Num processo de doação, os objetos são deixados no Museu da Farmácia com a intenção expressa do doador, sendo posteriormente avaliados pelos responsáveis da instituição que verificam se os mesmos se enquadram nas coleções existentes e se a sua incorporação poderá valorizar o acervo do Museu.

É feita sempre uma análise prévia do estado de conservação do objeto, para que antes da sua incorporação, se determine se o mesmo está em condições de ser incorporado no acervo. Todo o procedimento e metodologia de incorporação adotados no Museu da Farmácia, embora sejam regulares e claros para toda a estrutura e equipa técnica, não estão oficialmente documentados por forma a serem publicamente divulgados, ficando a cargo do quadro técnico do Museu da Farmácia avaliar se a incorporação se enquadra, ou não, nas coleções do Museu da Farmácia, e apresentar a proposta à tutela. A decisão final de incorporação de objetos na coleção do Museu da Farmácia, através de doação, é tomada pelo Diretor do Museu³³.

³² Designação oficialmente atribuída pelos recursos humanos da Associação Nacional das Farmácias ao cargo atribuído a este elemento técnico, cujas funções passam por fazer o trabalho de registo, inventário, acondicionamento e investigação dos objetos nas reservas do Museu da Farmácia.

³³ A decisão de incorporação de objetos na modalidade de doação fica a cargo do Diretor do Museu, no entanto, em outras modalidades, caso a incorporação represente um ónus para o Museu da Farmácia, como uma aquisição por compra, a aprovação final e decisão ficará a cargo da tutela.

Quando se pretende uma aquisição por compra, e depois de identificado o(s) objeto(s) pretendido(s), respetivas condições de venda e valores, a proposta é submetida à Direção da Área Cultural da ANF, pelo Diretor do Museu da Farmácia. Essa proposta deverá mencionar o valor da aquisição e o propósito da incorporação. Estas propostas são avaliadas e aprovadas pela Direção Nacional da ANF, que anualmente aprova e atribui um *budget* para o efeito (Ramos, 2019).

3. Conservação Preventiva e Ativa do acervo

3.1. Normas de Conservação Preventiva

O Museu da Farmácia, embora não tenha um Plano de Conservação Preventiva oficial formalizado, conforme determinado na Lei-Quadro dos Museus Portugueses, rege-se por um conjunto de normas implementadas pela Dra. Paula Basso, conservadora do Museu, que são reconhecidas e descritas num documento interno e que devem ser imperativamente respeitadas. Estas normas vão de encontro a todas os preceitos reconhecidos na área da conservação ativa e preventiva, por forma a salvaguardar da melhor forma o acervo do Museu da Farmácia:

- Os espaços das reservas técnicas encontram-se climatizados a uma temperatura média de 20°C e 50% a 55% de Humidade Relativa (HR), sendo que é colocada sílica gel junto a materiais onde existe a necessidade de diminuir a humidade³⁴.
- Os espaços das reservas são periodicamente limpos por uma empresa externa contratada, com a supervisão da conservadora ou de um técnico superior de museologia;
- O Museu da Farmácia possui uma variedade de equipamentos de manuseamento e limpeza de objetos, para serem utilizados pela sua equipa, como luvas de algodão e de latex, escovas, pano de fibras e agentes de limpeza.
- O transporte das peças dentro do Museu da Farmácia é feito com recurso a um carro especializado para o efeito, a fim de minimizar os efeitos da trepidação, sendo que existe um acesso exclusivo das reservas até ao espaço expositivo do Museu. Também nesta rota se destaca o acesso a um elevador monta-cargas e respetiva zona de receção de objetos de grandes dimensões, a partir do exterior do edifício (zona de carga³⁵).

³⁴ Como os metais, a título de exemplo.

³⁵ Zona de carga partilhada com as restantes empresas do Grupo ANF, servindo apenas de passagem de bens culturais, e não de armazenamento.

- O espaço expositivo do Museu é vigiado todos os dias, e é feita uma breve vistoria diária para verificar o estado dos objetos expostos. Aquando da verificação de alguma necessidade de intervenção num dos objetos expostos, são consultados técnicos especialistas externos, por forma a fazer o levantamento do estado de conservação do bem cultural em apreço, bem como orçamentar a intervenção;
- As condições ambientais do espaço expositivo são controladas através de um Sistema de Ar Condicionado, estando programada para uma temperatura média de 20°C a 22°C, com 50% a 55% de HR;
- Dentro do espaço expositivo são utilizados projetores de luz fria, sendo que não existe incidência direta de luz natural nos objetos; no entanto, não é feita a medição regular dos níveis de iluminação, situação que em breve se espera ultrapassada;
- O sistema de iluminação do espaço expositivo apenas se liga na presença de visitantes (de forma automática, através de sensores), o que permite reduzir o tempo de exposição dos objetos à luz;
- Sempre que é verificada a necessidade de intervenção direta num objeto, este é imediatamente retirado do espaço expositivo para as reservas do Museu, iniciando-se o procedimento administrativo de contratação externa de um serviço especializado no restauro de bens culturais.

3.2. Intervenções no âmbito do restauro

Não tendo um conservador-restaurador nos seus quadros, apto a fazer intervenções de restauro nas suas peças, nem um laboratório de conservação e restauro nas suas instalações, o Museu da Farmácia recorre à contratação externa de profissionais qualificados para intervencionar os seus objetos. No entanto, existem profissionais qualificados no Museu da Farmácia (Conservadora, Curador e Técnica de Reservas) aptos a fazer um diagnóstico sobre o estado atual de conservação de cada peça, e habilitados a identificar a necessidade de intervenção em cada objeto. Após esta análise interna, é feito um relatório técnico para ser levado a aprovação da Direção da Área Cultural, no qual são elencados os objetos que apresentam necessidade mais premente de intervenção especializada, sendo que anualmente é previsto em orçamento para o ano civil seguinte (considerando que o Museu não tem orçamento próprio) um valor aproximado destinado à conservação e restauro de objetos museológicos, sendo uma das permanentes

preocupações da equipa do Museu, monitorizar o estado de conservação dos bens e identificar as alterações que sobre os mesmos ocorreram.

Aquando da autorização da tutela para a concretização de uma intervenção, são feitas consultas e solicitados orçamentos, acompanhados de visitas técnicas e relatórios de estado de conservação (*condition reports*) do objeto a ser intervencionado, elaborados por conservadores-restauradores especializados na tipologia e materiais constitutivos do objeto em questão. Depois da adjudicação do serviço, o objeto poderá ser intervencionado fora das instalações do Museu da Farmácia ou no espaço de Antecâmara das reservas do Museu. A definição do local a realizar a intervenção dependerá do estado de conservação do objeto, do tamanho do mesmo, da disponibilidade do *atelier* e da avaliação do conservador-restaurador (Basso, 2019).

4. Análise SWOT

A análise SWOT é uma metodologia de análise com o objetivo de fazer um levantamento das forças e fraquezas de um projeto/empresa, em função das oportunidades e ameaças do mesmo (Economias, 2017). Utilizaremos esta análise considerando o Museu uma entidade de pequeno/médio alcance (Houben, Lenie & Vanhoof, 1999), para avaliar o planeamento e projeto atual do Museu da Farmácia.

4.1. Fatores Internos

4.1.1. *Strenghts* (Forças)

- Único Museu em Portugal, na área da Saúde, que na sua coleção representa civilizações de todo o mundo e possui peças relacionadas com os cinco continentes;
- Quadro de pessoal técnico próprio do Museu, permanente e especializado nas áreas de trabalho adequadas³⁶;

³⁶ A partir do ano de 2019, quanto o Museu da Farmácia passou a ter quatro elementos afetos à sua atividade técnica, e doze elementos na equipa da área cultural.

- O Museu pertence a uma Associação com financiamento suficiente para assegurar a sua gestão, manutenção e cabal cumprimento da respetiva missão e objetivos, independentemente do fluxo de visitantes ou sustentabilidade do projeto;
- Oferece à sociedade uma variedade de serviços: exposição permanente e mostras temporárias, Serviço Educativo, Loja/Bilheteira, Agenda Cultural e Auditório;
- Programação cultural adequada, com a exploração de diferentes temáticas na área da Saúde e da Farmácia, e participação em exposições e parcerias com outras entidades de referência nacional;
- Presença virtual na Internet, através do *website*³⁷ e redes sociais (*Facebook, Instagram e Linked-In*).
- Política de bilhética definida, com redução de valores para parceiros (*Lisboa Card*³⁸, a título de exemplo), estudantes, crianças, sénior, e adaptação de valores às diferentes atividades.
- Visitável sete dias por semana, com abertura regular ao público³⁹.

4.1.2. *Weaknesses* (Fraquezas)

- Inexistência de autonomia de gestão e de orçamento próprio;
- Ausência de personalidade jurídica independente da tutela, o que impede o Museu da Farmácia de ter acesso a diversos concursos e financiamentos;
- Carência de documentos oficiais (instrumentos de gestão) que regulem as práticas museológicas, dado a enquadramento orgânico na tutela;
- Sendo recente a criação da área de trabalho responsável pela comunicação e agenda cultural do Museu da Farmácia, a programação e iniciativas carecem de alcance mediático, provocando falta de visibilidade e fraca adesão aos eventos;
- Ausência de áudio-guias, bem como condições de acessibilidade dentro do Museu, nomeadamente para pessoas com mobilidade reduzida e outras necessidades especiais;
- Ausência de um dia semanal/mensal com gratuidade;

³⁷ <https://www.museudafarmacia.pt/>

³⁸ Passe turístico oficial de Lisboa.

³⁹ Segunda a Sexta-feira – aberto das 10h às 18h (última entrada às 17h30); Sábado e Domingo – aberto das 10h às 13h e das 14h às 18h (última entrada às 17h30).

- Sistema de bilhética disfuncional, devido ao programa de faturação em uso não ser adaptado à realidade do Museu (o programa utilizado pela loja é o mesmo programa de faturação utilizado por outras empresas do grupo ANF);
- Ausência de espaço destinado exclusivamente a exposições temporárias, estando pendente da conciliação com outros eventos da Associação Nacional das Farmácias, que ocupam o *hall* de entrada;
- Acessos partilhados, nomeadamente o hall de entrada e casas de banho, com todas as empresas sediadas no edifício;
- Espaço expositivos com carências visíveis (projeto de iluminação e legendagem desadequados e fracas acessibilidades).
- Não tem acesso a fundos públicos, pela sua situação de integrar uma associação privada, o que embora seja positivo na medida em que sustenta o projeto independentemente dos seus resultados, limita nas intervenções a executar, estando em dependência do sucesso dos outros projetos da Associação Nacional das Farmácias;
- Atual inexistência de serviços complementares como cafetaria, centro de documentação e política editorial própria;
- Não disponibilização (física e digital) da totalidade das coleções;
- Fraca sinalética urbana, nomeadamente perto das instalações do Museu;
- Entrada para o Museu através da lateral do edifício, e não pela fachada, sendo este um acesso partilhado entre os visitantes e todos os funcionários da ANF.

4.2. Fatores Externos

4.2.1. *Opportunities* (Oportunidades)

- Embora existam mais coleções com objetos ligados à Farmácia em Portugal⁴⁰, o Museu da Farmácia é o único Museu português inteiramente dedicado à história da Saúde e da Farmácia, na sua abrangente coleção e dimensão, e reconhecido internacionalmente⁴¹;

⁴⁰ Coleções de Farmácias conhecidas em instituições como o Museu da Ciência da Universidade de Coimbra e a Faculdade de Farmácia da Universidade de Porto, a título de exemplo.

⁴¹ Nomeado, no ano de 2004, para o *European Museum of the Year Award* (EMYA).

- Tendo como temática uma área tão abrangente como a Saúde, existe facilidade em encontrar outros Museus com espólios relacionados com esta área, e, assim, estabelecer parcerias no âmbito de empréstimos e permutas para exposições temporárias, visando a internacionalização da instituição e da sua coleção, mas também na implementação de projetos de investigação transversais, partilha de experiências e formação dos seus profissionais, entre outras;
- Perante a atual situação pandémica⁴², a íntima ligação às temáticas da Saúde e da Farmácia revela-se como uma oportunidade não só ao nível da comunicação e do crescente interesse do público pelas temáticas exploradas no Museu, permitindo a criação de iniciativas e atividades educativas enquadradas com a atualidade, mas também representa uma oportunidade para a incorporação de novos objetos que testemunhem a reação nacional à COVID-19, podendo vir a testemunhar, futuramente, a atual situação pandémica;
- Por ser um Museu que representa uma classe profissional, existe a possibilidade de estabelecer parcerias com Universidade e Faculdades de Farmácia, associados e/ou com a indústria farmacêutica, a nível nacional e internacional;
- Localizado no centro da cidade de Lisboa, numa zona turística e cultural, e com vários meios de transporte acessíveis.

4.2.2. Threats (Ameaças)

- Atual redução da atividade cultural, bem como circulação de turismo nacional e internacional, derivada da situação pandémica no mundo, com fortes repercussões no setor turístico e cultural em Portugal;
- Muita oferta cultural e turística no centro de Lisboa;
- Partilha de espaços com outros serviços e empresas, ainda que do mesmo grupo, condicionando parcialmente as atividades e iniciativas levadas a cabo pelo Museu no cumprimento estrito da sua missão;
- Apesar da sua localização central, em Lisboa, o Museu está enquadrado no Alto de Santa Catarina, com um crescimento exponencial da oferta de lazer.

⁴² Pandemia causada pela doença por coronavírus (COVID-19), uma doença infecciosa.

4.3. Síntese da análise SWOT

Dentro dos fatores internos, percebemos que o Museu da Farmácia tem uma coleção muito significativa e com possibilidade de ser bastante mais explorada pela sua exclusividade em Portugal. De notar ainda que estar sob a tutela da Associação Nacional das Farmácias, poderá permitir ao Museu da Farmácia uma evolução e crescimento relevantes, independente da situação e contexto nacional ao nível do setor cultural, económico-financeiro, e até social. Nos fatores menos positivos (fraquezas), é possível observar que não são apenas identificadas situações que causam algum limite ou constrangimentos à atividade do Museu, e sob as quais o Museu não tem qualquer controlo (porque não tem autonomia administrativo-financeira), como também que existe uma falha na produção e oficialização de documentos essenciais, que otimizariam a gestão e as práticas museológicas.

Quanto aos fatores externos, identificamos que existem mais oportunidades que ameaças, e que as ameaças são fatores incontornáveis, sejam elas a permanente e diversificada oferta cultural no centro de Lisboa, ou a atual situação conjuntural pandémica.

O Museu da Farmácia deverá, portanto, continuar a procurar converter as ameaças em oportunidades, seja estabelecendo parcerias com outras entidades museológicas perto da sua localização, como é o caso da iniciativa *Museólogos - Os Jesuítas, Ciência e Saúde*⁴³, seja aproveitando os estabelecimentos de restauração e lazer nas proximidades, para estabelecer protocolos de colaboração, como recentemente fez o restaurante *Pharmacia*⁴⁴ (Leandro, 2020), o que permitirá ao Museu ultrapassar a inexistência de serviços complementares mas atrativos para os seus públicos, nomeadamente os de cafetaria e restaurante.

Mediante a ameaça mais relevante no momento, e com mais impacto na atividade e prática museológica do Museu da Farmácia, a pandemia de COVID-19⁴⁵, o Museu da Farmácia deverá investir em três frentes:

⁴³ Ciclo de visitas temáticas em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e o Museu de São Roque, em 2019.

⁴⁴ A parceria estabelecida com o restaurante “Pharmacia”, prevê a possibilidade de os visitantes adquirirem um bilhete de visita ao museu e disfrutarem, antes ou depois, do cocktail “Antivírus” no restaurante adjacente ao museu.

⁴⁵ A pandemia de COVID-19 eclodiu no mundo no primeiro trimestre de 2020 e consiste numa doença respiratória aguda causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2)

- a) Procurar mobilizar o máximo de visitantes possíveis, através de atividades, físicas e virtuais, que o distingam, aproveitando o facto de ser um Museu de Ciência, Saúde e Farmácia. Nesta indicação, destaca-se a exposição *Um Mundo de Máscaras* (Museu da Farmácia, 2020), com presença enquanto exposição física e virtual, os ateliers “Brigada Antivírus” (*TimeOut*, 2020) e o lançamento de Visitas Virtuais via ZOOM (Sic Notícias, 2020), numa ótica de reaproximação entre as escolas e o Museu.
- b) Investir na reorganização de processos de gestão das práticas museológicas, tais como a elaboração de documentos essenciais à gestão de coleções como um Regulamento Interno, uma Política de Incorporações, Plano de Conservação Preventiva e um Plano de Segurança, conforme previsto na LQMP.
- c) Procurar incorporar objetos ligados à atual reação científica e social no combate ao vírus SARS-CoV-2, com vista a preservação da memória da atualidade, não só numa perspetiva de estratégia patrimonial, como também comunicacional.

No seguimento da análise feita, sugere-se que o Museu da Farmácia se proponha a documentar, oficialmente, as suas práticas museológicas, através da definição das linhas orientadoras que visem otimizar a sua gestão. Dado que muitos dos fatores supramencionados não são imediatamente corrigíveis, torna-se inadiável e prioritário a redação de um instrumento de gestão essencial de coleções: uma política de incorporações, como se demonstrará nos capítulos seguintes.

Capítulo 2. Política de incorporações de bens museológicos: um instrumento de gestão essencial

1. Gestão de Coleções e Política de Incorporações

Os Museus são as entidades responsáveis pelo património cultural, tendo como uma das suas primeiras responsabilidades proteger e promover as suas coleções, viabilizando todos os recursos necessários para estes fins (ICOM, 2007). Parte da sua missão recai sobre a gestão dos acervos, tendo todas as instituições museológicas a responsabilidade assim de adquirir, preservar e por fim, valorizar os objetos que incorpora, a fim de contribuir para a salvaguarda do património pelo qual estão responsáveis, considerado património público. Para a viabilização desta missão, é necessária a clarificação de noções básicas de propriedade legítima, permanência, documentação, acessibilidade e alienação (ICOM, 2007).

A Lei-Quadro dos Museus Portugueses, Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto, de entre outros propósitos, clarifica os princípios da política museológica nacional, estabelece direitos e deveres das pessoas coletivas públicas e privadas que tutelam os Museus e apresenta soluções de rigor técnico e profissional para as práticas museológicas, garantindo assim o suporte intelectual para que os Museus se apresentem como instituições que procuram valorizar as suas coleções, através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, conforme explicito no seu conceito original.

Na mesma Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto, são ainda apresentadas as funções museológicas, estando em destaque, de entre outras, a incorporação de bens culturais, pois é no momento em que um bem cultural passa a fazer parte integrante de um acervo que começa, verdadeiramente, a gestão de coleções.

A incorporação de bens culturais deverá reger-se por um documento oficial de Política de Incorporações, formulado e aprovado pela tutela do Museu, e que se encontre em conformidade com o descrito na Lei-Quadro dos Museus Portugueses e com o *Código Deontológico do ICOM para Museus*⁴⁶. Esta política de incorporações deverá ter em vista o enriquecimento e valorização das coleções de acordo com a vocação da entidade museológica. Este documento, que deverá ser tornado público e revisto quinquenalmente, visa definir quais as condições dos objetos que serão

⁴⁶ O documento principal do ICOM é o Código Deontológico do ICOM para Museus. Estabelece normas mínimas para a prática profissional e atuação dos museus e seu pessoal.

incorporados, garantir a salvaguarda mesmos, a sua utilização, e ainda qual a finalidade dos objetos que não serão incorporados nos acervos.

É pela Política de Incorporações que “nascem” e crescem as coleções e que se abre o precedente para a materialização dos acervos, pelo que cabe a este documento definir quais os bens culturais que se enquadram na missão e vocação de cada entidade museológica e que complementam as coleções já existentes.

Parte da relevância de uma correta implementação de uma política de incorporações deverá ser a de garantir que os acervos, e respetivas informações, sejam corretamente registados de forma a que se preservem na memória das instituições, sendo transmitidos às gerações futuras, assumindo assim uma responsabilidade social de preservação de património, e tornando-se num documento essencial para a gestão museológica.

Dado o carácter público dos acervos, o serviço museológico requer a confiança da sociedade, que deposita nas entidades museológicas a confiança para a salvaguarda do património móvel que a todos pertence. Para reforçar as relações entre o público e as entidades que gerem os acervos, deverá não só fazer parte da missão dos Museus as ações de consciencialização pública sobre o papel e propósito do Museu, mas também a publicação e publicitação de documentos inerentes à gestão das coleções (Boylan, 2004).

Tratando-se a Política de Incorporações de um documento que rege as condições de incorporação administrativa de objetos que materializarão a história, e que esta é do interesse e domínio públicos e fulcral para a memória coletiva de uma sociedade acerca de uma ou várias temáticas, os Museus deverão disponibilizar as suas políticas de incorporação, como acima referido.

Outra das primordiais funções museológicas prende-se com a conservação e a preservação dos acervos e, por sua vez, das memórias que estas simbolizam. Este é um dos processos mais relevantes nas práticas museológicas, que permite a salvaguarda do património para a posteridade, e que só se inicia através da política de incorporações, onde deverão estar definidos não apenas os critérios de aquisição, mas também asseguradas as condições de conservação e preservação de forma a que o Museu possa incorporar os diferentes bens culturais. É através do processo de incorporação, que culmina com o registo de inventário, que o bem cultural adquire o seu estatuto museal, a sua conotação patrimonial, e, em alguns países, um estatuto legal específico enquanto bens inalienáveis.

Dada a relevância do processo de incorporação, as coleções devem ser concebidas segundo um programa científico claro, de acordo com a missão e vocação da entidade museológica, e visando a coleta de objetos de alto interesse histórico e patrimonial nas áreas temáticas de cada Museu.

2. Práticas de Incorporação

2.1. Critérios-base para a incorporação

Todos os Museus, excetuando os que fazem a gestão de coleções privadas, têm a obrigação de ampliar os seus acervos, tornando as suas coleções dinâmicas, conforme descrito no Relatório do inquérito levado a cabo pela *Museums Association* em 2005, intitulado “Collections for the Future”: *Museums should actively develop their collections, with a renewed commitment to acquisition as a key part of their role, and new strategic and funding approaches*⁴⁷. (Wilkinson, 2005).

As políticas de incorporações deverão, portanto, definir as condições para a incorporação efetiva de um bem cultural no respetivo acervo, sendo que nenhum objeto deverá dar entrada num Museu sem que antes se trace a proveniência e o historial – tão completo quanto possível - do bem cultural a incorporar, assim como se afira o seu enquadramento na vocação do Museu (ICOM, 2007), sendo sempre necessário garantir a futura titularidade do objeto.

De acordo com a LQMP, a incorporação corresponde à segunda função museológica, obrigatoriamente precedida de estudo e investigação. Efetivamente, para que um objeto ou obra de arte possa ser formalmente integrado num acervo, o Museu está obrigado a cumprir o dever de diligência devida, ou seja, a investigar e documentar todo o percurso do bem cultural, desde o momento da sua conceção, por modo a garantir a legalidade do mesmo, assim como a aferir dos critérios que determinam o seu real valor cultural, designadamente a sua autenticidade, raridade, exemplaridade, originalidade e excecionalidade (Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, Artigo 2.º, n.º 3).

⁴⁷ Os museus devem desenvolver ativamente suas coleções, num compromisso renovado de aquisição como parte fundamental do seu papel, e novas abordagens estratégicas e de financiamento – Tradução livre.

Previamente à incorporação, deverão ser acautelados os requisitos constantes das alíneas inframencionadas:

- a. Existência de um título de propriedade válido – O Museu deverá ficar na posse de um documento de titularidade válido sobre o bem cultural incorporado, para que possa, a todo o momento, comprovar a aquisição lícita e a sua condição de legítimo proprietário;
- b. Procedência lícita do bem cultural – deverá ser possível traçar o historial do bem cultural em questão, desde a sua descoberta ou criação até ao momento da incorporação, independentemente da apresentação de um título válido de propriedade (nacional ou internacional), dada a possibilidade de os bens estarem ligados ao tráfico ilícito ou a pilhagens arqueológicas. Na impossibilidade de documentar a origem dos bens culturais ou não existindo documentos que comprovem essa mesma proveniência (ex.: licenças de exportação do país de origem), os mesmos devem ser rejeitados pelo Museu;
- c. Bens culturais obtidos através de atividades não autorizadas – não deverão ser incorporados objetos provenientes de descobertas ou apropriações de objetos obtidos através de atividade não legitimadas pelas entidades governamentais;
- d. Bens sensíveis – restos humanos, objetos de cariz sagrado ou ritual, entre outros, só deverão ser incorporados quando existir a garantia de preservação dos mesmos, respeitando-se a origem, os interesses e as crenças das comunidades ou instituições religiosas das quais aqueles são originários, conforme descrito no Código de Ética no ICOM⁴⁸. (ICOM, 2007).
- e. Espécies protegidas – não deverão ser incorporados bens que estejam em desacordo com a legislação local de referência acerca de espécies protegidas.

⁴⁸ De acordo com o ponto 2.5 “Materiais culturais sensíveis. Os acervos de remanescentes humanos e de material de caráter sagrado devem ser adquiridos somente se os mesmos puderem ser conservados em segurança e tratados com respeito. Isto deve ser feito de acordo com normas profissionais, resguardando, quando conhecidos, os interesses e crenças da comunidade, grupos religiosos ou étnicos dos quais os objetos se originaram.” (ICOM, 2007)

2.2. Enquadramento com a missão e vocação

Os Museus devem distinguir-se dos demais colecionadores privados através do enquadramento das aquisições que fazem para os diferentes acervos museológicos, justificando as incorporações não com critérios pessoais, subjetivos ou estéticos, mas sim com o enquadramento com a missão e vocação explicitas na Regulamento Interno do Museu (Boylan, 2004).

O processo de incorporação de um bem cultural nos Museus trata-se de uma institucionalização do objeto (Ternhag, 2006), passando este da esfera privada para o domínio público.

Nesta estrutura, o Museu poderá recorrer a um comité interno para a avaliação das propostas de aquisição, explanando o enquadramento com a política de incorporações, através de um processo de seleção que irá determinar se o objeto tem valor artístico, histórico ou cultural, e assim, valorizar o acervo museológico do Museu, complementando e preenchendo as lacunas das coleções já existentes.

A aquisição de bens culturais que não estejam de acordo com a política de incorporação do Museu, deverá ser feita a título excecional, e se devidamente justificado após atender às recomendações de profissionais disponíveis e à opinião de todas as partes interessadas (Boylan, 2004).

2.3. Limitações do Acervo

Para definir o enquadramento com a missão e vocação do Museu, torna-se impreterível definir as fronteiras do acervo, por forma a que, aquando de uma proposta de aquisição, seja possível avaliar se determinado bem cultural tem, ou não, condições de ser incorporado.

No caso prático do Museu da Farmácia, considera-se que o Museu pretende explorar e narrar toda a história da Saúde e da Farmácia, tornando-se necessário recuar até ao primeiro momento conhecido em que o ser humano tem contacto com esta temática: a dor, a doença e a incansável procura por uma cura ou um tratamento, percebendo que estas questões são intrínsecas ao ser humano (assim como ao animal), e por isso, sobre este princípio, temporalmente o Museu

da Farmácia apresenta como balizas cronológicas todo o período da existência do homem, tendo no seu acervo objetos que datam desde a era pré-histórica ao ano de 2020.

Como referido anteriormente, fazem ainda parte do acervo do Museu da Farmácia as coleções de arte contemporânea da Associação Nacional das Farmácias e a Coleção Piné, que reúnem objetos artísticos da área da pintura e da escultura, em diferentes suportes, e de artistas nacionais e internacionais do século XX. Estas duas coleções encontram-se limitadas e balizadas pelos exemplares que delas fazem parte, estando fechadas. Não estão previstas quaisquer incorporações de objetos na Coleção de Arte Contemporânea da ANF, por se tratar de uma coleção reunida num determinado contexto e propósito, que na atualidade não tem enquadramento com a missão e vocação do Museu da Farmácia, nem com os estatutos da ANF. Também a Coleção Piné, por se tratar de uma doação de um colecionador privado, se encontra fechada, não se prevendo qualquer alargamento da mesma.

Esta Política de Incorporações destinar-se-á, portanto, à incorporação de objetos que se relacionem com a história da Saúde e da Farmácia e se enquadrem na coleção do Museu, e na sua vocação e missão.

Ainda que adquiridos, e sendo propriedade do Museu, todos os materiais de serviço educativo, promoção e divulgação, mobiliário e economato, não deverão ser incorporados nos acervos dos Museus. Do mesmo modo, o acervo museológico não deve cruzar fronteiras com os fundos arquivísticos ou bibliográficos existentes no Museu, que competem, respetivamente, aos Arquivos, Centros de Documentação ou Bibliotecas.

2.4. Princípio da sustentabilidade das coleções

No âmbito da gestão de acervos museológicos, ainda que por parte de Museus e instituições com tutelas privadas, dever-se-á ter em consideração as expectativas que a sociedade manifesta acerca das coleções que os Museus disponibilizam. Eticamente, e dado o interesse e caráter público das coleções, as instituições museológicas deverão ser consideradas guardiãs da memória das sociedades, fazendo a gestão das coleções, tendo em vista não apenas a preservação e salvaguarda do património, mas também a disposição do mesmo para que este possa ser fruído, contemplado, ou até veiculado como instrumento de ensino, adquirindo assim um caráter de serviço público,

desafiando as sociedades a tornarem-se parte integrante da vida dos acervos (Museums Association, 2002).

No âmbito da sustentabilidade das coleções, é do interesse do Museu alargar a sua coleção, no entanto, optando por práticas de seleção rigorosa dos bens a incorporar, não dando espaço a duplicações de objetos, aquisições marginais⁴⁹ e à incorporação de bens culturais de pouca relevância histórica, artística ou cultural. A relevância de uma prática de seleção e avaliação dos objetos a incorporar assume ainda especial relevância, dada não apenas a afetação de recursos humanos e materiais que o crescimento das coleções implica, tornando-se oneroso para o Museu, como também as limitações de espaço existentes no Museu, colocando em causa a sustentabilidade das suas coleções para o futuro.

É ainda de interesse público que, para além do investimento na preservação, investigação e disponibilização de conteúdos, faça parte do plano de gestão das coleções o investimento na incorporação de objetos, acrescentando valor às coleções com objetos que valorizem os acervos e contribuam para a materialização da missão e vocação de cada Museu. O investimento e incorporação de objetos nas coleções deverá ser feito com noções de responsabilidade social sobre bens culturais que se tornaram parte integrante de acervos museológicos de interesse público.

Para a avaliação acerca da importância e relevância da aquisição, poderá ser feita uma apreciação da relevância do objeto, para a determinação da sua incorporação, definindo assim as prioridades da coleção, no que toca ao seu desenvolvimento (Smithsonian Institution, s.d). No Museu da Farmácia deverão ser priorizados objetos que:

- a) Representem um marco ou evento relevante na história da Saúde e das Farmácia;
- b) Apresentem indícios de raridade ou valor de relevância, e se enquadrem nas coleções do Museu;
- c) Representem um risco de perda iminente de um testemunho relevante da história da Saúde e da Farmácia;
- d) Completem as coleções do Museu;
- e) Representem novos materiais, conquistas, inovações e desenvolvimentos na área da Ciência e da Saúde.

⁴⁹ Aquisições que não se enquadrem no acervo do Museu, nem coadunem com a missão e vocação do mesmo.

2.5. Modalidades de Incorporação

A incorporação de bens culturais poderá ser feita, segundo a Lei-Quadro dos Museus Portugueses, (Lei nº 47/2004, de 19 de agosto), de acordo com as seguintes modalidades:

- a. Compra;
- b. Doação;
- c. Legado;
- d. Herança;
- e. Recolha;
- f. Achado;
- g. Transferência;
- h. Permuta;
- i. Afetação permanente;
- j. Preferência;
- k. Dação em pagamento.

As modalidades supramencionadas poderão ser agrupadas em duas vertentes: aquisições onerosas e aquisições não onerosas (Pinho, 2013).

O conceito de “aquisição” implica direito de propriedade, que pode ser adquirido por contrato de doação, sucessão por morte, permuta e demais modos contidos na lei específica e previstos no Código Civil Português, não sendo apenas por compra, como vulgarmente compreendido.

Entre as aquisições onerosas explícitas na Lei-Quadro dos Museus Portugueses conta-se a aquisição por compra, que implica o pagamento que permite a transferência do título de propriedade para o comprador, e que é normalmente sustentado por um contrato de compra e venda. Neste domínio, e tratando-se de uma prática comum da atividade museológica, os Museus deverão ter um plano de aquisições estruturado de forma a identificar nas coleções particulares bens culturais que se enquadrem na vocação do Museu, e assim as valorize.

A dação em pagamento poderá ser considerada uma aquisição onerosa, pois, embora seja feita aparentemente a custo zero, implica a cativação de verbas do orçamento da entidade beneficiária

para pagamento das despesas decorrentes da transmissão e subsequente afetação da coisa. Os códigos tributários⁵⁰ definem a dação em pagamento como uma transmissão a título oneroso (Pinho, 2013).

Dentro das aquisições não onerosas estão compreendidas todas as outras modalidades descritas na Lei-Quadro dos Museus Portugueses, sendo as mais comuns as doações e os legados.

2.6. Análise das modalidades de incorporação no Museu da Farmácia

No Museu da Farmácia estão identificadas apenas duas⁵¹ modalidades de incorporação de bens culturais: as doações e as aquisições por compra.

Como ficou dito, na sequência da criação do departamento Área Cultural, em 2016, deu-se um investimento no Museu da Farmácia que levou ao aumento de profissionais afetos às atividades museológicas. Com o acréscimo de um elemento à equipa, enquanto técnico de reservas, deu-se início à atualização das informações nas fichas de inventários registadas na plataforma *In Arte Premium*, que, até à data, contemplavam apenas as informações básicas de cada objeto⁵²: imagem, título, descrição e número de inventário.

Todas as restantes informações associadas a cada ficha de inventário estavam somente presentes em *dossiers* e livros de registo físicos, e foi graças ao processo de documentação e de informatização do inventário que pudemos apurar alguns resultados relativamente às incorporações realizadas pelo Museu da Farmácia ao longo da sua existência.

Este processo da atualização das fichas de inventário digitais ainda está em desenvolvimento, como poderemos consultar no Gráfico 4, infra.

⁵⁰ Cf. Código de Procedimento e de Processo Tributário – Lei N.º 15/2001, de 5 de junho, Capítulo II, Secção V “Da dação em pagamento”, artigos 201º e 202º, disponível no Portal das Finanças. URL: http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/cppt/cppt201.htm.

⁵¹ Embora não se enquadrem como incorporações, o Museu da Farmácia tem atualmente à sua guarda alguns bens culturais provenientes de colecionadores privados, em situação de depósito e comodato.

⁵² De notar que no Livro de Tombo e nas fichas de inventário manuais eram registadas todas as informações relevantes acerca dos bens culturais que ainda não haviam sido informatizados na plataforma de inventário.

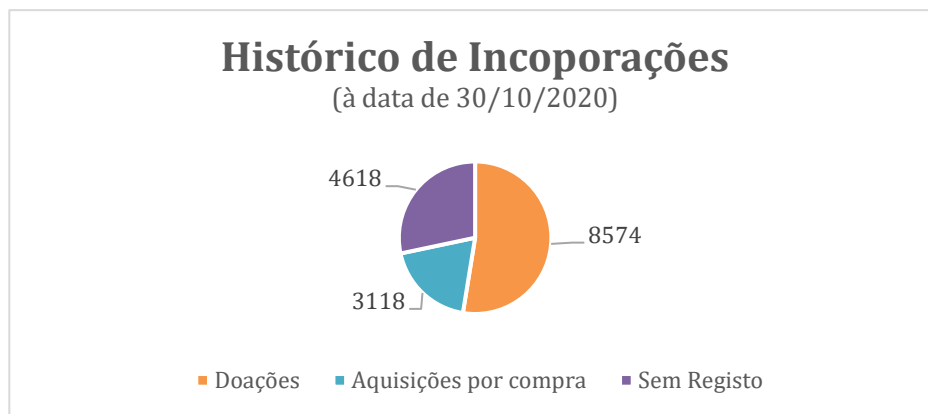


Gráfico 4. Modalidades de incorporação no Museu da Farmácia, de 1981 a 30/10/2020. Fonte: In Arte Premium, Museu da Farmácia.

Pela análise do Gráfico 4 conseguimos perceber que, à data de 30/10/2020, a maioria das incorporações resultam de doações (52,5%), sendo que a percentagem atribuída às aquisições por compra se situa nos 19,2%. Dado o alto número de fichas de inventário por atualizar com o parâmetro “metodologia de incorporação” (28,3%), os dados aqui apresentados poderão vir a sofrer algumas alterações, no entanto, a tendência será sempre para a predominância das doações como modalidade principal de incorporações no Museu da Farmácia.

Recordamos que este facto é suportado pela génese da coleção, que remonta ao ano de 1981, quando foi solicitado aos associados da Associação Nacional das Farmácia que se fizessem doações, a nível nacional, de objetos para constituir o que viria a ser a Coleção do Museu da Farmácia (cf. Anexos – Doc. D).

Nos Gráficos 5 e 6 que seguidamente se apresentam, é descrita a proveniência das doações da coleção.

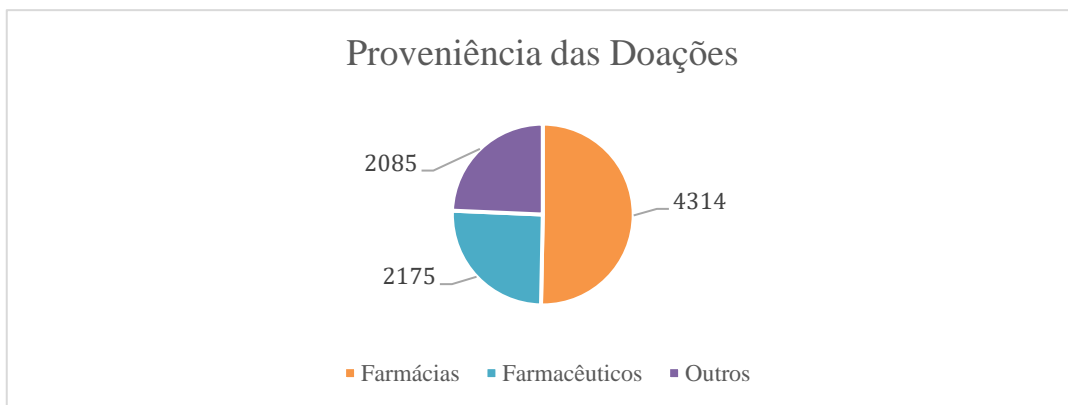


Gráfico 5. Proveniência das doações de bens culturais ao Museu da Farmácia
 Fonte: In Arte Premium, Museu da Farmácia.

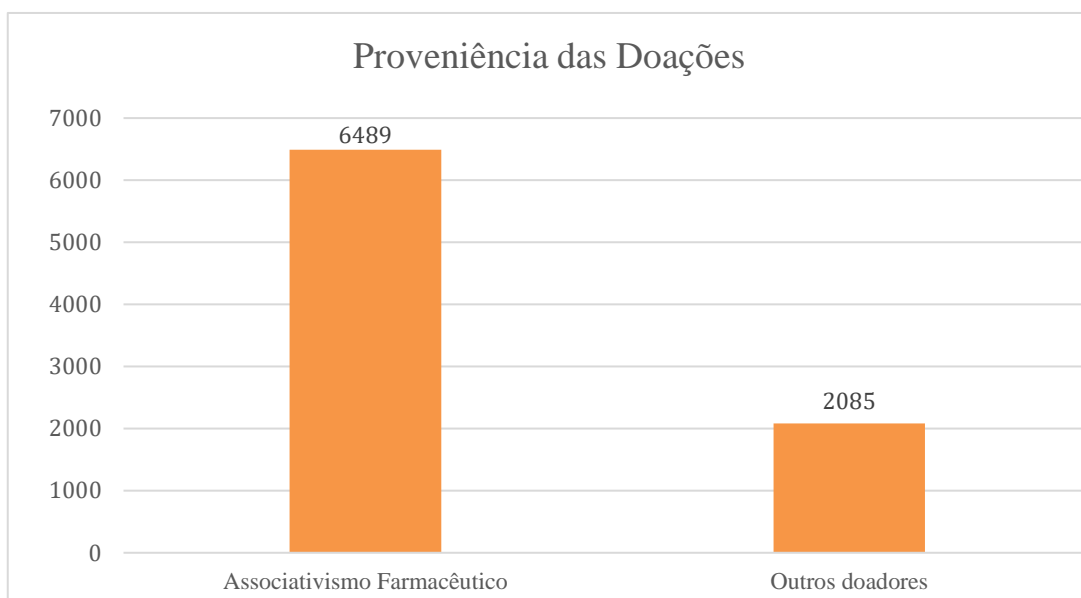


Gráfico 6. Comparação das doações provenientes do associativismo farmacêutico e outros doadores.

Através da análise do gráfico do Gráfico 5 sabemos que 4.314 objetos foram dados por Farmácias, e 2.175 objetos foram dados por farmacêuticos, enquanto entidades singulares. O Gráfico 6 complementa a informação do anterior, indicando que 75,7% das doações feitas ao Museu da Farmácia, devem-se ao associativismo farmacêutico⁵³ e à ligação do Museu à

⁵³ Foi considerado “Associativismo Farmacêutico” todas as doações feitas por farmacêuticos, farmácias, associados ou profissionais do setor farmacêutico e da Associação Nacional das Farmácias.

Associação Nacional das Farmácias. As restantes doações (24,3%) são provenientes de outros doadores, a título particular.

Nos Gráficos 7 e 8 observamos a distribuição das doações supramencionadas, nas diferentes categorias e coleções no Museu da Farmácia:

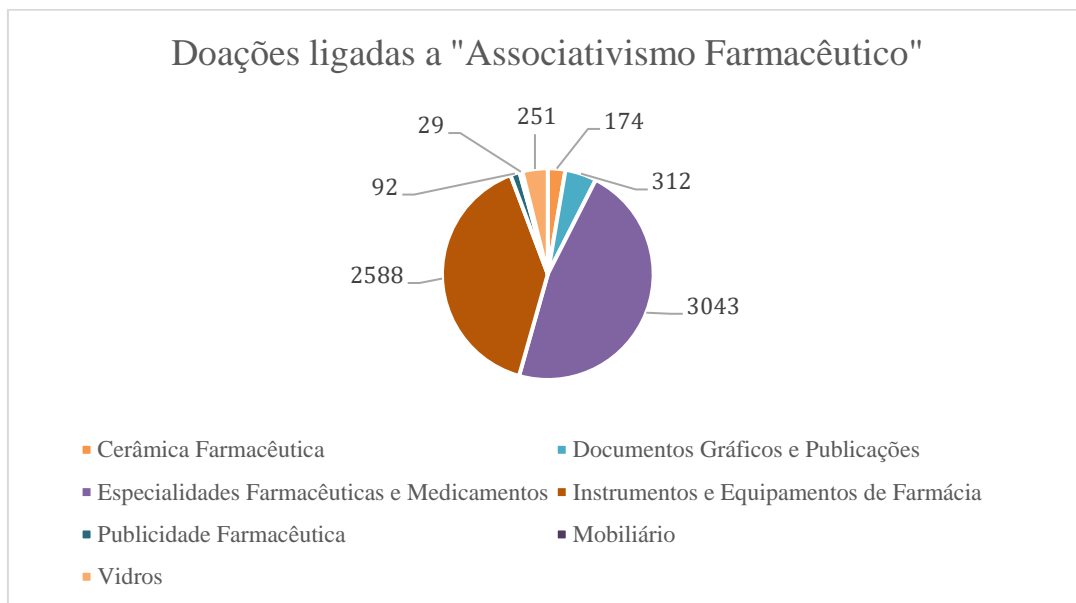


Gráfico 7. Doações feitas por entidades com vínculo ao setor farmacêutico (Farmácias, Associados da ANF e farmacêuticos, a título particular).
Fonte: In Arte Premium, Museu da Farmácia

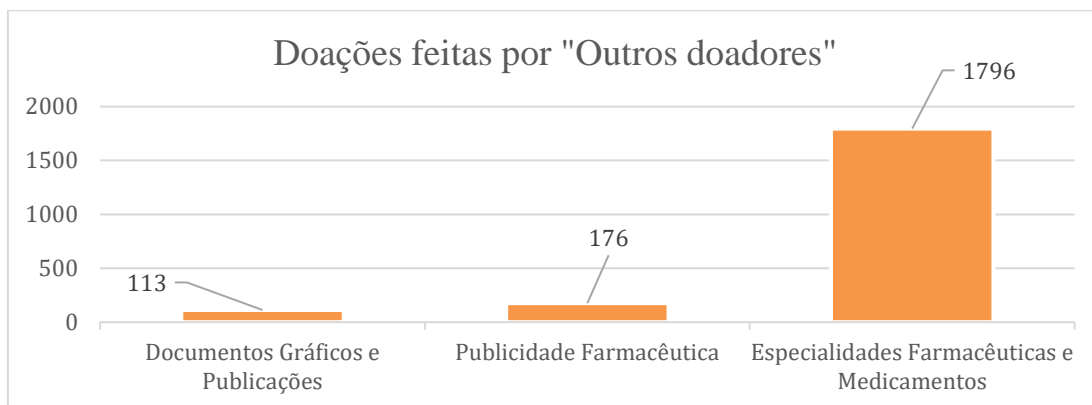


Gráfico 8. Doações feitas doadores particulares, sem vínculo pessoal ou profissional ao setor farmacêutico.
Fonte: In Arte Premium, Museu da Farmácia

É possível perceber, através da análise do Gráfico 6, que a maioria das doações com ligação ao setor farmacêutico são bens móveis enquadráveis nas categorias de Especialidades Farmacêuticas e Medicamentos (46,9%) e Instrumentos e Equipamentos de Farmácia (39,9%), sendo na sua maioria objetos que perderam a sua utilidade funcional, seja ela técnica ou medicamentosa, servindo agora apenas como testemunho da profissão e prática farmacêutica. Com a modernização do setor e indústria farmacêutica, que desencadeou um movimento de doações ao Museu da Farmácia a partir do ano de 1981, objetos como cerâmicas farmacêuticas, frascos de vidros e até mobiliário antigo, constituem os demais objetos doados ao Museu. No Gráfico 7 compreendemos que a maioria das doações feitas por doadores particulares e sem vínculo ao setor farmacêutico, trata-se de testemunhos recolhidos enquanto utentes nas diferentes Farmácias. Nesta área identificamos a grande maioria dos objetos como Especialidades Farmacêuticas e Medicamentos, mas também Publicidade Farmacêutica e Documentos/Publicações ligadas à história da Saúde e da Farmácia.

As aquisições registadas na plataforma *In Arte Premium*, até à data de 31/10/2020, deixam antever uma proximidade entre a percentagem de aquisição de objetos em mercados nacionais ou internacionais (57,2% internacionais para 39,6 % nacionais), no entanto, e dado que apenas estão registadas como objetos incorporados através de aquisição por compra 18,5% da totalidade da coleção, os dados consultados não são representativos da totalidade da coleção.

Entre os 3.118 exemplares registados como peças incorporadas através de aquisição por compra, existem ainda 98 fichas de registo com a identificação do local de aquisição por registar.

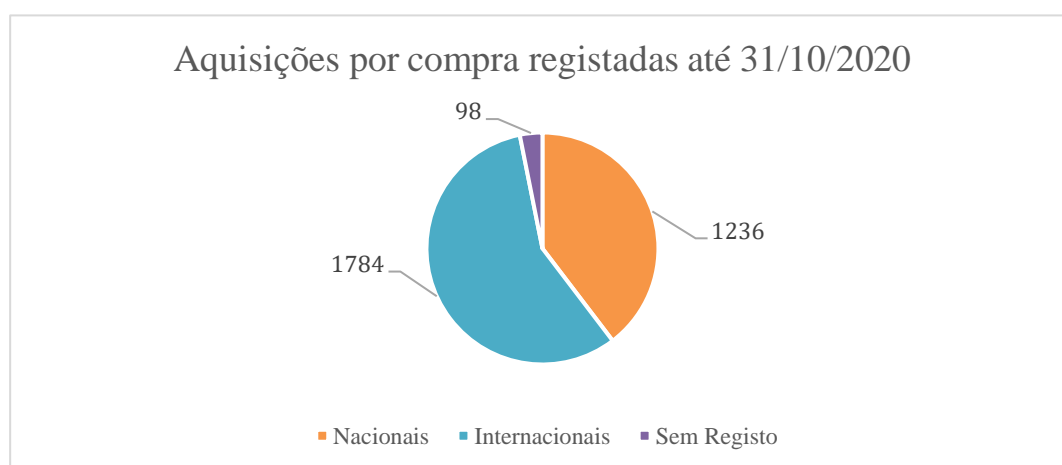


Gráfico 9. Aquisições por compra registadas até à data de 31/10/2020.
Fonte: In Arte Premium, Museu da Farmácia

O Museu da Farmácia está atualmente registado nas bases de contactos de diferentes casas de leilões nacionais e internacionais⁵⁴, que facultam os seus catálogos regularmente, através do envio por correio para o Museu da Farmácia, em Lisboa. Estes catálogos são consultados pelo Diretor do Museu que, após a sua análise, procura identificar objetos que se enquadrem com a missão e vocação do Museu, e que de alguma forma possam complementar as coleções existentes. Quando identificados objetos que se pretendem incorporar através da aquisição por compra, é necessário a apresentação de um parecer técnico, por parte do Diretor do Museu, explanando o enquadramento e valorização que os bens culturais poderão ter dentro do acervo do Museu da Farmácia. Este parecer requer dois níveis de aprovação, sendo o primeiro a Direção da Área Cultural. Posteriormente, a proposta é apresentada ao Secretário-Geral da Associação Nacional Farmácias e à Direção da ANF, por forma a ter aprovação final. Em aquisições de valor superior 5.000,01 euros, a Política de Compras do Grupo ANF descreve a obrigação de envolver a UCN⁵⁵ no processo de aquisição (Farminvest Serviços, 2019).

2.7. Alienação dos Bens Museológicos

Na política de incorporação de um Museu deverá também estar contemplada a alienação de objetos, tratando-se esta prática da exclusão de bens culturais previamente incorporados. Esta prática, ainda que incomum quando se trata de bens culturais móveis, está prevista na lei portuguesa, ainda que sob as devidas restrições e condicionantes.

A alienação trata-se assim de um direito, explícito no Código de Ética do ICOM, de cada Museu, sendo que deverão ser consideradas as alíneas inframencionadas:

- a) A alienação de um bem cultural deve ser feita com plena consciência da importância e enquadramento do objeto na coleção, o seu estado de conservação e a sua situação legal;

⁵⁴ Tais como Cabral Moncada Leilões e Palácio do Correio-Velho, no mercado nacional, e *Christie's*, *Sotheby's* e *Hermann Historica*, no mercado internacional.

⁵⁵ Unidade Central de Negociações da Associação Nacional das Farmácias. Departamento responsável pela mediação de aquisições das diferentes áreas de negócio da ANF.

- b) O processo de alienação carece de autorização da tutela, sendo que deverão ser considerados ou consultados os responsáveis pela gestão das coleções (ex. Diretor do Museu, Curador, Conservador);
- c) O método de descarte de um objeto deverá estar normatizado, e todo o processo deverá ser documentado e fundamentado, bem como o destino do objeto;
- d) Caso se proceda a uma transferência de propriedade, a entidade beneficiária deverá receber o título de propriedade sem restrições ou vínculos;
- e) Deverão ser privilegiados as alienações que se materializem na transferência dos bens para outras entidades museológicas;
- f) Os benefícios ou recursos recebidos da alienação de bens cultural, deverão ser reinvestidos no acervo, preferencialmente, em novas aquisições relevantes para as coleções.

No caso prático do Museu da Farmácia, esta é uma das questões mais emergentes e preocupantes na gestão da coleção, dado que parte desta é composta por especialidades farmacêutica e medicamentos, cuja degradação é constante dada a antiguidade de alguns exemplares, prazo de validade e especificidades dos mesmos. Neste sentido, o Museu da Farmácia procura estabelecer uma ligação à VALORMED⁵⁶ e às Farmácias associadas, numa ótica de gestão de resíduos de embalagens e medicamentos fora de prazo, preservando as embalagens dos mesmos, quando possível.

⁵⁶ A VALORMED é uma sociedade sem fins lucrativos, com a responsabilidade da gestão dos resíduos de embalagens vazias e medicamentos fora do uso.

Capítulo 3. Documento que estabelece a Política de Incorporações para o Museu da Farmácia

O Museu da Farmácia, pela sua estreita ligação à Associação Nacional das Farmácias, é um Museu que tem claramente na sua vocação a salvaguarda do património farmacêutico em Portugal: uma preocupação que, como já referido, embora se tenha acentuado nos Anos 80 do século XX, começara a verificar-se no século XIX, na sequência da Extinção das Ordens Religiosas em Portugal, em 1834⁵⁷, assistindo-se a partir daí à passagem da propriedade farmacêutica para a posse de particulares.

Num segundo momento, e com a grande evolução da indústria farmacêutica no final do século XIX, seguindo-se a revolução farmacológica do século XX, presencia-se uma melhoria e alargamento das práticas farmacêuticas para além da produção do medicamento, com um contínuo investimento na área laboratorial e analítica, e ainda à emancipação da profissão farmacêutica (Rui Pita & Cabral, 2015).

No seguimento dos acontecimentos supra elencados, surge a urgência de que as Farmácias, outrora considerados espaços de debate sociopolítico e cultural, rapidamente se adaptassem aos contínuos progressos de modernização que se faziam verificar no século XX, abandonando muitas das práticas galénicas⁵⁸ e técnicas do passado. Esta modernização levaria à perda não apenas de objetos hoje considerados históricos, como recipientes de cerâmica e faiança portuguesa, vidro farmacêutico e instrumentos de medicação e preparação de medicamentos, como também dos próprios armários e balcões de Farmácia, que representavam uma estética que remontava aos séculos XVIII e XIX e que agora deixavam de ser tão funcionais, pelas limitações que apresentam em questões de armazenamento e conservação de medicamentos.

Assistindo-se a um gradual desaparecimento das Farmácias históricas, o Museu da Farmácia, procurando preservar a memória das Farmácias e da profissão farmacêutica, na sua primeira fase de construção da coleção, decide incorporar todos os objetos que conseguisse recolher através de doações, com a urgência que da história se apagasse parte da memória das Farmácias.

⁵⁷ Momento de extrema relevância, dada a vasta presença e prática farmacêutica nas boticas conventuais dispersas por Portugal, e o papel desempenhado pela igreja católica nas áreas da Saúde e da Farmácia.

⁵⁸ Utilização de medicamentos feitos segundo as teorias de Galeno, que concebia os medicamentos e a arte de os preparar em função da teoria humoral de Hipócrates (Rui Pita e Cabral, 2015).

No seguimento de uma massiva incorporação de objetos nas décadas de 80 e 90 do século XX, do alargamento e internacionalização da coleção no final dos Anos 90 e início do século XXI, e a ausência de uma política de incorporações formal e tornada pública, o presente capítulo visa a apresentação de uma proposta para regulamentar a prática de incorporação de bens museológicos para o Museu da Farmácia.

Depois de feito o devido enquadramento do contexto histórico desta instituição, bem como a apresentação dos seus modelos de gestão e prática museológica, verificou-se a oportunidade de contribuir para estas práticas a partir da apresentação do seguinte documento que, tal como referido no Capítulo 2 da presente dissertação, é um instrumento de gestão obrigatório e essencial a uma correta prática de incorporação de bens culturais no acervo do Museu da Farmácia. Este documento apresenta-se ainda como uma mais-valia para gestão das coleções museológicas, por este ser um Museu que, recorrentemente, recebe propostas de doação de particulares com estreita ligação ao setor farmacêutico, tendo que frequentemente direcionar os seus quadros técnicos à triagem e avaliação dos objetos que pretendem ser doados.

Com o documento agora elaborado e que seguidamente se apresenta, pretendemos dotar o Museu de um normativo que sirva de linha orientadora para futuras incorporações, disponibilizado não apenas internamente, mas também junto de promitentes doadores, razão pela qual se propõe a sua divulgação pública, mediante aprovação prévia pelos órgãos responsáveis. Neste documento sintetizar-se-ão o enquadramento que os objetos incorporados devem ter, mas também os procedimentos a adotar para que todas as incorporações sejam lícitas, reconhecidas e profícuas para a instituição.

Preâmbulo

O Museu da Farmácia é um Museu privado, sob tutela da Associação Nacional das Farmácias (ANF), detentor de uma coleção interdisciplinar, com a missão e a vocação não apenas de salvaguardar a história da Farmácia e da profissão farmacêutica em Portugal, como também de contextualizar e documentar, através de testemunhos materiais, a história da Saúde e da Farmácia no mundo, de forma a estabelecer uma narrativa cronológica sobre a evolução das Ciências supramencionadas, apresentando o progresso conquistado pelo Homem na luta contra a doença e na procura, incessante, pela melhoria contínua da qualidade de vida.

O seu acervo é constituído pela Coleção do Museu da Farmácia (CMF), onde estão contemplados todos os objetos que se enquadram na missão e vocação do Museu da Farmácia, dispersos por dezasseis categorias estruturais descritas no Artigo 2º do presente documento, e também por coleções marginais que foram incorporadas no Museu por decisão do organismo tutelar, mesmo não se coadunando com a respetiva missão, sendo estas: a Coleção de Arte Contemporânea da Associação Nacional das Farmácias (CACANF), e a Coleção Piné (CP).

Justificação da Atual Política de Incorporações

O Museu da Farmácia tem vindo a aumentar o seu acervo ao longo das últimas décadas, sendo a maioria destas incorporações realizadas através de aquisições por compra e de doações de entidades coletivas e singulares. Com um acervo de mais de 16.000 bens culturais recolhidos ao longo de 4 décadas, importa identificar áreas lacunares na coleção e definir o sentido de crescimento da mesma através de um documento formal que, após aprovação da tutela, preferencialmente será tornado público, conforme disposto na LQMP.

A Política de Incorporações do Museu da Farmácia expressa no presente documento, respeita as recomendações estabelecidas na Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto), bem como no Código Deontológico do ICOM para os Museus.

A Política de Incorporações estipulada no presente documento é ainda definida de acordo com a missão e vocação do Museu da Farmácia, bem como enquadrada nos objetivos da Área Cultural da Associação Nacional das Farmácias, unidade orgânica de que o Museu depende diretamente.

Os critérios de seleção para a validação das incorporações prendem-se com o enriquecimento da coleção com vista à incorporação de objetos com valor artístico, arqueológico, etnográfico, científico ou cultural, na área da Saúde e da Farmácia, por forma a promover os projetos museológicos, de investigação e de educação, desenvolvidos pelo Museu da Farmácia.

Art.º 1º. - Enquadramento Legal e Funcional

A Política de Incorporações do Museu da Farmácia (doravante designado por Museu) é elaborada em total respeito para com o disposto na Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro (Lei de Bases do Património Cultural), na Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto (Lei-Quadro dos Museus Portugueses), assim como no Código Deontológico do ICOM para os Museus, e nos Estatutos da Associação Nacional das Farmácias⁵⁹.

Art.º 2º. - O Museu da Farmácia e o respetivo Acervo Museológico

2.1. Abrangência territorial e tutela administrativa

- a) O Museu da Farmácia é um Museu privado, tutelado administrativamente pela Associação Nacional das Farmácias (ANF) e com direção própria.
- b) Criado em 1996, o Museu ocupa parte do edifício-sede da Associação Nacional das Farmácias, situada na Rua Marechal Saldanha, 1, C.P 1249-069 Lisboa.
- c) O Museu integra, desde 2010, um segundo polo localizado na Delegação Norte da Associação Nacional das Farmácias, sita na Rua Engenheiro Ferreira Dias, 728, CP 4100-246 -Porto.
- d) Trata-se de um Museu polinucleado, de abrangência territorial nacional, embora com coleções nacionais e internacionais, que pretende reunir objetos que materializem a história da Ciência, da Saúde e da Farmácia em duas narrativas distintas, ainda que interrelacionadas no seu discurso expositivo, através das exposições permanentes intituladas *Farmácia em Portugal* (Lisboa), compreendendo aqui a história da Farmácia portuguesa e a evolução da profissão e setor farmacêutico em Portugal, *Farmácia no Mundo - 5000 anos de história* (Lisboa) e *500 milhões de anos de história universal da*

⁵⁹ Estatutos publicados no *Boletim de Trabalho e Emprego*, 1.ª Série, n.º 42, de 15 de Novembro de 2007, e respectivas alterações publicadas no n.º 29, de 8 de Agosto de 2008, no n.º 33, de 8 de Setembro de 2010, no n.º 26, de 15 de Julho de 2011, no n.º 5, de 8 de Fevereiro de 2014 e no n.º 5, de 8 de Fevereiro de 2016, esta com a rectificação publicada no n.º 11, de 22 de Março de 2016. (Associação Nacional das Farmácias, 2016).

Saúde (Porto), onde é traçada a evolução da história da Saúde e da Farmácia desde a Pré-História ao século XXI, à escala mundial.

2.2 Enquadramento temático

O acervo do Museu da Farmácia é um acervo interdisciplinar, abrangendo as áreas da Ciência, Saúde, Medicina e Farmácia.

O acervo é constituído por uma diversidade tipológica de testemunhos materiais da evolução da história da Saúde e da Farmácia, em Portugal e no mundo. Os objetos que o compõem estão organizados em dezasseis categorias que, de alguma forma, se cruzam com as diferentes temáticas na área da Saúde e da Farmácia, tais como as diferentes disciplinas científicas que se relacionem com a história da Farmácia (como a Química), a Medicina, mas também outras práticas médicas, curativas e religiosas, associadas a processos de cura, entre outras.

Poderão ainda ser incorporados no acervo do Museu todos os objetos que, embora sem uma ligação direta à área da Saúde, sirvam para contextualizar uma determinada civilização ou religião, ou outra realidade sociocultural que seja abordada nas respetivas coleções, visando a contextualização das mesmas.

Para além das coleções estruturais, que se coadunam com as respetivas missão e vocação, o Museu integra ainda duas coleções marginais: a Coleção de Arte Contemporânea da Associação Nacional das Farmácias, e a Coleção Piné, o que permite caracterizá-lo também como um Museu de arte, não estando prevista, até à data, a ampliação de nenhuma destas coleções marginais com novas incorporações, em virtude de ambas serem consideradas coleções “fechadas”.

2.3 Balizas Cronológicas

O Museu pretende que as suas coleções sejam representativas da história da Saúde e da Farmácia, em Portugal e no mundo, sendo que o seu acervo abarca um amplo arco temporal, com início há cerca de 500 milhões de anos, até ao século XXI.

Com a ambição de narrar toda a história da Saúde e da Farmácia, e sendo este um setor de grande desenvolvimento e inovação, especialmente desde a Revolução Científica⁶⁰ do século XVI até aos dias de hoje, o Museu preza por continuar a documentar as modernas descobertas e os avanços científicos nestas áreas, procurando incorporar nas suas coleções objetos contemporâneos que testemunham acontecimentos ou progressos científicos relevantes na atualidade⁶¹

2.4 Historial de Incorporações

O acervo do Museu começou a ser constituído em 1981, quando a Direção da Associação Nacional das Farmácias oficiou todos os associados, solicitando que fizessem doações de materiais e equipamentos que já não tivessem utilidade nas suas Farmácias, por força da modernização destes espaços então em curso.

Com o intuito de preservar estes objetos, enquanto testemunhos da história da Farmácia em Portugal, a Associação Nacional das Farmácias implementou um programa de recolha, acondicionamento e investigação dos objetos incorporados, provenientes das diversas doações à escala nacional.

Posteriormente, e de forma a complementar a coleção de objetos recolhidos pela via das doações, o Museu prosseguiu com a aquisição por compra de diferentes objetos, tipológica e cronologicamente enquadráveis nas suas coleções e ilustrativos de contextos nacionais.

A partir do ano de 1997, já depois da inauguração do Museu da Farmácia em Lisboa, foi revista e ampliada a missão do Museu, no sentido de passar a reunir e expor não só testemunhos materiais da história da Farmácia em Portugal, mas também objetos de origem extranacional, maioritariamente adquiridos no mercado internacional de arte e antiguidades e em negócios privados, junto de colecionadores estrangeiros⁶² (Machado et.al., 2015), com o intuito de

⁶⁰ Período compreendido entre o século XVI e o século XVIII, no qual se constata um desatrelar da Ciência e teologia, um afastamento do misticismo da idade média, assistindo-se assim ao início de grandes descobertas e invenções científicas, tal como a invenção do microscópio, a teorização da iatroquímica, entre outros feitos que impactaram a história da Saúde e da Farmácia.

⁶¹ A título de exemplo, o Museu da Farmácia tem vindo a incorporar desde 2020, vários objetos ligados à atual situação pandémica causada pelo vírus SARS-CoV-2, tais como testes de diagnósticos e despiste ao vírus, máscaras de proteção e exemplares de especialidades farmacêuticas que materializem a luta contra esta pandemia, como a vacina desenvolvida pela BioNTech, Fosun Pharma e Pfizer.

⁶² Sendo a maioria destes objetos adquiridos em leilões internacionais e colecionadores particulares estrangeiros.

estabelecer toda a linha cronológica e narrativa da história da Saúde e da Farmácia no mundo, desde os primeiros testemunho e contactos do Homem com noções de cura e preparação de medicamentos, independentemente da sua localização geográfica.

Com o início das aquisições internacionais, e tendo já o Museu incorporado três Farmácias históricas portuguesas (Farmácia Barbosa, Farmácia Pacheco Pereira e Farmácia Liberal), dá-se a procura, e conseqüente incorporação, de duas Farmácias históricas estrangeiras: a Farmácia Tai Neng Tong, de Macau, e a Farmácia Islâmica, de Damasco, as quais permitiram internacionalizar a sua coleção, não apenas com objetos das diferentes civilizações representadas nos espaços expositivos (Lisboa e Porto), como também reconstituindo espaços de Farmácias internacionais.

2.5 Coleções

2.5.1. Coleções Estruturais

O Museu da Farmácia integra no seu acervo as seguintes coleções estruturais e correspondente número de objetos registados a 31/10/2020⁶³:

- a) Antiguidades⁶⁴ - 522 objetos;
- b) Cerâmica Farmacêutica, nacional e internacional – 947 objetos;
- c) Documentos gráficos e Publicações, diretamente relacionados com as temáticas da Saúde e Farmácia – 863 objetos;
- d) Especialidades Farmacêuticas e Medicamentos – 2.029 objetos;
- e) Espólio Arqueológico – 27 objetos;

⁶³ Número de objetos registados na plataforma de inventário *In Arte Premium*, em cada coleção. Dado o processo que está a decorrer de informatização das fichas de inventário, e atualização das respetivas informações, o número apresentado não representa a totalidade dos objetos em cada categoria.

⁶⁴ Foram registadas como “Antiguidades” todas as peças que, não se enquadrando em nenhum das coleções inframencionadas, fazem parte das seguintes civilizações/temáticas: Mesopotâmia, Antigo Egito, Grécia Antiga, Civilização Romana, Etruscos, Império Bizantino, Civilização Islâmica, Civilizações Pré-Colombianas, Tribos Indígenas Norte-Americanas, Medicina Tibetana e Japão. Fonte: *In Arte Premium*, Museu da Farmácia.

- f) Espólio Etnográfico – 69 objetos;
- g) Farmácias Históricas – 8 conjuntos (integrando, cada um deles, vários objetos associados);
- h) Fotografia – 99 objetos;
- i) Iconografia religiosa – 40 objetos;
- j) Instrumentos Científicos – 781 objetos;
- k) Instrumento e Equipamentos de Farmácia – 13 objetos;
- l) Máquinas e aparelhos de indústria – 21 objetos;
- m) Mobiliário – 91 objetos;
- n) Numismática – 8 objetos;
- o) Publicidade Farmacêutica – 2.607 objetos;
- p) Vidros – 1.479 objetos.

2.5.1.1. Principais incorporações nos últimos 15 anos

Embora o Museu da Farmácia tenha a sua génese num movimento, à escala nacional, de doações de farmacêuticos e de Farmácia associadas da Associação da Nacional das Farmácias nos Anos 80 do século passado, foi na década de 1990 que a instituição iniciou as primeiras participações em leilões nacionais e internacionais, por forma a construir o acervo interdisciplinar que hoje é apresentado ao público.

Infra são elencadas, a título de exemplo, as principais incorporações dos últimos 15 anos no Museu da Farmácia:

a) Figura de Acupuntor

Escultura em forma de corpo feminino, em pé e assente numa base circular, com pintura de caracteres chineses que marcam os pontos de acupuntura, destinada ao ensino dos meridianos de circulação da energia vital.

Datação: Século XIX

Origem: China

Nº de Inventário: 15140

Aquisição: Leilão internacional (Bonhams, Londres), em 2019, por forma a integrar a coleção de Antiguidades.

b) Farmácia Portátil da Família Imperial Romanov

Farmácia portátil enquanto exemplar requintados da arte do mobiliário na Rússia. Atribuída ao artesão alemão Heinrich Gamps, um dos mais proeminentes fabricantes de móveis de São Petersburgo, que foi para a corte Russa em 1789.

Datação: c. 1820

Origem: Rússia

Nº de Inventário: 15148

Aquisição: Leilão internacional (Christie's, Londres), em 2019, por forma a integrar a coleção de Farmácias portáteis.

c) Farmácia Islâmica do Império Otomano

Farmácia imperial do Império Otomano que existia no interior de um palácio de Damasco no século XIX, e que terá funcionado como centro de ensino e botica.

Datação: 1801

Origem: Damasco, Síria

Nº de Inventário: 15213

Aquisição: Leilão internacional (Christie's Londres), em 2010, por forma a coleção de Farmácias Históricas.

d) Fragmento de Meteorito

Fragmento de meteorito, que era venerado enquanto presente dos deuses e amuleto protetor, caído em Granchaco, Gualambem, Argentina em 1572.

Datação: c. 14 milhões de anos

Origem: desconhecida (recolhida na Argentina)

Nº de Inventário: 15229

Aquisição: Leilão Nacional (Artcurial), em 2010, por forma a integrar a coleção de Antiguidades.

e) Cinto de Castidade

Cinto de castidade masculino, para meninos ou homens, utilizado para tratamento de patologias do foro psicológico ou sexual.

Datação: Século XIX

Origem: Alemanha

Nº de Inventário: 15290

Aquisição: Leilão Internacional (Hermann Historica), em 2011, por forma a integrar a coleção de Antiguidades.

f) Cartaz Formitrol

Cartaz publicitário “FORMITROL, Evita a Gripe”

Datação: c. 1940

Origem: Portugal

Nº de Inventário: 15379

Aquisição: Doação de uma Farmácia Associada da Associação Nacional das Farmácias (Farmácia Labor), pela pessoa de Dr. Américo Luís, em 2013, por forma a integrar a coleção de Publicidade Farmacêutica.

g) Anel com compartimento para conter venenos

Anel de luxo com um compartimento secreto, excecionalmente grande, feito em bronze e ferro, com incrustações de esmalte parcialmente preservadas.

Datação: 1601

Origem: Itália (?)

Nº de Inventário: 15411

Aquisição: Leilão internacional (Hermann Historica, Alemanha), em 2014, por forma a integrar a coleção de Antiguidades.

h) Máscara da Vergonha

Máscara especialmente concebida para castigar e humilhar publicamente as mulheres na Europa, durante a Idade Média e Renascimento.

Datação: 1501

Origem: Alemanha (?)

Nº de Inventário: 15534

Aquisição: Leilão internacional (Hermann Historica, Alemanha), em 2014, por forma a integrar a coleção de Antiguidades.

i) PENICILLIN - C.S.C. 100.000 Oxford Units Sodium Salt

Embalagem da primeira penicilina administrada em Portugal, ao tenente Fernando Ramôa, após sofrer um grave acidente que resultou em múltiplas faturas e uma infeção generalizada.

Datação: 1944

Origem: Estados Unidos da América

Nº de Inventário: 15498

Aquisição: Doação anónima, em 2016, por forma a integrar a coleção de Especialidades Farmacêuticas e Medicamentos.

j) Armário de Farmácia Coreano

Armários de Farmácia com sessenta e três gavetas pequenas e três gavetas médias, com inscrições em coreano rotulando as plantas medicinais contidas no interior.

Datação: 1880 – 1910

Origem: Coreia do Sul

Aquisição: Doação da Embaixada da Coreia do Sul em Portugal, em 2019, por forma a integrar a coleção de Mobiliário.

k) Vacina SARS-CoV-2

Frasco de vacina SARS-CoV-2, desenvolvida pela BioNTech, Fosun Pharma, Pfizer, como resposta à atual situação pandémica.

Datação: 2021

Origem: Portugal

Aquisição: Doação do Centro Hospitalar São João, no Porto, em 2021, por forma a integrar a coleção de Especialidades Farmacêuticas.

2.5.2) Coleções Marginais

O Museu da Farmácia integra no seu acervo duas coleções marginais, ou seja, que não se enquadram na missão e vocação do Museu da Farmácia, mas que, no entanto, foram incorporadas pela instituição, por ter sido assim designado pela sua tutela, a Associação Nacional das Farmácias, e por este ter nos seus quadros de recursos humanos os conhecimentos técnicos para a preservação e salvaguarda deste património.

Estas coleções, por serem marginais, e não estarem enquadradas na atividade e programa museológico do Museu da Farmácia, não compreendem um plano de crescimento e incorporações ou valorização das mesmas definido, estando consideradas fechadas, podendo apenas ser valorizadas por aquisições pontuais em contextos específicos mas não determinados, doações feita diretamente à Associação Nacional das Farmácias, ou aquisição de obras de arte para a valorização dos espaços e edifícios do grupo empresarial.

Numa situação diferente encontra-se a Coleção Piné que, por ter sido uma doação na íntegra de uma coleção particular, se encontra assertivamente fechada, e na qual está a ser investido um programa de musealização em parceria com entidades externas.

O Museu da Farmácia integra as seguintes coleções marginais:

a) Arte Moderna e Contemporânea;

b) Coleção António Piné⁶⁵;

Para além das coleções marginais supramencionadas, o Museu da Farmácia é ainda responsável pela salvaguarda do Património Integrado nos Edifícios da Associação Nacional das Farmácias.

2.5.2.1.) Proposta de valorização das Coleções de Arte Moderna e Contemporânea

As coleções artísticas do Museu da Farmácia, por serem coleções marginais, que não são verdadeiramente caracterizadoras da instituição museológica, e à qual estão ligadas por mera estratégia de gestão e por decisão da entidade que tutela o Museu da Farmácia, têm uma proposta de valorização e gestão diferente das restantes coleções estruturais.

Pretende-se, ainda assim, que este património possa ser de alguma forma explorado e divulgado, para conhecimento e fruição do público em geral, pelo que a estratégia do Museu da Farmácia para a valorização e divulgação das suas coleções de arte moderna e contemporânea se apresente em quatro ações distintas:

- a) Criação de um espaço museológico com vista ao depósito de obras de arte da Coleção António Piné, em parceria com outras entidades de cariz cultural, por forma a divulgar a vida do colecionador António Piné, bem como os objetos artísticos e autores que fazem parte desta Coleção de Arte Moderna e Contemporânea.
- b) Cedência temporária de objetos artísticos para exposições temporárias de outras instituições museológicas parceiras, quando solicitado pelas mesmas, em respeito para com eventuais direitos autorais existentes.
- c) Divulgação e dinamização das coleções através das redes sociais, com a produção de conteúdos mensalmente, acerca de artistas, movimentos ou obras, a

⁶⁵ Trata-se de uma Coleção de Arte Moderna e Contemporânea doada à Associação Nacional das Farmácias, pelo farmacêutico António Santos. Nesta coleção estão enquadrados nomes de grande relevância da pintura e escultura do século XX, com representatividade nacional e internacional. A título de exemplo de autores nacionais, podemos identificar Paula Rego, Vieira da Silva, Júlio Resende, Júlio Pomar, Manuel Cargaleiro, Cruzeiro Seixas, Graça Morais, Julião Sarmiento, José de Guimarães, etc. Internacionalmente, poderão ser conhecidas obras de Salvador Dalí, Pablo Picasso, Miró, Barceló, Alain Davie, Sonia Delaunay, entre outros.

fim de serem partilhados digitalmente e fruídos, ainda que no mundo digital⁶⁶.

d) Musealização dos edifícios oficiais da Associação Nacional das Farmácias (Sede da ANF, Edifício LEF, Delegação Centro da ANF e Edifício Porto INOVA/Delegação Norte da ANF).

2.5.3) Património Integrado nos Edifícios da Associação Nacional das Farmácias

O Museu possui ainda sob a sua tutela técnica bens culturais que estão integrados nos imóveis que são propriedade da Associação Nacional das Farmácias e que dado o seu valor histórico, artístico e patrimonial, são parte integrante do acervo do Museu da Farmácia.

São exemplo deste património os seguintes bens culturais:

a) “PJC – Prémio João Cordeiro”.

Escultura de João Cutileiro, localizada no Edifício Sede da Associação Nacional das Farmácias;

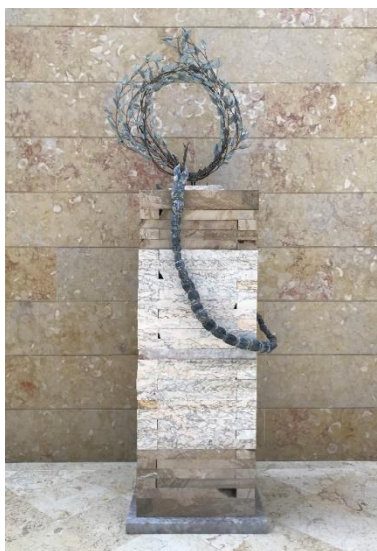


Figura 11 - Escultura "Prémio João Cordeiro", João Cutileiro. Fonte: Banco de imagens do Museu da Farmácia.

⁶⁶ A título de exemplo, citamos uma publicação de celebração do aniversário de Pablo Picasso, no Facebook, através da divulgação de uma das suas obras:

<https://www.facebook.com/museufarmacia/photos/a.1395686937157958/3569187429807887>

b) *Sem título*, 1996.

Escultura de alto relevo de Hélder Baptista, localizada no Edifício Sede da Associação Nacional das Farmácias;

c) *Sem título*, s.d

Grupo escultórico em metal de Hélder Baptista, localizado no Edifício LEF da Associação Nacional das Farmácias;

d) *Primavera*, 2010

Escultura em bronze de José Rodrigues, localizada no Edifício da Delegação Norte da Associação Nacional das Farmácias;



Figura 12 - Escultura "Primavera", José Rodrigues. Fonte: Banco de imagens do Museu da Farmácia.

e) *Sem título*, 1996.

Conjunto de painéis de azulejos de Eduardo Nery, localizados no Edifício Sede da Associação Nacional das Farmácias.

Art.º 3º. - Incorporação de Objetos Museológicos

3.1 Requisitos

São requisitos fundamentais para a incorporação de bens culturais móveis no acervo do Museu da Farmácia:

- a) A existência de um título de propriedade válido para cada objeto incorporado;
- b) O perfeito conhecimento e documentação do historial dos bens culturais a incorporar, desde a sua origem até à data da incorporação;
- c) Concordância e respeito para com a legislação nacional e internacional em vigor à data da incorporação;
- d) O cumprimento, pela parte do Museu, do dever de diligência a que está obrigado, fundamentando a oportunidade e/ou utilidade da incorporação dos bens culturais em apreço.

3.2 Condições

São condições para a incorporação de bens culturais móveis no acervo do Museu da Farmácia:

- a) Os bens culturais a incorporar no acervo do Museu da Farmácia deverão estar em conformidade com o Artigo 3.º da presente Política de Incorporações, assim como com o disposto na Lei-Quadro dos Museus Portugueses, e enquadrar-se nos objetivos, missão e vocação do Museu da Farmácia;
- b) A incorporação de novos bens museológicos carece de autorização prévia da tutela do Museu (ANF), à qual deverão ser apresentados todos os elementos indispensáveis a uma correta avaliação, bem como justificada a relevância da incorporação dos bens museológicos em questão;

c) Somente após a autorização expressa da tutela é que o Museu poderá proceder ao subsequente registo de inventário, com o qual dar-se-á por concluído o procedimento de incorporação;

d) O Museu só incorporará objetos livres de ónus ou encargos;

e) O Museu só incorporará objetos em bom estado de conservação e cuja preservação a instituição possa assegurar;

f) Apenas serão incorporados bens culturais móveis com valor de autenticidade, raridade, originalidade, singularidade e exemplaridade;

g) Os bens culturais sobre as quais recaiam direitos autorais serão obrigatoriamente objeto de contrato de cessão de direitos, que definirá os termos da sua futura utilização e divulgação;

h) Doações serão sempre objeto de contrato escrito a celebrar entre as partes e, como princípio, o Museu não aceitará doações com contrapartidas (designadamente a obrigatoriedade de exposição permanente dos bens);

i) Bens adquiridos no estrangeiro serão obrigatoriamente acompanhados da documentação inerente à sua exportação/expedição do país de origem, sempre que aplicável, assim como dos respetivos documentos de transação comercial;

j) As modalidades de incorporação de bens culturais no acervo do Museu serão as previstas no Artigo 13º da Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto:

1. Compra;
2. Doação;
3. Legado;
4. Herança;
5. Recolha;
6. Achado;
7. Transferência;
8. Permuta;
9. Afetação permanente;

10. Preferência;
11. Dação em Pagamento.

3.3 Prioridades Aquisitivas

A coleção do Museu da Farmácia pretende expandir-se em prol de continuar a materializar, através das peças incorporadas, a história da Saúde e da Farmácia no mundo. Tendo uma coleção extremamente vasta, interdisciplinar e ilustrativa das diferentes civilizações e períodos históricos relevantes para a história da Saúde e da Farmácia, foram definidas as seguintes prioridades aquisitivas, não identificando bens culturais objetivamente, mas áreas temáticas onde se torna relevante investir:

- a) Antigo Egito – amuletos egípcios, por forma a integrar a coleção de Antiguidades egípcias, no Museu da Farmácia Porto;
- b) Pérsia Antiga – ritão, por forma a integrar os núcleos dedicados às civilizações clássicas, no Museu da Farmácia Lisboa;
- c) Civilizações Pré-Colombianas – vasos rituais maias, por forma a integrar o núcleo dedicado às civilizações pré-colombianas, no Museu da Farmácia Porto;
- d) Oriente – *inro* e *netsuke*, por forma a integrar os núcleos asiáticos no Museu da Farmácia Lisboa e Porto;
- e) África – máscaras de feiticeiros e curandeiros, por forma a integrar o núcleo dedicado a África no Museu da Farmácia Lisboa;
- f) Renascimento europeu – cerâmica farmacêutica com motivos e decoração religiosa (cristã), por forma a integrar o núcleo dedicado à cerâmica farmacêutica no Museu da Farmácia Porto;
- g) Farmácias Portáteis – Farmácia portáteis de exploradores, nomeadamente relacionadas com as grandes expedições científicas a África, Polo Norte e Polo Sul,

bem como com ligações às agências espaciais, por forma a acrescentar este núcleo no Museu da Farmácia Porto;

- h) Séculos XX/XXI – objetos contemporâneos, relacionados com os avanços e progressos científicos na área da Saúde e da Farmácia. Neste parâmetro deverão ser apenas incorporadores objetos que, embora atuais, se apresentem como importantes testemunhos históricos de um determinado evento ou situação de relevância nas áreas da Saúde, Ciência e Farmácias (ex. Vacina SARS-CoV-2).

3.4 Limitações

3.4.1 Não serão incorporados no acervo museológico do Museu os bens culturais que:

- a) Não se enquadrem no disposto no presente documento, nomeadamente no seu Artigo. 2.º;
- b) Não cumpram as condições, requisitos e procedimento dispostos no Artigo 3.º do presente documento;
- c) Não respeitem a legislação nacional de referência, bem como as Convenções, Tratados e Acordos internacionais que vinculam o Estado Português, nomeadamente a Convenção da UNESCO de 1970, a Convenção do UNIDROIT de 1995 e a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção (Convenção de Washington - CITES), entre outros;
- d) Não serão incorporados bens culturais cujas tipologias e proveniências constem das *Red Lists*⁶⁷ do ICOM- International Council of Museums, ou sobre os quais recaia algum tipo de suspeita quanto à sua licitude;
- e) Se apresentem em precário estado de conservação ou para os quais o Museu não disponha de recursos, a curto e médio prazo, para assegurar as indispensáveis condições de conservação, por precariedade de espaços ou por questões técnicas ou financeiras;

⁶⁷ <https://icom.museum/en/resources/red-lists/>

f) Se integrem ou ilustrem tipologias e/ou cronologias que se encontrem já suficientemente representadas no acervo.

3.4.2 Os fundos documentais não deverão ser incorporados no acervo do Museu, independentemente do seu formato, suporte ou datação. Não obstante, poderão beneficiar de tratamento arquivístico adequado de acordo com as normas e indicações do Arquivo Histórico das Farmácias. Inserem-se nesta categoria os documentos adquiridos para efeitos de investigação e documentação das coleções, entre outros.

3.4.3 Outros bens que não se enquadrem direta e inequivocamente na presente Política de Incorporações, ainda que adquiridos pelo Museu, tais como material museográfico, de serviço educativo ou para a agenda cultural, não serão incorporados no acervo, ficando apenas sujeitos a registo por parte do Museu (em relação de existências).

3.5 Responsáveis

É responsável pela incorporação de novas peças nos acervos, a Associação Nacional das Farmácias, na pessoa da Direção da Área Cultural. Esta decisão de incorporação deverá ser suportada pela proposta de incorporação apresentada pela Direção do Museu da Farmácia à Direção da Área Cultural.

Os procedimentos de registo, incorporação e inventariação dos bens culturais são da responsabilidade dos quadros técnicos especializados para os devidos procedimentos:

- a. Conservador/Curador;
- b. Técnico de Reservas.

3.6 Métodos de registo

O primeiro sistema de registo utilizado no Museu da Farmácia, aquando da incorporação de um bem cultural nas suas coleções, é feito no Livro de Tombo, que permanecerá atualizado e validado por rubrica ou assinatura da entidade máxima responsável pelo Museu. Neste livro, é feito um registo primário manuscrito (suporte original de inventário que data das primeiras

incorporações, no ano de 1981), onde são registadas todas as informações básicas que permitam identificar o bem cultural⁶⁸, e que serve hoje de suporte físico seguro de qualquer risco ou dano que possa existir na plataforma eletrónica (ou digital).

As fichas de inventário manuais deixaram de ser utilizadas no Museu da Farmácia aquando da informatização dos dados. Neste sentido, todas as novas incorporações continuarão a ser registadas na plataforma *In Arte Premium*, a qual visa o inventário, catalogação e classificação de todos os dados referentes aos bens culturais incorporados, e permite ainda a respetiva gestão através da interligação digital de vários registos e dados referentes aos bens inventariados, bem como a utilização de registos audiovisuais e documentos que valorizem o registo dos objetos. Ao fazer recurso ao Programa *In Arte Premium*, o Museu cumpre os requisitos de informatização definidos pela Lei-Quadro dos Museus Portugueses, bem como os normativos nacionais e internacionais, nomeadamente os princípios contemplados nos cadernos de *Normas de Inventário* editados pelo IPM/IMC/Ministério da Cultura de Portugal.

O Museu da Farmácia utiliza um método de numeração dos bens museológicos estritamente numérico, sequencial, servindo apenas como número de identificação/inventário de cada peça, não fornecendo qualquer tipo de informação acerca da tipologia ou propriedade.

Os objetos em situação de depósito ou de comodato não serão nunca incorporados nem incluídos no inventário do Museu, mas continuarão a ser registados no “Registo de Depósitos Digital”, estritamente por motivos de salvaguarda, enquanto se encontram à guarda do Museu.

3.7 Procedimentos

O procedimento para a incorporação de novas peças no acervo museológico do Museu da Farmácia, deverá reger-se pelos seguintes passos:

- a) Aquando da entrada do objeto no Museu, este deverá ser mantido isolado, em “pousio”/quarentena, durante um período considerado necessário para a sua estabilização,

⁶⁸ No Livro de Tombo são registadas as seguintes informações: Título, Designação, Descrição, Nº de Registo, Nº de Inventário, Proveniência, Medidas, Material, Método de Incorporação, Valor/Avaliação e Observações.

sendo feita uma correta avaliação de seu estado de conservação (*condition report*), para a verificação da eventual necessidade de expurgo.

a) O objeto será imediatamente registado no Livro de Tombo do Museu da Farmácia, composto por folhas pautadas e numeradas, onde lhe é atribuído um número de inventário, único e irrepetível, conforme referido no ponto 6) do presente documento.

b) O objeto é marcado com o respetivo número de inventário, com recurso à utilização do material e técnica mais adequados à composição física e à tipologia do bem cultural incorporado;

c) O bem cultural deverá ser fotografado num plano geral e em todas as suas faces ou ângulos, quando aplicável. Deverão ser ainda identificados e fotografados pormenores relevantes (marcas, assinaturas), assim como os que ilustrem eventuais problemas de conservação do objeto incorporado que mereçam ser assinalados;

d) Deverão ser inseridas na plataforma *In Arte Premium* todas as informações previamente registadas no Livro de Tombo do Museu, bem como todos os dados atinentes ao historial e à aquisição dos objetos incorporados, e ainda carregadas as imagens previamente capturadas.

Art.º 4. - Regimes de Depósito e Comodato

4.1. O Museu deverá apenas aceitar o regime de comodato ou de depósito de bens culturais que preencham os seguintes requisitos discriminados no presente documento, a saber:

a) Tenham enquadramento disciplinar, temático e cronológico nas coleções estruturais do Museu da Farmácia;

b) Tenham título de propriedade válido, proveniência lícita e historial bem documentado;

c) Não obriguem o Museu depositário ao cumprimento de condições contrárias às políticas e práticas museológicas previamente adotadas;

d) Tenham sido previamente autorizados pela tutela;

e) A duração e condições de depósito e/ou comodato dos bens culturais tenham sido previamente acordadas entre ambas as partes e versadas em contrato de cedência temporária de bens culturais móveis.

4.2 Excecionam-se do suprarreferido os bens culturais cujo depósito coercivo no acervo do Museu tenha sido determinado e devidamente justificado pela tutela, nos termos da Lei de Bases do Património Cultural e da Lei-Quadro dos Museus Portugueses.

4.3 Conforme descrito na Lei-Quadro dos Museus Portugueses, os bens culturais em regime de depósito ou comodato, nunca deverão ser incorporados no acervo do Museu depositário, independentemente do tempo de duração do contrato. Não obstante, os objetos deverão ser devidamente registados no Livro de Depósitos, de acordo a legislação específica.

4.4 Os bens culturais cedidos a título de comodato ou depositados no acervo do Museu, não poderão ser cedidos a entidade terceiras, salvo se com autorização prévia, e por escrito, dos seus legítimos proprietários.

Art.º 5.º - Desincorporação de Bens Museológicos

5.1 Abatimento ao inventário

5.1.1 O abatimento de bens culturais ao inventário do Museu da Farmácia será sempre uma situação excecional, porque extrema e indesejável, carecendo de fundamentação apresentada através de uma proposta e pedido de autorização à tutela.

5.1.2 A desincorporação bens culturais aplicar-se-á a objetos que se apresentem muito danificados, na sequência de deterioração irreparável, decorrente de catástrofe natural ou de acidente imprevisível, ou em caso de desaparecimento definitivo por roubo ou furto, depois de esgotadas todas diligências tendo em vista a sua recuperação.

5.1.3 Os bens culturais abatidos ao inventário deverão ser imediatamente removidos do acervo, preservando-se, contudo, os respetivos números e registo de inventário, bem como demais documentação existente.

5.1.4 No abatimento ao inventário serão consideradas as boas práticas expressas nas Normas de Inventário publicadas pelos organismos do Ministério da Cultura de Portugal, assim como na demais bibliografia de referência.

5.2 Normas e procedimentos para o abatimento de bens culturais do acervo

a) O procedimento de abate de um bem cultural é da responsabilidade da tutela (Associação Nacional das Farmácias), no seguimento a apresentação da justificativa, parecer técnico e processo redigido pelo Conservador ou Curador do Museu da Farmácia, e apresentado à Direção da Área Cultural da Associação Nacional das Farmácias pelo Diretor do Museu da Farmácia.

b) No processo de abatimento deverão constar as seguintes informações: número e ficha de inventário, registos fotográficos, historial do objeto, fundamentação da proposta e documentação anexa à ficha de inventário.

c) Deverá ser registado na plataforma de inventário *In Arte Premium*, bem como no Livro de Registo do Museu da Farmácia, o abatimento do bem cultural em questão, preservando-se ainda assim a ficha e o número de inventário.

Art.º 6º. - Revisão da Política de Incorporações

O presente documento de Política de Incorporações será obrigatoriamente revisto com uma periodicidade quinquenal.

Conclusão

O Museu da Farmácia apresenta-se hoje, com 25 anos de existência, enquanto um exemplar único no panorama museológico em Portugal, com um acervo com relevância nacional e internacional, constituído por testemunhos materiais da história da Saúde e da Farmácia.

Sendo um museu privado, na dependência administrativa da ANF, encontra-se nos últimos anos em fase de requalificação interna (de que é exemplo a recente ampliação do seu quadro de pessoal técnico), com o propósito de vir não só otimizar os seus processos e funções museológicas, como também assumir o papel de museu de referência na área da Saúde e da Farmácia, nacional e internacionalmente. Neste contexto, surge uma nova oportunidade de reestruturar algumas dos seus procedimentos, nomeadamente ao nível dos instrumentos de gestão das coleções, entre os quais a Política de Incorporações que, nesta dissertação, assume um lugar de destaque.

É então com o objetivo de contribuir para esta revisão dos instrumentos de gestão das coleções, que surge o presente trabalho académico, o qual pretende dotar o Museu de um dos documentos estruturais que a LQMP entende obrigatórios para todas as entidades museais.

Com o objetivo de corresponder ao suprarreferido na presente dissertação, foi proposto, numa primeira fase, uma análise ao Museu da Farmácia. Esta análise, consistiu num enquadramento histórico da instituição, de forma a compreender as particularidades da formação desta distinta coleção, bem como as questões institucionais que particularizam este Museu, no que toca a sua relação e coordenação com a sua tutela, a Associação Nacional das Farmácias. Percebe-se assim que o Museu da Farmácia nasce com a ambição de salvaguardar a história da Farmácia e a memória desta profissão e setor, mas que, em virtude do seu crescimento e visibilidade, e do impacto que este teve não apenas no cenário da Museologia nacional e internacional, mas também nas relações institucionais da Associação Nacional das Farmácias com outras entidades externas, se torna do interesse da tutela e do Museu que a coleção se expanda, internacionalizando-se, e adicionando à sua missão e vocação, a vontade de materializar não apenas a história da Farmácia em Portugal, mas também toda a história da Saúde, desde as mais remotas civilizações, como o Antigo Egito, às mais contemporâneas aventuras das Farmácias, como as viagens ao espaço, através de objetos doados ao Museu da Farmácia pela NASA⁶⁹.

⁶⁹ *National Aeronautics and Space Administration.*

É também compreendido que a ligação do Museu da Farmácia ao Associativismo Farmacêutico é indissociável, estando os associados da Associação Nacional das Farmácias ligados ao Museu desde a sua génese, e tendo sido estes que doaram as primeiras peças para a constituição da coleção. O Museu da Farmácia apresenta-se assim como um Museu que nasce de incorporações de doações do setor farmacêutico, e que ainda hoje, recebe regularmente propostas dentro do mesmo âmbito.

De seguida, foi feita uma análise à gestão da coleção e do acervo do Museu da Farmácia. Nesta análise, compreendemos que, durante mais de vinte anos, esta unidade museológica é gerida por apenas dois profissionais da área da museologia, o Dr. João Neto e a Dra. Paula Basso, que juntos desenvolveram um trabalho de excelência na construção de uma coleção, na gestão de dois polos museológicos (Lisboa e Porto), na criação de um serviço educativo, eventos e conferências de carácter cultural, produção de exposições, investigação de bens culturais e conservação, inventário e acondicionamento de todos os objetos da coleção. Não obstante, em 2016 assiste-se a um investimento da Associação Nacional das Farmácias no seu setor cultural, através da criação de uma nova área (Área Cultural), que visa a gestão e otimização da programação cultural da instituição, o alargamento do seu espectro de ação junto das Farmácias e público em geral, entre outras atividades. Também o Museu da Farmácia é incluído nesta área, passando a ser este departamento a sua ponte com a Direção da Associação Nacional das Farmácias. Com este novo investimento no setor cultural, assiste-se também à contratação de novos recursos humanos especializados, nas diferentes áreas, beneficiando também o Museu da Farmácia com um aumento do seu quadro técnico especializado. A partir daí, o Museu da Farmácia passa a procurar uma melhoria de processos e procedimentos, nomeadamente a oficialização de documentos e procedimentos já implementados, mas ainda não documentados de forma oficial, bem como a atualização de todo o seu inventário, rigorosamente registado no Livro de Tombo e fichas de inventário manuais, e que já estava a ser informatizado, através da utilização de uma plataforma de inventário digital.

Numa ótica de contribuir para a gestão do acervo, e na otimização não apenas dos processos de inventário, mas também de incorporação (onde tudo tem início), é proposto por meio desta dissertação uma implementação de um novo Regulamento de Política de Incorporações. No segundo capítulo da presente dissertação, é explanada a importância do documento proposto, enquanto instrumento de gestão essencial de acervos para qualquer Museu. É nesta fase que é exposto que, para além de ser um documento de carácter obrigatório segundo a Lei-Quadro dos Museus Portugueses, uma política de incorporações poderá ser da maior relevância para o Museu

da Farmácia não apenas pela otimização do processo de incorporação, que se apresenta como um processo bastante frequente dado um alto número de incorporações anuais que o Museu apresenta, como também se trata de uma peça fundamental para a sustentabilidade das suas coleções no futuro.

Dado que o Museu da Farmácia tem como missão e vocação a salvaguarda do património das Farmácias, e com isso, uma necessidade urgente de assegurar a sustentabilidade das suas coleções no futuro, é constado que este já apresenta constrangimentos ao nível do espaço de reservas em relação ao número de peças que integram o seu acervo. Percebe-se ainda que o facto de ter uma especial ligação ao setor farmacêutico através da ligação e relação de décadas que tem com os associados da Associação Nacional das Farmácias, que anualmente se materializa em inúmeras doações, torna-se da maior relevância a implementação de uma Política de Incorporações com diretrizes bem definidas, e que possa ser divulgada publicamente.

Por fim, no último capítulo, é feita uma proposta de Regulamento de Política de Incorporações para o Museu da Farmácia, adaptada às características não só do Museu em questão, mas também da sua tutela, por forma a que esta possa ser apresentado à Direção da Área Cultural da Associação Nacional das Farmácias, e posteriormente, à sua tutela, numa ótica de ser implementado visando a melhoria contínua das práticas museológicas da instituição, se assim a tutela considerar viável. A proposta não só se pretende enquadrar com o regime de incorporações previamente estabelecido e com a Política de Compras do Grupo ANF, como também se apresenta enquanto um documento enquadrado e sustentado não apenas pelas normativas indicadas na legislação portuguesa, mais objetivamente a Lei-Quadro dos Museus Portugueses, como também por diferentes *documentos-chave* da área da museologia, como é de exemplo o Código de Ética do ICOM.

Bibliografia

A Guarda. (2020). *Antiga Casa da Legião Portuguesa recebe colecção António Piné*. Disponível em: <https://www.jornalaguarda.com/index.php/regiao/guarda/antiga-casa-da-legiao-portuguesa-recebe-colecao-antonio-pine> (consultado a 15 de novembro de 2020)

APS. (2017). *Ruas de Lisboa com Alguma História*. Disponível em: <http://aps-ruasdelisboacomhistreria.blogspot.com/2017/07/rua-alfredo-da-silva-xvii.html> (consultado a 16 de outubro de 2019)

ArtCurial. (s.d.) *About ArtCurial*. Disponível em: <https://www.artcurial.com/en/about-artcurial> (consultado a 23 de novembro de 2020)

Associação Nacional das Farmácias. (2016). *Estatutos da Associação Nacional das Farmácias*.

Associação Nacional das Farmácias. (1981). *Constituição do Museu e Biblioteca de Farmácia de Oficina*.

Associação Nacional das Farmácias, (1996). *ANF inaugurou Museu da Farmácia - A História que Faltava Contar*. *Farmácias Portuguesa*, n.º 99, 49-54

Associação Nacional das Farmácias, (2008). *António Piné doa colecção de arte à ANF*. *Farmácia Portuguesa*, n.º 74, 66-71

Associação Nacional das Farmácias, (2010). *Museu mais próximo dos farmacêuticos do Norte*. *Farmácia Portuguesa*, n.º 190, 31 - 34.

Associação Nacional das Farmácias, (2018). *A Revista Sempre Foi uma Ferramenta Estratégica*. *Farmácia Portuguesa*, n.º 229, 18-23.

APS. (2017). *Palacete do «Alto de Santa Catarina»*. Disponível em: <http://aps-ruasdelisboacomhistreria.blogspot.com/2017/08/rua-alfredo-da-silva-xviii.html> (consultado a 16 de outubro de 2019)

Basso, P. & Costa Freire, S. (2008). *Colecção Arte Moderna e Contemporânea António Piné*. Lisboa, Portugal: Associação Nacional das Farmácias

Basso, P. (2000). *Farmácia Portuguesa*. Lisboa, Portugal: Associação Nacional das Farmácias

Boylan, P. (2004). *Como gerir um Museu: manual prático*. Paris, França: International Council of Museums

Economias. (2017). *Análise SWOT: o que é e para que serve?* Disponível em: <https://www.economias.pt/analise-swot-o-que-e-e-para-que-serve/> (consultado a 5 de outubro de 2020)

Garrett Pinho, E. (2013). *Evolução das coleções públicas em contexto democrático. Políticas de incorporação e vetores de crescimento nos Museus de Arte da Administração Central do Estado (1974-2010)*. Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, Lisboa.

Houben, G., Lenie, K. & Vanhoof, K. (1999) *A Knowledge-Based SWOT-Analysis System as an Instrument Forstrategic Planning in Small and Medium Sized Enterprises*. Decision Support Systems

ICOM. (2007). *Código de Ética do ICOM para Museus*.

Leandro, V. (2020). *Há um novo cocktail no Pharmacia Felicidade, e inclui visita ao Museu da Farmácia*. Lisboa Secreta. Disponível em: <https://lisboasecreta.co/cocktail-pharmacia-visita-Museu-farmacia> (consultado a 24 de dezembro de 2020)

Machado, C. & Martins, P. (2015). *UMA HISTÓRIA DAS FARMÁCIAS*. Lisboa, Portugal: Tinta da China.

Machado, A. (2008). *António Piné está nesta vida para dar uma coleção de arte à Associação de Farmácias*. Ípsilon, Público. Disponível em: <https://www.publico.pt/2008/04/13/jornal/antonio-pine-esta-nesta-vida-para-dar-uma-colecao-de-arte-a-associacao-de-farmacias-256851> (consultado a 27 de março de 2021)

Museu da Farmácia. (2019). *Normas Básicas de Conservação Preventiva para o Museu da Farmácia*.

Museu da Farmácia. (2020). *Um Mundo de Máscaras*. Disponível em: <https://www.Museudafarmacia.pt/detalhe.aspx?lang=PT&uid=0&area=exposicoes&o=2&f=341&bid=77> (consultado a 18 de outubro de 2020)

Museums Association. (2002). *Code of Ethics for Museums: ethical principles for all who work for or govern Museums in the uk*. Londres, Inglaterra.

Rui Pita, J. & Cabral, C. (2015). *Sinopse da História da Farmácia. Cronologia*.

Sic Notícias. (2020). *Museu da Farmácia inicia visitas guiadas virtuais*. Disponível em: <https://sicnoticias.pt/cultura/2020-10-28-Museu-da-Farmacia-inicia-visitas-guiadas-virtuais>

(consultado a 8 de março de 2021)

SIPA. (2005). *Palacete na Rua de Santa Catarina, n.º 2 a 4 / Associação Nacional das Farmácias / Museu da Farmácia*. DGPC. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=23522 (consultado a 16 de outubro de 2019)

Smithsonian Institution, (s.d.). *Acquisition and Disposal of Collections*. Disponível em: <https://www.si.edu/content/opanda/docs/Rpts2005/05.04.ConcernAtTheCore.Disposal.pdf>

Ternhag, G. (2006). *The Story of the Mora-Harp: Museumization and De-Museumization*. STM-Online, vol.9. Stockholm: Svenska Samfundet för Musikforskning. Disponível em: http://www.musikforskning.se/stmonline/vol_9/ternhag/ternhag.pdf

TimeOut. (2020). *Brigada Antivírus*. Disponível em: <https://www.timeout.pt/lisboa/pt/miudos/brigada-antivirus> (consultado a 7 de fevereiro de 2021)

Unidade Central de Negociação. (2019). *Política de Compras do Grupo ANF*.

Wilkinson, H. (2005). *Collections for the Future*. Londres, Inglaterra.

Fontes Orais

Basso, P. (2019). *Entrevista com Dra. Paula Basso, conservadora do Museu da Farmácia*. Lisboa, Portugal.

Neto, J. (2019). *Entrevista com Dr. João Neto, Diretor do Museu da Farmácia*. Lisboa, Portugal.

Ramos, K. (2019). *Entrevista com Dra. Karine Ramos, Diretora da Área Cultural*. Lisboa, Portugal

Legislação

Decreto-lei n.º 47/2004 de 19 de agosto. Diário da República n.º 195/2004, Série I-A de 2004-08-19. Lisboa: Ministério da Cultura.

Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro. Diário da República n.º 209/2001, Série I-A de 2001-09-08. Lisboa: Ministério da Cultural.

ANEXOS

Documento A – Entrevista com a Dra. Paula Basso, Conservadora do Museu da Farmácia, realizada no Museu da Farmácia, em Lisboa, a setembro de 2019

Nota prévia: Esta entrevista foi realizada à Dra. Paula Basso, Conservadora do Museu da Farmácia, que autorizou a sua gravação e confirmou a respetiva transcrição, como seguidamente se apresenta.

Gonçalo Magano (GM): Antes de mais, quero agradecer a oportunidade de realizarmos esta entrevista no âmbito da minha dissertação de mestrado. Gostava que começássemos pelo início e pelo seu envolvimento na criação do Museu da Farmácia?

Paula Basso (PB): O início foi exatamente com o meu pai (Dr. Salgueiro Basso) que, nos anos 80, se apercebeu que as Farmácias se estavam a modernizar, muito graças à ANF, e havia muito património que se estava a perder, e resolveram (a Direção da ANF) enviar uma carta aos associados, e nós temos essa carta, a pedir livros, almofarizes e algumas peças para o futuro Museu. E depois começaram assim: dividiram Portugal em várias zonas e faziam deslocações, iam às Farmácias como o DAA (Departamento de Apoio ao Associado), como hoje fazem, e perguntavam se havia interesse em doar alguma coisa para o Museu da Farmácia.

GM: Esse documento pode considerar-se o documento fundador do Museu da Farmácia?

PB: Exatamente. Mas nesta altura o Museu era uma ideia hipotética. Havia a ideia de formar uma coleção, porque existia o desejo de existir um Museu à semelhança de Espanha, porque eles já iam à FIP (*International Pharmaceutical Federation*), conheciam os vários Museus de Farmácia e tinham sempre pena de não existir nada cá em Portugal.

GM: O Museu em Espanha era o Museu da Universidade Complutense de Madrid?

PB: Sim, era um Museu universitário, mas também existiam Farmácias históricas, o Museu da Farmácia de Basileia, etc. Eles (Direção da ANF) já conheciam esses Museus, essas realidades, e queriam também, porque eram todos cheio de ideias e de projetos, e tanto estavam a cuidar do

Museu, como também estavam a fazer a informatização das Farmácias (no caso do Dr. Salgueiro Basso). Dois projetos de tipo “realidades impossíveis”, que neste momento existem: O Museu da Farmácia e o SIFARMA, que já é exportado para outros países.

GM: O Dr. João Neto mencionou, na sua entrevista, que a doação do Dr. Salgueiro Basso terá sido a primeira doação do Museu da Farmácia, concorda?

PB: Sim foram. Era uma Farmácia histórica, da família César Pereira, e foi ele (Dr. Salgueiro Basso) que teve a primeira iniciativa de doar essas peças para o Museu. O Museu que na altura seriam apenas umas vitrines: comprou-se umas estantes, isto ainda na Almirante Reis, no início da ANF. Nessas estantes colocavam as peças, e mostravam-nas todos orgulhosos. Mas às tantas, começou a ser um volume tão grande de objetos que tinham recolhidos nas Farmácias, que começaram a precisar de fazer um inventário. Conversaram com outras entidades que já tinham passado por este processo, e, entretanto, eu já tinha feito a licenciatura em história, e estava a tirar a pós-graduação em museologia. Mas antes, como já estava a tirar a licenciatura em história, de vez em quando já trabalhava uns dias na Almirantes Reis (sede), a ajudar com a coleção.

GM: Inicialmente a Associação começou logo a mostrar a coleção?

PB: Não, não. Até aos anos 80 era apenas recolher as peças para salvaguardar o património, e depois começaram a verificar que as próprias Farmácias também estavam a desaparecer (as históricas), devido ao modernizar das Farmácias. Com esta modernização, nós começamos a falar com os proprietários das Farmácias a questionar se não queriam doar os armários para o Museu, e as pessoas davam. Era outro espírito, o que tornou foi fácil fazer estas recolha.

GM: Nesta altura, ainda não se tinha noção do Museu que se viria a construir?

PB: Não. Eu acho que é incrível como é que as pessoas davam em prol da classe farmacêutica, gratuitamente. Havia aquele espírito de que era necessário representar a profissão, e enaltecê-la. O Museu, que pretendia contar a história da Farmácia, ia ajudar a fortalecer e a afirmar uma classe que estava sempre um bocado despromovida profissionalmente, em relação aos médicos.

GM: Então aqui estamos nos Anos 80. O que se sucedeu?

PB: De seguida, começou a existir um número tão grande de objetos, e de Farmácias, que nos apercebemos que as coisas já não cabiam no edifício. Entretanto a ANF passa para o Príncipe Real, e houve a necessidade de tirar dali toda aquela coleção, sendo que parte (o melhor), foi para armários/vitrine na sede da ANF, no príncipe real, e a outra parte para uma cooperativa de distribuição farmacêutica, que era a CODIFAR, da qual o meu pai fazia parte da administração desde o início. Então, foi tudo levado em caixotes para um armazém enorme, húmido e frio da CODIFAR, e começou-se a trabalhar, porque aquilo já tinha uma dimensão tal que precisava de pessoas ali permanentemente a estudar a coleção. Eu entro em setembro de 1990: recebi o convite do Dr. João Cordeiro (na altura, presidente da ANF), e como estava a tirar a pós-graduação em museologia, o Museu da Farmácia foi o meu projeto.

GM: Então é aqui que surge a primeira ideia de fazer um Museu, fisicamente?

PB: Havia o sonho que cada vez se começava a concretizar mais. Com a pós-graduação em museologia, estava dentro da área, já tinha ajudado desde sempre, já conhecia a coleção e fazia o inventário, e depois entrou o Dr. João Neto. Com isto, vamos participar na primeira feira de história, que foi uma loucura autêntica, com a ajuda do Mário Soares, no âmbito da associação de história setecentista. Nós participamos com um stand, e a ANF ajudou-nos bastante. Foram milhares de crianças: ainda hoje oiço o barulho das crianças, ainda antes das portas se abrirem, antes da abertura da feira. Isto foi em 1991, e foi um grande sucesso. Em 1994 participamos na exposição “800 anos de missão portuguesa”, com a botica do mosteiro de S. Vicente de Fora, onde fizemos a exposição e o catálogo. Depois da crescente visibilidade que a coleção estava a ter, a Associação Nacional das Farmácias quando compra o atual edifício, na Rua Marechal Saldanha, surge a oportunidade de existir um espaço digno de um Museu, sendo que começámos então o projeto do Museu. Nós éramos uns miúdos, os dois, e puseram-nos logo a trabalhar com arquitetos, engenheiros de ar condicionados, engenheiros de iluminação, os melhores profissionais, para fazer um Museu.

GM: Nós sabemos que o ideal nos dias de hoje é projetar um edifício próprio, com todas as condições para ser um Museu, mas aqui estamos a falar de uma realidade diferente certo?

PB: Claro, nós tivemos que nos adaptar ao espaço que nos foi cedido. Era apenas uma sala, o primeiro piso era para escritórios e, entretanto, o Museu ficou tão bem que nos deram o segundo piso. Havia aquela sala, já estava projetada para Museu, não era o piso de cima. O hall onde hoje nós entramos para o Museu, não era a entrada, esta era ao pé dos elevadores, mas depois acharam por bem expandir. O projeto era “*work in progress*”: estava tudo a acontecer.

GM: O Museu inaugura então com a exposição sobre a história da Farmácia em Portugal, com as peças doadas pelos associados?

PB: Sim, era esse o nosso grande objetivo. Representar a história da Farmácia em Portugal que não existia em mais sítio nenhum. Existiam coleções de hospitais, mas não como a nossa.

GM: Quando é que então surge a ideia de que o Museu tem que crescer, para um segundo piso, e com peças que representam para além da Farmácia em Portugal?

PB: Nós, para começarmos a ficar conhecidos no meio, começamos a convidar os diretores de grandes museus nacionais, para mostrarmos o Museu. Um dia, convidámos o Dr. António João Castelo Branco, da Gulbenkian, e ele disse-nos que em Paris ia haver um grande leilão de majólica italiana, e que nós devíamos tentar conseguir algumas peças. Quando vimos o catálogo ficámos maravilhados, aquilo era espetacular. Fomos, e concorremos com a indústria farmacêutica francesa e alemã, e eles não nos conheciam de lado nenhum. Foi tudo para nós, éramos muito novos e com algum poder financeiro. “Portugal, com poder financeiro destes? Mas quem é esta instituição? A competir connosco?” Ficaram espantadíssimos! Nós levámos, não foi o catálogo quase todo, mas foi a nossa maior aquisição. Aquele catálogo era espetacular: toda uma coleção feita por um historiador de Farmácia francês, para um futuro Museu em França. Aquilo eram peças magníficas, e vieram “todas” para Portugal. Ficaram a “odiar-nos” desde essa altura, mas todos os anos voltávamos lá! De 1997 a 2001 foi a loucura total, um sonho tornado realidade. Muito mais do que aquilo que já imaginávamos quando íamos aos leilões no Palácio do Correio Velho, que já vendia peças que não se encontravam nas Farmácias. Foi assim que começamos a fazer a coleção internacional. O Dr. João Neto sempre à procura de peças nos maiores leilões, e depois sentávamos-mos os três (com o Dr. João Cordeiro) e com a reunião de Direção, e justificávamos o porquê de considerarmos aquelas peças importantes para a coleção. O que aconteceu aqui na Associação Nacional das Farmácias, foi uma coisa que não acontece, muito menos em Portugal. Os americanos diziam-nos que isto era mesmo “KLM: Knowledge, Luck and Money”. A ANF,

em 2000, ainda não tinha o piso superior ocupado, e como não era utilizado, fechamos o Museu em 2000, e voltámos a abrir em 2001.

GM: Foi em 2001, nesta inauguração, que o Museu da Farmácia inaugura com a sua formatação atual?

PB: Sim. Essa foi uma grande inauguração. Os associados ficaram muito orgulhados da coleção, e ainda hoje têm imenso orgulho do Museu. Veio imensa gente, enviamos a todas as Farmácias um convite lindíssimo e investimos na loja. De 2001 a 2010, continuamos a coleção, completando as vitrines, fazendo exposições e publicações.

GM: Quando e como é que surge o polo museológico no Porto?

PB: O Museu no Porto começámos a projetar em 2009, e inaugurámos em 2010. O Dr. João Cordeiro também esteve por detrás deste projeto. Ele é sempre a peça chave. No fundo, existia um puzzle, mas sem ele não estava completo, não era possível. Se não existisse João Cordeiro, não existia Museu. Havia a vontade, os sonhos, os meios, mas a concretização do Museu só com a ajuda do João Cordeiro. É a realidade. Quase todas as semanas íamos ao Príncipe Real ter com ele, e entregávamos a documentação daquilo que precisávamos para a coleção, e era sempre tudo aceite. O Museu do Porto surgiu de forma semelhante: quando a delegação compra um novo terreno, para construir a nova sede, claro que tinha que existir um espaço para o Museu. Este Museu tem mais ou menos a mesma narrativa, mas desenvolvemos mais a parte do século XX, e temos a Farmácia Estácio (do Porto) e a Farmácia islâmica.

GM: No que toca a exposições temporárias, qual era o critério para escolher temáticas?

PB: As temáticas foram praticamente sempre ligadas à Saúde, porque nós estamos numa casa ligada à Saúde. Muitas vezes, era a pedido da Direção da ANF, como a exposição sobre a tuberculose que fizemos em parceria com a Associação Portuguesa de Pneumologia. Outra sobre a SIDA a pedido da Prof. Odette Ferreira, e sempre em colaboração com os serviços farmacêuticos. Pediam-nos para colaborar com hospitais, outras instituições, mas sempre na área da Saúde e da Farmácia.

GM: Para além das exposições internas, o Museu da Farmácias tem feito algumas exposições temporárias em colaboração com outras instituições?

PB: Sim, tivemos mais recentemente uma exposição com o Museu do Oriente. Inicialmente tivemos a exposição da botica do Mosteiro de S. Vicente de Fora, e posteriormente algumas parcerias com a Gulbenkian, com a Universidade do Porto e Hospitais. Internacionalmente fizemos exposições no Luxemburgo, em Paris e Montpellier. Em todas estas colaborações cedemos peças, escrevemos artigos para o catálogo e ajudámos nos projetos.

GM: O Dr. João Neto referiu que um dos fatores preponderantes para a valorização da exposição e dos objetos, foi o facto da Dra. Paula Basso fazer sempre investigações sobre as peças adquiridas. Eu questiono-lhe qual a importância que atribui a estas investigações?

PB: O objeto só por si não chega. Poderíamos comprar e comprar imensos objetos, e eles estarem fechados na reserva, sem ninguém saber para o que é que serviam ou o que é que representavam ou significavam, seja para a história da Farmácia, seja para a história da arte. Portanto, há que dar todo um conteúdo, toda uma narrativa e um guião que sustente todos aqueles objetos. É isso que faz um Museu, porque senão eram um amontoado de objetos que não têm o mínimo significado, e não transmitem conhecimento, nem história. São simplesmente uma coleção. Sempre adquirimos um objeto por aquilo que ele significava para história da Farmácia, para a história da Saúde, mas nem sempre vinham com muita informação, e era aí que se tornava importante esta investigação da parte do Museu. É importante perceber quanto à história da Farmácia e da Saúde, quais são os objetos que testemunham essa história, e depois tentar transmitir todo esse significado. Associar sempre a investigação à museografia.

GM: A coleção do Museu da Farmácia cresceu desde 1996, e ambos (Dr. João Neto e Dra. Paula Basso) testemunharam que não se previa que o Museu teria a visibilidade que tem hoje. Se lhe fossem dadas todas as possibilidades, a curto médio prazo, o que gostaria de ver o Museu alcançar?

PB: Eu gostava de ver a coleção reunida e fazer, no fundo, uma exposição sobre a Saúde e a Farmácia. Não só a parte histórica, mas também poder desenvolver exposições temporárias, mais interativas. Como um Museu de Ciência, como o pavilhão do conhecimento, mas na área da Saúde.

Fazer não só exposições itinerantes por todo o país, ou por outros países, como também receber exposições de outros Museu da área da Saúde e da Ciência, que existem, e trocar projetos. Não ser um “pequeno” Museu da Farmácia, mas sim ser um grande Museu onde a educação para a Saúde tivesse as suas mais valias disponíveis para o público. Uma coisa estruturada, pedagógica, divertida: exposições interativas, e tudo no mesmo edifício.

GM: Dra. Paula Basso, como caracteriza a coleção do Museu da Farmácia?

PB: O Museu da Farmácia tem sob a sua tutela duas coleções, sendo uma a coleção que retrata a história da Farmácia e da Saúde, ao longo dos séculos, que é visitável no nosso Museu, e outra a coleção de arte contemporânea da ANF. Na coleção do Museu da Farmácia conseguimos ter diversas tipologias de objetos, proveniente de praticamente todos os cantos do mundo e que retratam diversos momentos da história, o que nos possibilita criar diversos discursos expositivos, consoante a história que queremos contar aos nossos visitantes. A coleção de arte contemporânea da ANF trata-se de uma coleção que maioritariamente é composta por pintura e escultura, e está sob a tutela do Museu, por ser o único departamento na ANF com meios e conhecimentos técnico para salvaguardar esta coleção.

GM: A coleção do Museu da Farmácia tem uma grande variedade de tipologias de materiais. Hoje a Dra. Paula, como conservadora do Museu, tem mais de 30 anos de experiência nesta área, mas inicialmente quais foram as principais dificuldades de conservação desta coleção?

PB: É difícil. A formação que eu tive era apenas “escultura e pintura”, e esta é uma dificuldade do dia a dia, ainda hoje. É importante estudar bibliografia, investigar, falar e aprender com profissionais que existem no nosso país, felizmente. Fomos visitar o Science Museum, que nos mostrou as reservas e como eles trabalhavam lá. No fundo temos que arranjar as melhores soluções para a coexistência de todos os materiais, no que toca a temperatura, humidade, e as outras condições ambientais ligadas à conservação preventiva.

GM: O Museu tem reservas técnicas? Como são asseguradas as condições dentro destes espaços?

PB: Então, no Museu da Farmácia em Lisboa temos duas reservas separadas, sendo uma destinada à Coleção do Museu da Farmácia, e outra à Coleção de Arte Contemporânea da ANF. Ambas as reservas se encontram com as condições de temperatura e humidade asseguradas e controladas

pela equipada do Museu. Estas reservas estão equipadas com os diversos materiais que nos possibilitam preservar as nossas coleções, da melhor forma possível. Para além do controlo das condições, temos um carro de transporte para deslocar as peças dentro das reservas e Museu, temos uma equipa de limpeza que intervém nestes espaços quando por nós é solicitada, e todos os acessos são vigiados internamente. A arrumação da reserva de arte contemporânea é mais fácil, na medida em que temos apenas quadros e esculturas na mesma sala. Já o acondicionamento da outra reserva é mais complicado: pela diversidade de objetos, materiais e tipologias que lá temos guardados, procuramos enquadrar os objetos por tipologias e materiais, e encontrar as condições mais favoráveis para a coexistência de toda a coleção.

GM: A equipa do Museu da Farmácia dispõe-se a fazer intervenções de restauro na sua coleção?

PB: Atualmente, o Museu da Farmácia não tem nos seus quadros nenhum técnico de conservação e restauro, no entanto, não é por isso que descuidamos a nossa coleção. Entre os diversos elementos da equipa do Museu, zelamos pela vigia constante do estado de conservação dos nossos objetos, e estamos habilitados a fazer um primeiro diagnóstico quando verificamos que existem alterações significativas nas nossas peças. Assim que verificamos a necessidade de intervir numa peça, rapidamente contactamos conservadores restauradores especializados na tipologia de material em questão, sendo que agendamos visitas técnicas e pedimos orçamentos e relatórios para podermos apresentar superiormente, na Direção da Área Cultural, a necessidade de adjudicar determinada intervenção nos objetos. As intervenções normalmente são feitas fora do Museu da Farmácia, em laboratórios e ateliers especializados, mas em algumas situações, também preparamos um espaço de antecâmara com condições apropriadas a receber um técnico de restauro nas nossas instalações.

GM: Como é feito o inventário das coleções do Museu da Farmácia?

PB: Nós utilizamos dois métodos de registo. Temos um livro de registo, mais antigo, ainda do tempo em que não existia a informatização das coleções, e temos o programa In Arte Premium, onde temos a possibilidade de registar todos os objetos que integram as nossas coleções, bem como toda informação e movimentos associados. Neste momento fazemos questão de manter ambos os suportes atualizados. Na nossa coleção neste momento temos quase 16000 objetos registados, sendo que temos mais de dezenas de tipologias de objetos diferentes, feitos de dezenas de matérias-primas diferentes. Até ao início de 2018, praticamente todo o trabalho de registo, inventário, conservação, bem como outras vertentes gestão da coleção, eram assegurados apenas por mim,

sendo que parte do meu trabalho ao longo de mais de 20 anos tem sido a preservação e conservação da coleção que nos foi confiada pelos nossos associados.

GM: O Museu da Farmácia dispõe-se a receber doações? Como são feitas as incorporações dos objetos na coleção?

PB: Sim, ainda hoje, felizmente, temos a oportunidade de receber doações frequentemente. Sempre que somos contactados, fazemos questão de avaliar o objeto e perceber se faz sentido o mesmo integrar as nossas coleções. Quando verificamos que o objeto em questão se enquadra na nossa coleção, redigimos um documento de doação que é assinado pelo doador e integramos o objeto na nossa coleção, fazendo o inventário do mesmo. Outra maneira de incorporar objetos na nossa coleção é através da sua compra, sendo que depois de se identificar o objeto que pretendemos adquirir, o processo é tratado entre o Diretor do Museu da Farmácia, o Dr. João Neto, e a responsável da Área Cultural, junto da Direção.

GM: Dra. Paula Basso, como é assegurada a segurança da coleção do Museu da Farmácia, no seu espaço expositivo?

PB: A coleção do Museu da Farmácia encontra-se completamente segura nas nossas instalações, sendo que temos diversos meios que nos garantem a salvaguarda da nossa coleção. Para além de uma equipa de seguranças contratada, que faz o controlo do edifício 24 horas por dia, temos ainda a equipa da loja do Museu da Farmácia que controla os acessos ao espaço expositivo, através de comando com controlo da porta de entrada do Museu, que não se encontra permanentemente aberta. Também dentro do espaço do Museu da Farmácia temos instalado um sistema de vigilância, procedendo à gravação de imagens em suporte de vídeo, bem como alarmes instalados nas nossas vitrines e Farmácias expostas.

Documento B – Entrevista com o Dr. João Neto, Diretor do Museu da Farmácia, realizada no Museu da Farmácia, em Lisboa, a setembro de 2019

Nota prévia: Esta entrevista foi realizada ao Dr. João Neto, Diretor do Museu da Farmácia, que autorizou a sua gravação e confirmou a respetiva transcrição, como seguidamente se apresenta.

GM: Gostaria que me falasse da contextualização do Museu, como nasceu a ideia, quem esteve envolvido e quais é que eram as ambições do projeto?

JN: A ideia do Museu é uma ambição da classe, claramente, uma vez que o desejo do Museu já vem praticamente do início do século XX, e acentua-se sobretudo com a organização em Portugal, nos anos 70, do congresso mundial dos farmacêuticos no qual novamente havia a necessidade de fazer uma exposição, e o desejo de fazer um Museu ligado à Farmácia veio ao de cima. Portugal, tendo em conta a relação de proximidade com Espanha, não tinha coleção oficial de Farmácia. Fazia-se história, mas não se materializava esta história num Museu. Vontade existia, mas não existia a capacidade, nem política nem financeira, para o fazer. Aconteceu que há um professor, o Prof. Correia da Silva, professor de ética e história da Farmácia da cidade do Porto, que sempre incutiu um grande respeito pela profissão através da materialização e visualização do património. Com esta geração, que já tinha a noção que era preciso valorizar o património, não foi difícil que quando existiu condições financeiras e uma grande vontade política de criar uma coleção, este desejo começara a consolidar-se. Claramente que esta geração da ANF dos anos 80, tinha em si a semente da valorização do Património (sobretudo o Dr. João Cordeiro). Esta foi uma ideia posta em prática pelo Dr. Salgueiro Basso, e é ele que inicia todo este movimento, porque havia a necessidade de o país progredir e evoluir, e havia a consciência de que essa evolução poderia levar à perda desse património. O Dr. Salgueiro Basso conseguiu passar esse perigo, e essa iminência de perda para Direção. A partir daí teve a carta branca para começar a andar pelo país, ir às grandes reuniões porque fazia parte da Direção da ANF, e tentar sensibilizar os colegas para doarem peças para o futuro Museu. Depois juntou-se outro homem, também muito importante, o Dr. Guerreiro Gomes, da Farmácia Guerreiro Gomes, e que tinha uma Farmácia quase que histórica, dado o legado da família, o que fez com que quando entrasse na ANF já tenha vindo embebido desta vontade de salvaguardar o património farmacêutico. Eles os dois, o Dr. Salgueiro Basso e o Dr. Guerreiro Gomes, conseguiram juntar esforços para criar um projeto que visasse a salvaguarda deste mesmo património, e isso passava claramente pela constituição de uma coleção. Aliás,

durante algum tempo, nós tínhamos um subtítulo em todas as nossas missões que era “Uma Coleção à Procura de Museu”. A Dra. Paula Basso, que esteve sempre envolvida desde o início no projeto, por ser filha do Dr. Salgueiro Basso, cresceu a ver o projeto a ser discutido, e quando há uma decisão da Direção que consistia em profissionalizar a coleção, foi integrada na equipa de trabalho do futuro Museu da Farmácia. Houve claramente desde os anos 80, imediatamente uma consciência de que esta coleção tinha que partir para mãos profissionais, para ser claramente uma coleção que tinha uma missão: passar de coleção a Museu. A partir de 1986, eu passo também a integrar esta *task-force* da ANF, como consultor, e a equipa foi assim reforçada, fazendo com que o projeto se tornasse mais sólido do ponto de vista científico, museológico e histórico.

GM: Nesta altura, fizeram um levantamento do que existia no panorama de Museus ligados à Farmácia em Portugal??

JN: A maior parte dos Museus de história da Farmácia eram sempre ligados às universidades, e na altura, as faculdades queriam este projeto. Foi aí que a ANF disse que não, e que este projeto era nosso, sendo que nós já tínhamos uma equipa com profissionais da museologia e da história. O Museu era para abrir em 1994, porque era a realização do segundo congresso internacional da Farmácia, em Portugal, e o Museu tinha que ser uma realidade, porque tínhamos que passar de uma coleção metida em armários no Príncipe Real, para uma coleção com uma estrutura museológica que estaria disponível. Eu e a Dra. Paula Basso percebemos claramente onde é que nós todos queríamos estar, e desde o início que nos rodeamos sempre de bons especialistas para nos darem apoio, porque éramos novos. Não só as idas ao estrangeiro para ver outros Museus e outras realidades, mas também ter o apoio a nível de conservação e restauro do Instituto José Figueiredo, ter a Professora Natália Correia Guedes, e ainda o Professor Fernando António Baptista Pereira, trouxe-nos uma grande solidez ao projeto. Tínhamos ainda uma Direção muito próxima, com quem tínhamos uma reunião semanalmente, e isso trazia-nos uma confiança de que estávamos a seguir os passos certos.

GM: Gostaria de perceber então se quando o Museu nasce desta contextualização história que nos apresenta, vem com alguma estratégia da parte da Associação Nacional das Farmácia?

JN: a estratégia era muito simples: era uma associação que estava a posicionar-se como referência no mundo da Saúde, e percebeu-se que nós podíamos, mesmo pelo lado da Saúde, reforçar esse

posicionamento. Nós imediatamente percebemos que mesmo nos anos 80 tínhamos este problema de posicionamento na história, porque quando se falava de medicina em grandes exposições a nível nacional, feitas por grandes nomes da museologia nacional, a Farmácia era um “parente” que entrava dentro da medicina. Percebemos que o Museu fazia parte de uma estratégia política e cultural, pelo posicionamento que o farmacêutico e Associação Nacional das Farmácias deveriam ter em todas as áreas. Foi um longo trabalho meu e da Dra. Paula, sempre com o apoio da Direção, no qual começamos a abrir caminho e a posicionar dentro da nossa área, a área cultural e da museologia, que uma coisa é medicina, e outra é Farmácia. Fez também parte da nossa estratégia entrar em grandes exposições e colaborações, sempre com a questão de aparecermos como Museu da Farmácia, apresentando um “espaço Farmácia” independente da medicina, o que era para nós era um ponto muito importante, porque mesmo ao longo destes anos todos, uma das grandes vitórias políticas e culturais, foi termos conseguido marcar e fazer a diferença entre medicina e Farmácia. Hoje, os assuntos de Farmácia vêm bater-nos à porta.

GM: O Museu da Farmácia nasce dentro da Associação Nacional das Farmácias, e por isso gostaria de perguntar-lhe como foi integrar este projeto museológico dentro de uma estrutura associativa que não tinha qualquer outra vertente cultural?

JN: Não foi fácil, mas também não foi totalmente difícil. A ANF é uma associação patronal que defende os proprietários de Farmácias, mas também defende a propriedade, o espaço de Saúde e Farmácia. Portanto, toda a atividade da associação era com fins de defesa legais, científicos e económicos de uma profissão e de uma atividade, que está muito centrada e virada para o associado. Existia perfeita consciência que só existiria a associação se existissem associados, e por isso, tínhamos que satisfazê-los. Quando o Museu abriu, uma das situações que sempre valorizamos foi a consultoria técnica aos associados, para que quando os associados precisassem de fazer aquisições em arte, fazer avaliações para seguros ou até consultoria na área da conservação e restauro, pudessem contar com a equipa do Museu. Isto contribuiu para um fortalecimento da relação entre o Museu e os seus associados. Nós éramos praticamente o único departamento que não estava unicamente vocacionado para o apoio ao associado, pois a nossa dimensão estava para além disso, e daí que surgiu essa ideia de estarmos disponíveis para qualquer necessidade que os associados pudessem ter, na área da cultura. Mais tarde, os associados começaram a perceber que o Museu era um bom cartão de visita, e transformou-se numa plataforma de relações e diplomacia institucional.

GM: Até aqui estabelecemos a história do Museu, pelo que gostaria de aprofundar a coleção do Museu da Farmácia. Quais foram as primeiras peças doadas, e também adquiridas, e donde vinham essas peças?

JN: O primeiro foco da coleção eram as doações dos associados. Eram eles que tínhamos que convencer para doarem as suas peças. Toda a primeira parte da história do Museu, desde 1981 até 1994, 1995, foi um projeto nacional ligado à preservação do património farmacêutico. A partir de 1996, quando já estamos aqui instalados, no presente edifício, gradualmente passamos para a segunda fase, que era a dimensão internacional do Museu. Claramente que as primeiras peças foram peças doadas pelo Dr. Salgueiro Basso, provenientes das viagens que estes faziam quando iam visitar os colegas para pedir algumas doações. Existia aqui um trunfo muito importante, pois a maioria eram colegas de curso e já se conheciam, e estes laços facilitaram muito. Outro dos fatores decisivos foi o facto de quando era questionado, o Dr. Salgueiro Basso demonstrava que já tinha doado as suas peças. Se formos bem a ver, as primeiras peças que vão constituir o núcleo forte da coleção, são as da doação do Dr. Salgueiro Basso, proveniente da Farmácia Central de Vila Franca de Xira. Quando eu e a Dra. Paula Basso fizemos o Museu, nós percebemos que as pessoas só poderiam reconhecer o valor da nossa coleção, se percebessem a história por detrás das peças, até chegar ao século XVIII. O sucesso do Museu foi tão forte, e era só a parte debaixo que hoje podem conhecer, que imediatamente as pessoas começaram a olhar para o Museu de outra maneira. Tivemos que começar a fazer a aquisição de peças para ajudar a enquadrar o espólio que já tínhamos, e uma situação foi imediatamente clara, nenhum de nós queria fazer um Museu com peças falsas, isso nunca foi uma questão. Não queríamos reconstituir espaços com réplicas, porque o verdadeiro sentido da história da profissão só poderia ser contado com peças verdadeiras. O nosso grande passo de aquisições vem desta vontade de preencher esta lacuna, pois as Farmácias não tinham peças do século XVII e XVIII. Gradualmente fomos conhecendo colecionadores, e isso aproximou-nos do mundo do colecionismo de arte, e facilitou a aquisição das peças. Por outro, tivemos também alguma sorte porque nos anos 90, o Dr. João Castelo Branco, que era o Diretor do Museu do Azulejo, telefona-nos a dizer que vai haver um grande leilão internacional de Farmácia, e a partir daí nunca mais ninguém nos parou. Todas as aquisições que fazíamos tinha claramente um objetivo, e eu nunca comprei uma peça apenas por ser bonita. Uma grande parte da nossa missão era a investigação, porque nós só podemos identificar as peças se as investigássemos. Com este crescimento, não havia um único convidado da Direção da ANF que não passasse pelo Museu. O Museu era uma bandeira institucional, e podíamos dizer aos bancos que eramos uma

instituição credível, porque tínhamos uma coleção destas. O Museu servia de garantia para que houvesse confiança das entidades bancária para com a associação. Percebeu-se que quanto mais forte fosse o Museu, mais segurança se podia aplicar nas relações institucionais. Rapidamente eu comecei a colocar como parte da missão do Museu as relações diplomáticas porque era essencial: o próprio Museu fazia essa parte da diplomacia cultural, e toda a gente da Direção percebia, e sobretudo o Dr. João Cordeiro, que isso era essencial. As vezes a associação percebia que era difícil entrar, e o Museu era chamado para abrir essas portas.

GM: Em que altura é que o Museu conseguiu mostrar à Direção, e a quem financiava estas aquisições, que embora já tivessem um piso dedicado à história da Farmácia em Portugal, precisavam de um segundo espaço de exposições para alargar a coleção?

JN: Foi logo quando inaugurámos o Museu em 1996, porque fizemos logo uma primeira parte na exposição, onde mostrávamos a história anterior ao século XVIII com fotografias de peças. Utilizámos isso para convencer as pessoas que do ponto vista estratégico da Associação Nacional das Farmácias, poderia ser importante darmos o próximo passo para a internacionalização da coleção. Esse leilão do qual te falei foi a chave de tudo, porque começamos a ter relações com as leiloeiras de Londres, de Paris, da Alemanha, e uma nova dimensão se abriu. Aquela introdução sobre a história, e este leilão, foram pontos-chave para chegar à nossa coleção dos dias de hoje. Claro que, nas reuniões semanais que tínhamos, explicávamos que cada peça era imagem de um determinado conceito que nós queríamos contar.

GM: O Museu inaugura em 1996 com apenas um piso, em que ano é que o Museu abre as portas ao pública com a formatação que hoje conhecemos?

JN: Foi em 2000. Tivemos logo em 1997 a questão da Farmácia Chinesa, quando o professor Fernando António Baptista Pereira está em Macau e ligou-nos para falar desta Farmácia. Pouco depois, eu já lá estava em Macau. Em 1998 na Índia à procura de peças, e em 2000 na América Latina a tentar perceber que peças poderiam fazer sentido na nossa coleção. Claro que tínhamos que garantir que, porque o dinheiro não era nosso, aquilo em que estávamos a investir era verdadeiro e que não iríamos ter problemas com isso. Mas a vontade de conquistar o mundo, junto do Dr. João Cordeiro, era mútua. Não eram precisos grandes documentos, nós percebíamos onde queríamos chegar: queríamos ser os melhores. Isto só podia ser feito com esta situação que existia

nesta casa, pois existia um grande respeito das pessoas pelo projeto, porque percebiam que era um projeto para dignificar a profissão, e isso para nós era muito importante.

Documento C – Entrevista com a Dra. Karine Ramos, responsável pela Área Cultural⁷⁰ da Associação Nacional das Farmácias, realizada no Museu da Farmácia, em Lisboa, em setembro de 2019

Nota prévia: Esta entrevista foi realizada à Dra. Karine Ramos, Responsável pela Área Cultural da Associação Nacional das Farmácias, que autorizou a sua gravação e confirmou a respetiva transcrição, como seguidamente se apresenta.

GM: Qual o enquadramento do Museu da Farmácia, e da Área Cultural, dentro da Associação Nacional das Farmácias?

KR: A Área Cultural é um departamento criado em outubro 2016 pela Associação Nacional das Farmácias. Aquando a criação do mesmo, o Museu da Farmácia passou a fazer parte da Área Cultural, sendo atualmente uma das principais divisões do departamento.

GM: Quais as divisões do departamento da Área Cultural, e a área de estudo/trabalho dentro de cada uma delas?

KR: A Área Cultural é composta por três principais divisões: o Museu da Farmácia, os Serviços Educativos e a Agenda Cultural. No Museu da Farmácia podemos encontrar às seguintes áreas de estudo/trabalho: gestão do espaço, gestão da coleção (inclui conservação e restauro), visitas, loja do Museu e relações institucionais. As atividades são repartidas pelos polos de Lisboa e Porto.

Nos serviços educativos incluem-se todos os serviços relacionados com educação, sejam ateliers, produção de conteúdos, workshops ou outros eventos recreativos relacionados, para já, com crianças. A Agenda Cultural é o serviço que gere todo o tipo de evento cultural a realizar-se no Museu da Farmácia, seja ele do próprio Museu ou em parceria com outras organizações de âmbito cultural.

GM: Como se procede um processo de aquisição de um objeto para integrar a coleção do Museu da Farmácia? Como é financiado?

⁷⁰ Dra. Karine Ramos teve o seu término de funções, enquanto responsável da área cultural da Associação Nacional das Farmácias, em outubro de 2019.

KR: A aquisição de objetos para integrar a coleção do Museu da Farmácia é da responsabilidade do Diretor do Museu, no âmbito da política de aquisições aprovada pela Direção Nacional da ANF, dentro de um budget financiado pela ANF e aprovado anualmente.

GM: O Museu tem quadro de pessoal próprio? Quantos funcionários e em que funções?

KR: O Museu tem quadro de pessoal composto por 9 pessoas (8 em Lisboa e 1 no Porto), integradas na Associação Nacional das Farmácias, cujas funções são as seguintes:

- Diretor do Museu
- Conservador do Museu
- Técnico Superior
- Supervisor de Loja (1 pessoa)
- Assistentes de Loja (4 pessoas)
- Estagiário de inventário, conservação e restauro (1 pessoa)

GM: Quais os principais propósitos da Área Cultural dentro da estrutura da Associação Nacional das Farmácias?

KR: O principal objetivo da Área Cultural dentro da Associação Nacional das Farmácias é de gerir todos os projetos e eventos de âmbito cultural dentro da Associação.

A Área também tem por objetivo aproximar as Farmácias da sua população através da promoção de atividades culturais e educacionais junto das comunidades envolventes.

Documento D - Documento fundador do Museu da Farmácia (a primeira circular enviada a todos os associados a pedir as primeiras peças para o Museu da Farmácia)



CIRCULAR Nº 34/81

Assunto: - CONSTITUIÇÃO DO MUSEU E BIBLIOTECA DE FARMÁCIA DE OFICINA

Exmº Associado

1. As obras de adaptação da nova Sede desta Associação tem continuado em bom ritmo havendo fundadas esperanças que terminem durante os primeiros meses do segundo semestre, iniciando-se de seguida os trabalhos finais de instalação.
2. Dentro da distribuição das salas agora disponíveis foi previsto destinar uma para a instalação de Biblioteca e Futuro Museu de Farmácia de Oficina.
3. Nestas condições vimos solicitar a colaboração dos Senhores Associados de forma a serem-nos facultados elementos informativos quanto à possível disponibilidade de Obras Científicas, modernas e ou antigas sobre Técnica Farmacêutica, assim como sobre utensílios, como: Almofarizes, moldes de supositórios e óvulos, aparelhos de hóstias piluladores, frascos e potes, etc., que já não estejam em uso, assim como Mobiliário de Farmácia antigo e que porventura o Senhor Associado admitisse a possibilidade de oferta ou venda.

A exposição das peças ou livros que venham a ser oferecidos ou adquiridos pela Associação ficarão devidamente assinalados com o nome do anterior proprietário, assim como da Farmácia em que estiveram ao Serviço.

Apresentamos os nossos melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA Direcção

Lisboa, MAIO DE 1981

A circular n.º 34/81 lançou o primeiro apelo a doações de associados para a constituição do espólio do Museu da Farmácia

ANF inaugura nova Sede Nacional em Lisboa

SÍMBOLO DA CONFIANÇA DOS FARMACÊUTICOS NO FUTURO



Sonho antigo de todos quantos se têm dedicado à defesa dos farmacêuticos de oficina em Portugal, e em particular dos associados e da direcção da ANF, a nova sede nacional da Associação foi inaugurada no passado dia 1 de Junho. Um motivo de orgulho para a classe, mas também um motivo de confiança no futuro!